

Adiante!

1.º de Maio reclama a milhares de vozes

Intensificar a luta



Muitos milhares de trabalhadores participaram, por todo o País, nas comemorações do 1.º de Maio. No Dia do Trabalhador, a CGTP-IN reclamou a rápida actualização do salário mínimo nacional e apelou à intensificação do combate a nível dos sectores e empresas. **Págs. 5 e 6**

30 de Abril de 1975

Vietname — a vitória!

● Manoel
de Lencastre



Págs.
15 a 18

1.º de Maio no Mundo

Milhões em luta

Em todas as línguas e em todos os azimutes os trabalhadores saíram à rua com palavras de ordem exigindo emprego com direitos e mais justiça social. Manifestações, marchas, comícios e festas em numerosos países, onde os trabalhadores persistem na luta.

Pág. 22

Alterações ao sistema eleitoral

Poder Local tem provas dadas

Antecipando-se às conclusões da Convenção Autárquica do PS, o PCP alertou, pela voz de Jorge Cordeiro, para os perigos que encerram as propostas de alteração que os socialistas, a coberto de falsos argumentos, pretendem introduzir no sistema eleitoral.

Pág. 9

Polícias

Manifestações e cidadania

É longo o caminho e o processo de democratização das forças de segurança e da sua identificação plena com a matriz constitucional. Mas é preciso trilhá-lo com perseverança, para reforço do Estado de direito democrático e para a renovada confiança das populações.

● José Neto

Pág. 7

Avante!

Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)

50 números: 8 100\$00

25 números: 4 200\$00

EUROPA

50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU

50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Resumo

26

Quarta-feira

João Soares apresenta uma queixa-crime contra o ministro da Informação angolano, que o acusou de beneficiar do tráfico de diamantes de membros da UNITA ● Os carteiros de vários centros de distribuição postal iniciam uma greve de três dias reivindicando um horário fixo ● Yasser Arafat chega a Lisboa para um encontro com António Guterres e Jaime Gama ● Robin Cook, ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, afirma que a Grã-Bretanha disponibiliza 36 milhões de libras para ajudar à reforma agrária no Zimbábue ● Um relatório do Conselho Nacional para o Crime e Delinquência dos EUA divulga que a justiça é «incomparavelmente mais dura» para jovens negros e hispanos do que para os brancos.

27

Quinta-feira

Em conferência de imprensa o PCP manifesta desacordo contra a alteração do PS à lei eleitoral ● O Governo pede um debate parlamentar sobre o «estado da Nação» face às contestações das últimas semanas ● Um diploma do Conselho de Ministros descriminaliza os touros de morte, ficando apenas sujeitos a multas de 20 a 80 mil contos ● Yasser Arafat encontra-se em Lisboa com António Guterres e Jaime Gama, dando a conhecer à União Europeia o «estado do processo de paz no Médio Oriente».

28

Sexta-feira

Álvaro Cunhal participa num encontro com os alunos da Escola Secundária Ferreira Dias sobre o 25 de Abril ● Pedro Caldeira, ex-corretor da Bolsa de Valores de Lisboa, é absolvido de 17 crimes de abuso de confiança e de 65 de burla agravada, tendo apenas que pagar os empréstimos feitos com os seus ex-clientes ● O Estado português é condenado por omissão de legislação, sendo declarado culpado no caso Aquaparque que vitimou duas crianças há sete anos ● Na Guatemala, uma manifestação contra os aumentos dos preços dos transportes resulta em quatro mortos e cerca de doze feridos ● O Hezbollah lança um ataque contra as forças israelitas que ocupam o Sul do Líbano, provocando três mortos.

29

Sábado

Realiza-se em Faro um Encontro Regional de Quadros do PCP com a participação de Carlos Carvalhas ● António

1.º Maio, o Dia do Trabalhador

Guterres acusa o PCP de «tentar com todos os meios causar agitação social» ● É inaugurada a primeira sede de correio de Timor, constituída pelos CTT portugueses ● O Governo do Zimbábue anuncia que disponibiliza dentro de dez dias as «estruturas legais» para retirar as terras aos fazendeiros brancos sem indemnizações ● Um advogado norte-americano, num acto de racismo, mata cinco pessoas e fere uma sexta.

30

Domingo

Os alunos do ensino secundário anunciam para 11 de Maio «um dia de luta nacional» ● O conselho de gerência da CP acusa o sindicato dos Maquinistas de abusar do direito à greve ● Durante um comício, o líder do movimento dos ex-combatentes do Zimbábue acusa o partido da oposição MDC de ser responsável pela violência no país ● Realiza-se uma Cimeira em Argel para discutir a actual situação da RD Congo, na qual a África do Sul e a Nigéria disponibilizam tropas para as forças da ONU naquele país ● O Vietname comemora o 25.º aniversário da sua vitória contra o exército dos EUA.

1

Segunda-feira

Comemora-se o 1.º de Maio em todo o país, com manifestações de milhares de trabalhadores e com a CGTP e a UGT a lançar duras críticas ao Governo e apelando à paralisação geral da Função Pública ● A PSP participa na manifestação do 1.º de Maio, voltando a reivindicar a criação de um sindicato próprio ● O Dia do Trabalhador em Londres fica marcado por grandes manifestações anticapitalistas, tendo havido alguns confrontos com a polícia.

2

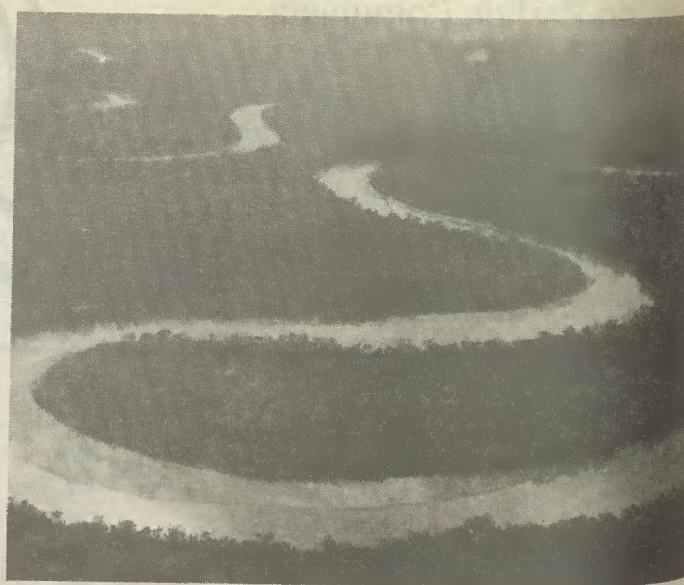
Terça-feira

A JCP entrega na embaixada dos Estados Unidos, em Lisboa, um abaixo-assinado onde exige a «imediata suspensão» da pena de morte à qual foi condenado o ex-jornalista Múmia Abu-Jamal ● Laborinho Lúcio desiste da sua candidatura para provedor de justiça, acusando António Guterres de ter medo em apoiar a sua candidatura ● Os rebeldes filipinos da guerrilha islâmica que mantêm os 21 turistas sequestrados na ilha de Jolo ameaçam o governo de cortar a cabeça a dois dos reféns caso não retire as suas tropas ● Na Arménia, o presidente o país demite o primeiro-ministro e o seu governo.

Aconteceu

Florestas podem travar aquecimento do planeta

Segundo estudos publicados pela prestigiada revista científica *Nature*, as florestas podem, a curto e a longo prazos, contribuir significativamente para a luta contra as alterações climáticas provocadas pelo aquecimento global, isto porque a vegetação do planeta - com relevo para as árvores das florestas - absorve mais gás carbónico (CO₂) do que aquele que lança para a atmosfera através da decomposição da matéria orgânica vegetal. As



emissões de CO₂ para atmosfera, em grande parte resultantes das actividades humanas (fábricas, automóveis, aviões, etc.), são consideradas as principais responsáveis pelo efeito de estufa e decorrente aquecimento do planeta. Recorde-se que as árvores e as plantas absorvem o CO₂ através do processo bioquímico da fotossíntese, fixando as moléculas de carbono e libertando as de oxigénio.

Brigada Victor Jara comemora 25 anos

Com um espectáculo na Reitoria da Universidade de Lisboa, o grupo musical Brigada Victor Jara comemorou na passada sexta-feira 25 anos de existência. O espectáculo da Reitoria culminou uma breve digressão do grupo pelo país a assinalar o seu quarto de século de contínuo labor artístico, coincidindo com o lançamento do novo álbum *Por Sendas, Montes e Vales*,

onde são «revisitados» alguns dos temas que fizeram história na carreira da Brigada e na própria música popular portuguesa, só que, desta vez, em gravações ao vivo. Surgida no calor da Revolução de Abril, a Brigada Victor Jara definiu imediatamente ao que vinha através do próprio nome que escolheu para o grupo - uma homenagem clara ao cantor de intervenção chi-

leno Victor Jara, assassinado pelos fascistas de Pinochet logo nos primeiros dias do golpe: vinha ao encontro do povo e do país, das suas raízes e anseios, pelos caminhos da canção que, com a Brigada, se alargaram, resplandeceram e continuam. Em nome do PCP e dos comunistas portugueses, o secretário-geral Carlos Carvalhas fez questão de saudar os aniversariantes, enviando-lhes a seguinte mensagem:

«Certo de interpretar os sentimentos de apreço e gratidão que os comunistas compartilham em relação à vossa relevante contribuição para a música e a cultura nacionais, saúdo os 25 anos da Brigada Victor Jara como expressão e símbolo da criação artística de grande qualidade e de um forte empenho cívico com uma grande dimensão humanística, democrática e progressista».



Bach no CCB

Com estrondoso êxito, realizou-se no passado fim-de-semana no Centro Cultural de Belém (CCB), em Lisboa, a primeira edição no nosso país da *Festa da Música*, certame musical inspirado nas *Folle Journée* com origem na cidade francesa de Nantes e de realização anual desde 1995. A *Festa da Música*, à semelhança da sua congénere francesa, tem por modelo a apresentação, em cada edição, de um vasto conjunto de espectáculos de música clássica celebrando o mesmo autor ou a mesma escola. Esta primeira edição no CCB foi dedicada à obra do grande compositor alemão Johann Sebastian Bach, para muitos o fundador da chamada música clássica ocidental, abrindo-lhe os caminhos duma inesgotável reinvenção. Mais de 80 concertos com música de Bach foram apresentados em vários espaços do CCB em apenas dois dias, executados pelos mais

diversos e reputados artistas europeus e internacionais e a preços quase simbólicos. A expectativa mais optimista de adesão do público à primeira *Festa da Música* em Lisboa apontava para 25 mil espectadores, *plafond* espectacularmente ultrapassado por multidões ininterruptas que acorreram ao CCB e onde pontificavam os jovens da Área Metropolitana de Lisboa, esgotando literalmente todos os lugares disponíveis e transbordando, em cada sala e em cada concerto, para tudo o que era sítio disponível.

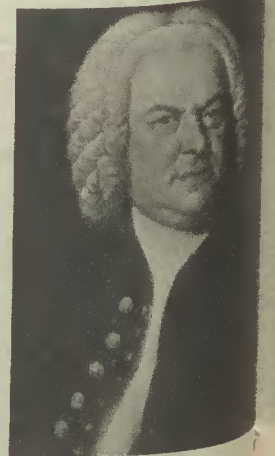
Portugueses «à boleia» em manobras da NATO

Começou esta semana o exercício da NATO designado «Linked Seas 2000», que vai ser conduzido pelo comando português de Oeiras, o CINCSOUTHLAND, e decorrerá até ao dia 15 numa vasta área que vai do Golfo da Biscaia até à Madeira, pas-

sando por Portugal Continental. Participam neste exercício 17 países e um total de 30 mil homens, 80 navios de guerra e 20 de apoio, além de 120 aviões. Apesar de comandar, teoricamente, o exercício e de este se desenvolver predominantemente em juris-

dição portuguesa, o nosso país participa apenas com 200 fuzileiros que vão «à boleia» em dois navios estrangeiros, o francês «Sirocco» e o espanhol «Galicia». Os fuzileiros portugueses irão, assim, treinar em termos reais um desembarque e progressão para o

interior mas apenas porque conseguiram transportar nos dois navios de desembarque LPD (Landing Platform Dock) atrás referidos, dado que a Marinha portuguesa não possui qualquer navio desta classe, indispensável para este tipo de operações.



Crónica Internacional

• Manuela Bernardino

Há 25 anos Vietname livre

A 30 de Abril de 1975, o povo vietnamita infligia uma pesada e significativa derrota ao imperialismo norte-americano. O assalto ao palácio presidencial, em Saigão, punha fim a década e meia de uma violenta e destruidora guerra. Guerrilheiros da Frente Nacional de Libertação e exército norte-vietnamita punham em fuga militares e diplomatas da potência mais poderosa do mundo. Era o culminar de mais de trinta anos de luta de libertação nacional. O povo do Vietname – que vencera anteriormente o colonialismo francês e o

ocupante japonês – ao derrotar o exército norte-americano, conduziu o seu país à independência total, possibilitando a sua reunificação e o prosseguimento da sua opção socialista.

Esta vitória repercutiu-se por todo o mundo. A luta do povo vietnamita, acompanhada por um dos mais amplos movimentos solidários mundiais de que há memória, provou que a tenacidade e a coragem dum povo podem fazer recuar o imperialismo.

Passados 25 anos, os EUA não se refizeram do trauma da derrota. Não aceitam que a heroicidade de um povo

seja superior ao poderio do império. Assim, não se assumem como agressores, antes pretendem apresentar-se como vítimas. São neste sentido, as recentes declarações de Henry Kissinger, secretário de Estado norte-americano na altura

da guerra do Vietname, ao referir-se à «tragédia nacional» (para os EUA!) que foi a guerra. Também William Cohen, actual secretário de Estado da defesa, revela a mesma preocupação ao afirmar, há um mês, em Hanói, que os EUA não têm desculpas a apresentar a propósito da guerra do Vietname. Para credibilizar esta tese, os EUA insistem, despididamente, para que o Vietname procure e entregue os dois mil soldados norte-americanos desaparecidos durante a guerra. Entretanto, nem uma palavra de pesar – porque arrependimento não se coaduna com o carácter agressivo do imperialismo – relativamente aos 3 milhões de mortos vietnamitas (dos quais dois milhões eram civis). Nenhum gesto concreto, por iniciativa própria, em época de «ajuda humanitária», para atenuar o sofrimento das vítimas que ainda hoje morrem em consequência da utilização prolongada e generalizada de armas químicas e bacteriológicas.

O Vietname foi, de facto, palco de experimentação de novas armas. Uma série de produtos químicos foram lançados sobre florestas e campos agrícolas. Os efeitos de desfolhantes, das chuvas tóxicas e da «célebre» dioxina prolongam-se até aos nossos dias. Na 3.ª geração de vietnamitas surgem ainda abortos espontâneos, partos prematuros, malformações congénitas. Milhares de jovens sofrem paralisias e deficiências várias. Combatentes vietnamitas e soldados norte-americanos padecem de doenças incuráveis. Alterações irreversíveis no ecossistema e na biodiversidade prolongarão o genocídio que foi a actuação ianque no Vietname. As vítimas de guerra serão infindáveis. Como também as da experiência atómica em Hiroshima e Nagasaki. E também no Iraque e na Jugoslávia, com a utilização de urânio empobrecido.

São enormes os crimes do imperialismo. Nada se alterou na sua essência agressiva e no seu projecto de domínio mundial. O desenvolvimento do militarismo prefigura imensos perigos, incluindo o «ensaio» das armas nucleares e da nova «guerra das estrelas». É nosso dever contrariar as meticolosas campanhas de desinformação que procuram escamotear e apagar as responsabilidades do imperialismo na corrida armamentista e denegrir os êxitos (mesmo com retrocessos de percurso) dos que prosseguem caminhos próprios e independentes. Ao propalado «desinteresse» dos vietnamitas pelas comemorações do 25.º aniversário da vitória contrapomos o seu esforço contínuo para vencer o atraso e o reconhecido crescimento da sua economia em contraste com a «crise asiática». Não aceitamos que a extraordinária epopeia vietnamita vitoriosa seja posta em causa para minimizar a derrota dos EUA.



Esta vitória repercutiu-se por todo o mundo

Editorial

MAIO ESTÁ NA RUA

O descrédito crescente do Governo do PS teve expressão concreta e evidente na imensa multidão de trabalhadores que, por todo o País, fez do 1.º de Maio uma significativa jornada de luta, na sequência de um amplo movimento de protesto contra a política antilaboural, pelo aumento dos salários e contra o aumento dos preços, pelo emprego com direitos, pela dignificação do trabalho. Aliás, a força, a amplitude e a justeza das lutas travadas pelos trabalhadores dos mais diversos sectores de actividade tiveram um papel determinante quer no acentuar desse descrédito quer na mobilização para as comemorações do Dia do Trabalhador.

Mais uma vez, as massas trabalhadoras – convocadas pela sua Central Sindical, a CGTP-IN – trouxeram para a rua o seu descontentamento e o seu protesto, exigiram colectivamente o respeito pelos seus justos direitos, interesses e aspirações, exibiram a sua firme disposição de dar continuidade à luta. Mostraram, assim, iniludivelmente, que constituem uma decisiva componente, no plano social, da oposição de facto à políti-

trabalhadores imigrantes; as pensões e reformas humilhantes e miseráveis; a perspectiva de destruição da Segurança Social; o eterno adiamento da reforma fiscal e a intocabilidade das grandes riquezas; a exigência das 35 horas semanais e do aumento do salário mínimo; a luta dos agentes policiais pela «dignificação da polícia» e pelo direito, enquanto trabalhadores, a organizarem o seu sindicato... enfim, a política de direita com todos as suas perversidades e causadora de uma situação sentida e sofrida por milhões de portugueses mas que, como sublinhou o Secretário-Geral da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, parece passar totalmente despercebida ao Primeiro-Ministro que, «desfasado da realidade», fala «como se estivesse noutra galáxia». Daí o grito repetido durante o desfile: «Guterres, escuta: o povo está em luta!»

Anos-luz de distância de tudo isto, fechados em casa, lendo-se, nos jornais do fim-de-semana, zappingando pelos vários serviços noticiosos das várias televisões – portanto longe e bem longe da realidade, dos problemas e dos anseios dos trabalhadores, isolados dos espaços onde a luta se trava, sabendo dela por ouvir dizer e não querendo ouvir dizer nada que lhes perturbe a tranquilidade –, estavam os comentadores e analistas de profissão, congeminando artificiosas teses sobre a «ausência de oposição» e sobre a política de bastidores que, essa sim, faz as suas delícias e encantos. De facto, a luta de massas incomoda-os, perturba-lhes as elucubrações politiqueras, baralha-lhes os esquemas prefabricados, confronta-os com esse facto subversivo que é o trabalho numa sociedade capitalista, introduz um incómodo cheiro a suor nos seus perfumados processos de inteligência – em resumo, a luta de massas irrita-os pelo que, ignorá-la como elemento de análise, riscá-la do mapa dos factores de ponderação da situação existente, constitui, para eles, uma necessidade imperiosa. Aliás, e por isso mesmo, estão fartos de decidir que a luta de massas não só não vale a pena como acabou definitivamente – isto é, comentam e analisam «como se estivessem noutra galáxia».

Para estes comentadores e analistas de luva branca, a causa essencial do descontentamento popular que alastra e tende a generalizar-se, estaria nas prolongadas ausências do Primeiro-Ministro. Tal «análise» pretende levar a pensar que quando Guterres regressar os trabalhadores portugueses passarão a viver num mar de rosas. Trata-se de pura manobra de diversão que outra coisa não visa senão desviar as atenções das causas reais dos problemas existentes e que radicam na política levada à prática pelo Governo – política que, indiferente às ausências ou presenças do engenheiro Guterres, está presente e faz pesar todos os dias as suas consequências negativas sobre a maioria dos portugueses; política contra a qual, e por isso mesmo, novas lutas foram anunciadas (nomeadamente a greve nacional da Administração Pública e as greves da Carris e do Metro marcadas para o próximo dia 9) e outras virão a sê-lo pela força das circunstâncias. Como dizia uma das palavras de ordem da manifestação: «Maio está na rua! A luta continua!»

“Ao contrário do que pensa, diz e faz o Governo, os trabalhadores são a força da Nação”

ca do Governo. Mostraram, assim, também de forma incontestável, que, ao contrário do que pensa, diz e faz o Governo, os trabalhadores são a força da Nação e que ignorar tal facto conduz, inevitavelmente, a uma situação de conflitualidade social cujas responsabilidades e consequências só podem ser atribuídas à política de direita, a quem a executa e à minoria que dela beneficia.

Eram em número de encher a Avenida Almirante Reis e, depois, a Alameda. Isto em Lisboa onde, como habitualmente, se juntaram os trabalhadores deste distrito e do de Setúbal. Mas também assim foi, com amplitudes e expressões naturalmente diversificadas, em todos os restantes distritos do Continente e nas Regiões Autónomas.

Desfilaram gritando e cantando as suas palavras de ordem e empunhando bandeiras, panos e cartazes com as suas reivindicações e exigências – e era a situação real do País real que desfilava: as privatizações, destruidoras de riqueza colectiva em benefício do grande capital e geradoras de desemprego; a precariedade, essa nova e brutal forma de violação dos direitos humanos característica do neoliberalismo; os aumentos em cadeia dos preços e os aumentos insignificantes dos salários; a nova escravatura de que são vítimas os

Actual

Atracção fatal

● José Casanova

Na «Convenção Nacional Autárquica» do PS, António Guterres produziu uma oração à sua maneira: comovente, frontal, de olhos nos olhos, como ele costuma dizer. «Não penso noutra coisa senão em lutar, em Portugal, na defesa dos interesses dos portugueses», proclamou levando a mão ao nariz que, entretanto, lhe cresceram uns bons palmos. E quando declamou que a sua proposta de alteração das leis eleitorais para as autarquias é «uma reforma corajosa, que rompe com o imobilismo de décadas» e tem como único objectivo «melhor servir os interesses das populações, no sentido da eficácia e do exercício democrático», o apêndice nasal adiantou-se-lhe de tal jeito que o fez perder o equilíbrio.

É justo reconhecer, no entanto, que a anunciada defesa permanente dos «interesses dos portugueses» por parte de Guterres contém algo de verdadeiro: de facto, o Primeiro-Ministro tem sido um incansável defensor dos

interesses de alguns portugueses. E também de alguns estrangeiros, diga-se em abono da verdade. Que o digam os chefes dos grandes grupos económicos que, graças à política do Governo do PS, têm vindo a apossar-se dos sectores-chave da nossa economia e são, hoje, donos do País.

Quanto à pretendida alteração do sistema eleitoral para as Câmaras Municipais, ela tem, de facto, como único objectivo, transformar um sistema nascido da Revolução de Abril, provado e com um conteúdo democrático sem paralelo em qualquer outro país europeu, numa mascarada com fachada democrática. Recorrendo a um discurso demagógico e carregado de pretensas preocupações democráticas, Guterres procura iludir as reais intenções da alteração que quer impor. Mas o que emerge da realidade que é a alteração que ele defende é, acima de tudo, a sua obsessiva atracção fatal pelo poder absoluto – atracção que assumiu carácter doentio

quando, nas últimas legislativas, procurou vender como «boas» as «mãos» em que queria fechar o País.

A um sistema com louvável obra feita em benefício das populações; eficaz por efeito do seu funcionamento democrático; estável e enriquecido por um muito positivo diálogo interpartidário; garante de um autêntico pluralismo na gestão autárquica – Guterres, recorrendo a argumentos que, em muitos casos, constituem flagrante fraude, contrapõe um sistema que tem como suporte essencial a força possessiva e asfixiante do poder absoluto e sem controlo. E fá-lo retirando aos eleitores, antidemocraticamente, o direito que têm de escolher democrática e directamente quem eles entendam que possui melhores condições e lhes dá mais garantias de os representar condignamente.

Estranhos são os objectivos finais e os caminhos percorridos pelo conceito de «exercício democrático» defendido por António Guterres.

Importa-se de repetir?

● Vítor Dias

Em boa verdade, hoje apetecia-nos mais comentar o facto de, sinal dos tempos de borrasca que o Governo PS vive, termos ouvido, via TSF, Jorge Coelho positivamente a berrar, na abertura da Convenção Autárquica do PS, que qual discussão de problemas qual carapuça, os socialistas têm de «*cerrar fileiras*».

Apetecia-nos mais comentar o facto de Cavaco Silva, perdão, António Guterres, no encerramento do mesmo evento, ter lacrimado copiosamente sobre as maldades das oposições, nelas incluindo o papel do PCP no fomento da «*agitação social*» (sic), e maldades tanto mais estranhas quanto disse que, no estrangeiro, está todo o mundo deslumbrado com a sua Presidência da União Europeia.

Também nos apetecia mais escaqueirar o artigo de Luís Salgado Matos no «Público» de 01.05 onde, entre outras alarvidades, sentencia que «*a maior parte das greves são feitas por trabalhadores bem pagos e são portanto a arma de uma elite - à custa da maioria dos cidadãos que, evidentemente, são trabalhadores*». Mas aqui talvez possamos ficar apenas por duas observações deliberadamente cruéis. A primeira, é que é sempre triste ver como um promissor e corajoso estudante antifascista de há 35 anos está hoje transformado num pateta conservador. A segunda é que melhor será que, quando voltar a escrever sobre greves e trabalhadores, Salgado Matos comece logo por dizer quais são os seus rendimentos (pois talvez quatro cró-

nicas mensais no «Público» lhe rendam mais do que ganha a maioria dos trabalhadores em greve).

Apetecia-nos mais tudo isto, mas não pode ser. Porque tememos que ninguém se lembre de registar em letra de imprensa um momento ocorrido há oito dias no debate sobre as relações Portugal-Angola realizado na SIC, e que diz mais sobre certas mentalidades e orientações do que quilómetros de prosa manhosamente estudada e envernizada.

Esse momento de verdade e iluminação retroactiva aconteceu quando o director do «Público», no contexto da sua defesa de uma «*política forte*» de Portugal em relação a Angola, lembrou que, por exemplo, a Grã-Bretanha já ameaçou o Zimbábue com a sua expulsão da Commonwealth, mas Portugal ainda não foi capaz de ameaçar Angola com sua expulsão da CPLP.

Identificado o momento, só apetece perguntar ao director do «Público»: V. Ex.^a importa-se de repetir? Será que pensa que Portugal é dono, senhor e patrão da CPLP, em vez de ser um Estado com os mesmos direitos e deveres dos outros seis países integrantes? Será que pensa que a sigla CPLP, em vez de querer dizer Comunidade de Países de Língua Portuguesa, quer dizer Comunidade de *Protectorados sob Liderança Portuguesa*?

Mas não mecemos o director do «Público» com mais perguntas. Afinal, ele até nos fez o supremo favor de confirmar que, como desconfiávamos, a mentalidade retintamente colonialista ainda mexe, escreve nos jornais e fala na televisão.



Maduro Maio

● Aurélio Santos

No entreencontrar de olhares que riem a dizer que o dia é seu, ouço, a marcar cada segundo, milhares de passos que afirmam. É a resposta do Maio de trabalho a quem tenta impor-lhe pela força a sacralização dos instrumentos políticos de um neoliberalismo tentacular. Que se torna necessário sustê-lo, e se possível açaimá-lo, demonstram-no as últimas resoluções da UE quanto ao emprego.

É ver como a Comissão Europeia aprovou recentemente as suas chamadas «*Grandes Orientações de Política Económica*» para os 15 países da UE. Essas «*opções*» constituem de facto o instrumento fundamental de controlo das políticas económicas dos «*quinze*», e principalmente dos «*onze*» países da moeda única. Até têm registo célebre: não foi o ex-presidente da Comissão, J. Delors, quem afirmou que depois da aprovação do Tratado de Maastricht, 80% das decisões de política económica dos países da UE passariam a ser da competência da Comissão de

Bruxelas e não dos respectivos governos?

Pois a Comissão de Bruxelas, «*dando seguimento às conclusões da cimeira de Lisboa sobre o desemprego*», como afirma nas suas «*recomendações*» especificamente dirigidas a Portugal impõe como prioridade para a política económica portuguesa «*facilitar as regras de despedimento e a introdução de maior flexibilidade no tempo de trabalho*»...

Não querem outra coisa o eng. Guterres e seus ministros Pina Moura e Ferro Rodrigues: poderão afirmar, como quando, por iniciativa do PCP, se discutiu na AR a questão do desemprego, que «*criaram mais*» xis mil empregos, varrendo para debaixo do tapete da demagogia a resposta à questão: e quantos postos de trabalho entretanto destruíram? Ou quantos despedimentos «*facilitaram*»?

Numa UE que já conta com mais de 20 milhões de desempregados, as recomendações da Comissão de Bru-

xelas mostram bem como ela está ao serviço da Europa do capital – e contra os trabalhadores. Estaremos talvez perante uma genial receita para combater o desemprego: facilitar despedimentos em inovadora aplicação do velho ditado popular: «*dentada de cão cura com pelo de cão*».

Sempre existiram charlatães, embora frequentemente irreconhecíveis à primeira vista, tal o seu grau de profissionalismo a enganar incautos. Mas não será tão fácil a estes aprendizes da história camuflar que a sua política de emprego se resume à tentativa da venda de banha-de-cobra, agora em feira europeia, destinada a ser comprada por trabalhadores. Mais: esta proposta de mercado de trabalho não pode esconder um pedido empréstimo patronal sem qualquer via de pagamento.

Voltando ao provérbio popular, pelo nosso lado, creio que é melhor açaimar o cão. Para que ele não possa morder mais. Para isso os passos de Maio não param. Continuam, nas lutas sociais de um Maio maduro.



Frases

“O problema da equipa chefiada por Guterres está essencialmente no que não faz.”

(Francisco Azevedo e Silva - «Diário de Notícias», 28.04.00)

“Quando o primeiro-ministro fala parece que está noutra planeta e a falar para outra galáxia de uma realidade que só pode ser virtual.”

(Carvalho da Silva, na manifestação do 1.º de Maio, citado em «Diário de Notícias», 02.01.00)

“O Governo vai ter que se definir nos próximos dias, nas próximas semanas, não pode continuar a querer agradar a gregos e troianos.”

(idem, ibidem)

“O problema está no facto de este Governo ser, em geral, oculto. Tão oculto que nem o primeiro-ministro se lembra que ele existe.”

(Sérgio Figueiredo - «Diário Económico», 28.04.00)

“O PS anda embevecido com o grande capital. A classe trabalhadora passou de amante beijada e abraçada na rua a escapadela de motel. Bem andaria em decepar o punho cerrado da sua bandeira.”

(César Príncipe - «Jornal de Notícias», 30.04.00)

“Não faço campanha nem a favor nem contra, só quero saber se o partido quer ou não essas eleições directas, quer ou não mudar de vida, quer ou não deixar de funcionar em circuito fechado.”

(Santana Lopes, citado em antecipação de entrevista - «Expresso», 29.04.00)

“A direcção do partido e o partido é que têm de promover, se quiserem, as medidas necessárias para mudar de vida. Se o fizerem, muito bem. Se entenderem que querem continuar com uma liderança do tipo da de Durão Barroso, eu discordo, mas respeito (sic).”

(idem, ibidem)

“Tal como estão as coisas, nem o PSD nem o PP têm qualquer contacto com a realidade dos sectores sociais que é suposto representarem e impulsionarem.”

(José Miguel Júdece, citado em «Expresso», 29.04.00)

“Fui incompetente e estúpido. (...) Não sei como vou pagar as dívidas, mas não vou descansado para a campa se não as liquidar.”

(Pedro Caldeira, citado em «Expresso», 29.04.00)

“Cresce e repete-se cada vez com mais convicção o velho lugar-comum de que há uma justiça para os ricos e outra justiça para os pobres.”

(Francisco Moita Flores - «Diário de Notícias», 01.05.00)

“Daqui a cinco anos o Benfica será muito forte.”

(José Manuel Capristano - «O Jogo», 02.05.00)



CGTP vai intensificar a luta por melhores salários

Maião continua

Nas comemorações do Dia do Trabalhador, a CGTP-IN reclamou a rápida actualização do salário mínimo nacional e apelou à intensificação do combate a nível dos sectores e empresas.

Este 1.º de Maio marcou um período de ascenso das lutas dos trabalhadores, nos últimos meses, e o movimento sindical unitário prepara com ânimo e determinação novas jornadas. «Vamos intensificar o combate contra a moderação salarial, o

Nacional comemora os 30 anos da sua fundação, estão marcadas a grosso a greve de dia 9, na Administração Pública, as greves no sector dos transportes, bem como nas confecções e têxteis, metalurgia, indústria naval, comunicações e ou-

tras, que preenchem «um mês de reivindicações». O movimento sindical empenha-se ainda na mobilização dos trabalhadores para a manifestação europeia pelo emprego, que terá lugar no Porto, a 19 de Junho,

assinalando o início da Cimeira que fecha a Presidência portuguesa da UE.

Portugal tem na UE os piores salários e as maiores desigualdades sociais

A nível nacional, a CGTP reclama que, «rapidamente», o salário mínimo seja actualizado para 65 contos, com rápidos ajustamentos, igualmente, nos valores das pensões do regime geral. Nas empresas e sectores de actividade em que, após os últimos aumentos de preços, não esteja salvaguardada a melhoria dos salários reais, as estruturas sindicais vão continuar a apresentar cadernos reivindicativos intercalares.

Na agenda da CGTP, depois do 1.º de Maio deste ano em que a Intersindical

Vale a pena

Os sindicatos valorizam os resultados obtidos pelos trabalhadores, com a luta travada desde o 1.º de Maio de 1999. «Em numerosas empresas e até em subsectores inteiros, furámos os tectos salariais que o patronato, com a conivência do Gover-



Muitos milhares de pessoas participaram no comício sindical em Lisboa

no, pretendeu impor; impedimos a destruição de numerosos postos de trabalho; conseguimos a integração como efectivos de milhares de trabalhadores contratados a prazo; reparámos inúmeras injustiças e combatemos ilegalidades; reduzimos horários de trabalho; e, sobretudo, criámos esperança e confiança», disse Carvalho da Silva,

salientando que houve convergência das lutas de diferentes sectores, profissões e gerações, com «uma crescente dimensão solidária».

O secretário-geral da CGTP realçou a «importante luta» travada pela valorização do trabalho e a dignificação dos trabalhadores, pelo cumprimento das leis e contra «esta sociedade de

incertezas e de precariedade», citando o Presidente da República. Ao denunciar graves problemas laborais e situações inaceitáveis, Carvalho da Silva apontou as estatísticas da precariedade (um em cada cinco trabalhadores e quase um terço dos jovens) e lembrou que há «centenas de milhares de jovens» colocados através

de empresas alugadoras de mão-de-obra. Destacou a instabilidade laboral nas grandes superfícies comerciais, os recibos verdes na Administração Pública, a desregulamentação generalizada na construção civil — criticando com particular veemência a exploração dos trabalhadores imigrantes clandestinos.

Dualismo e má-fé na defesa do capital

A actuação do Governo nos recentes aumentos de preços dos combustíveis evidenciou uma atitude dualista, concedendo aos patrões benefícios de milhões de contos do Orçamento do Estado, para fazerem face à subida dos custos, e insistindo com os trabalhadores para que não reivindiquem aumentos salariais, porque as metas de inflação previstas se vão manter.

O «dualismo» foi denunciado por Carvalho da Silva, que recordou ainda a má-fé com que o executivo do PS actuou, ao decretar uma actualização salarial para a Administração Pública, a poucos dias de anunciar os aumentos de preços.

Rejeitando que as lutas dos trabalhadores sejam classificadas como «agitação social», o secretário-geral da CGTP respondeu à pro-

cupação expressa pelo primeiro-ministro reafirmando que «não vamos deixar de lutar» e reclamando que o Governo seja «menos subserviente face ao poder económico» e que proceda às reformas estruturais. Nesta matéria, ressaltou que «não estamos todos, seguramente, a falar do mesmo», considerou «uma tonteria» olhar para os direitos sociais como um bem colocado à venda numa loja de esquina, exigiu a defesa e consolidação do Serviço Nacional de Saúde e recusou o fim da universalidade, os tectos contributivos e a selectividade nas prestações da Segurança Social. Quanto à reforma fiscal, «o diagnóstico está feito» pelas comissões formadas pelo governo após o governo, mas «a reforma não se faz porque o Governo não quer mexer na riqueza e no capital», acusou Carvalho da Silva.





1.º de Maio comemorado em mais de 60 localidades

A festa do trabalho em luta

Provas desportivas, piqueniques e festas populares, comícios e manifestações mobilizaram muitos milhares de portugueses nas comemorações do Dia do Trabalhador promovidas pela CGTP.

Pouco depois das 15 horas de segunda-feira, partia do Largo do Martim Moniz o desfile, em direcção à Alameda Afonso Henriques. À cabeça, na manifestação dos trabalhadores dos distritos

de Lisboa e Setúbal (concelhos da Margem Sul), seguiam uma banda, um grupo de bombos e dirigentes da central, acompa-

Tiveram forte presença as empresas e sectores com lutas em curso

nhados por sindicalistas da CGT (Paris), das Comissões Obreras (Madrid) e da CDT (Casablanca). Passada hora e meia, partiam os operários da Lisnave e Gestnave, que fechavam a marcha.

Milhares de trabalhadores, jovens e reformados, com faixas e bandeiras identificando concelhos, sectores e empresas, com cravos de Abril ou apenas com o punho cerrado e a voz alta a repetir palavras de combate, preenchiam toda a Avenida Almirante Reis. Muitas pessoas aplaudiam, dos passeios e das varandas, a manifestação, e uma boa parte integrou-se na caminhada. Várias centenas preferiram instalar-se logo nos relvados da Alameda, visitando bares, exposições e feirantes. De manhã, já dezenas de atletas tinham corrido os quinze quilóme-



tros da corrida internacional. Depois do comício, a festa continuou, com a música dos «Navegante» e o sabor dos petiscos e do reencontro de amigos e camaradas.

Na festa do trabalho, as empresas e sectores com processos reivindicativos em curso tiveram, mais uma vez, uma forte presença, quer em Lisboa (a que se referem as fotos destas páginas) quer em mais de seis dezenas de outras localidades, em todos os distritos do Continente e das regiões

autónomas da Madeira e dos Açores.

Carvalho da Silva, na sua intervenção na capital, deu especial realce, pela forte participação popular, às comemorações no Porto e em Guimarães. Um levantamento divulgado pela central destacava também as iniciativas em Aveiro, Beja, Aljustrel, Pias, Bragança, Castelo Branco, Barroca Grande, Tortosendo, Unhais da Serra, Torres Vedras, Ponta Delgada, Portalegre, Elvas, Foros do Arrão, Montargil, Avis, Felgueiras,

Santarém, Setúbal, Alcácer do Sal, Casebres, Grândola, Santiago do Cacém, Sines/Santo André, Viana do Castelo, Caminha, Vila Real, Régua, Chaves e Viseu. A Agência Lusa referiu ainda comemorações em Évora, Elvas, Ponte de Sor, Faro, Coimbra, Funchal.

O secretário-geral da CGTP informou ainda que um dirigente da central interveio, em nome dos trabalhadores portugueses, nas comemorações do 1.º de Maio em Timor Lorosae.



Varandas e janelas

A manifestação da CGTP em Lisboa foi vista de muitas janelas e varandas, do Martim Moniz à Alameda. Logo na Rua da Palma, Maio era saudado pela Federação das Colectividades. Mais acima, a Associação dos Inquilinos Lisbonenses recusava novos aumentos das rendas. Sedes sindicais, residências particulares, trabalhadores e clientes de alguns

restaurantes e pastelarias mostravam aos manifestantes apoio e solidariedade. Os manifestantes, em massa ou individualmente, correspondiam às saudações. Acenavam aos cravos e bandeiras rubras, aplaudiam Vasco Gonçalves e Rosa Coutinho... e gritavam «Guterres, escuta, o povo está em luta», ao passar junto a uma sede do PS.

CT reprova Balanço Social

Os caros lucros da PT

Em doze meses, a Portugal Telecom perdeu mais de um quinto dos seus efectivos, verificando-se um forte aumento dos trabalhadores sem vínculo à empresa.

Os lucros da PT, de acordo com o Balanço Social de 1999, apresentado à Comissão de Trabalhadores para que esta desse o parecer exigido por lei, aumentaram quase 11 milhões de contos, atingindo uma verba superior a 99 milhões. Enquanto os lucros subiram, assim, 12,3 por cento, face ao ano anterior, o pagamento de IRC diminuiu 8,6 milhões de contos, o que significa uma redução de quase 24 por cento.

Para o aumento dos lucros da PT contribuiu ainda – refere a CT no parecer enviado à gestão e que divulgou na semana passada aos trabalhadores – a venda do capital social da PT Multimedia, operação financeira que custeou ainda os investimentos no Brasil e os custos da redução de efectivos.

Défice de informação

No comentário a vários itens do Balanço Social, a CT dá nota de que o documento que lhe foi apresentado não

contém as informações necessárias e suficientes para uma avaliação mais completa.

Na evolução do emprego, por exemplo, é notório o decréscimo acentuado do número de trabalhadores da PT: os 12 830 efectivos registados no final de 1999 são menos 3568 do que um ano antes, correspondendo a uma

redução de quase 22 por cento. No entanto, não são contabilizados os indicadores referentes aos contratos de trabalho temporário, nem os gastos com *outsourcing* e empreiteiros. A CT nota, mesmo assim, que o objectivo de redução dos custos fixos, na base de tais opções da gestão, tem por contrapartida um aumento «assustador» dos custos de exploração.

A diminuição de efectivos, que apenas não se verificou nos quadros médios e superiores, é motivo de preocupação para a CT, já que a Portugal Telecom, com tal política, perde «saberes vitais ao futuro da empresa e que podem reforçar os empreiteiros e a concorrência, sem qualquer

custo de formação, com prejuízo claro para a PT».

A redução do número de contratados a termo, em tal quadro, não permite uma apreciação positiva, já que aqueles trabalhadores são substituídos por pessoal temporário, «na maioria dos casos, ocupando postos de trabalho efectivos».

Também com preocupação, a CT verifica que houve redução do tempo de formação profissional, quer na contabilização das horas não trabalhadas, quer no número de acções de formação e na redução drástica do número de participantes quer ainda no abrupto corte de 70 por cento no investimento em formação.

Com «contornos pouco claros» apresentam-se os custos com pessoal, onde se confundem as despesas com os órgãos sociais da empresa – que «têm tido um aumento exponencial nos últimos anos» – e as remunerações dos trabalhadores.

Também não são suficientes as informações oficiais acerca da protecção social complementar. «Muito escassos» são os dados disponibilizados acerca do Fundo de Pensões, afirmando a CT que vai insistir em que seja prestada maior informação aos representantes dos trabalhadores.

Comparticipações na Saúde

«Miséria» há 20 anos

Um abaixo-assinado com cerca de 31 500 nomes foi entregue na sexta-feira, no Ministério da Saúde, por uma delegação da CGTP, exigindo o aumento das participações do Estado em próteses dentárias, óculos, aparelhos auditivos e outros. A *Inter* salienta que os valores das actuais «comparticipações de miséria» não são aumentados há mais de 20 anos.

Compromissos

Na nota de imprensa que divulgou após a reunião com a ministra, a CGTP regista «alguns compromissos políticos» assumidos por Manuela Arcanjo. A central «tomou a

devida nota», designadamente, de que:

- a governante «reafirmou a defesa do Serviço Nacional de Saúde» e «assume o desenvolvimento da “estratégia de saúde” da anterior equipa do Ministério»;

- «não vai dar prioridade à reorganização dos actuais centros de saúde em centros de saúde de terceira geração»;

- o regime remuneratório experimental para clínicos gerais vai ser prorrogado e reavaliado, «também com auscultação das organizações sindicais»;

- «não será implementado o projecto de diploma sobre Medicina Geral e Familiar convencional, que visava a entrega dos cuidados de

saúde primários a empresas privadas de profissionais»;

- a recuperação das listas de espera «será prioritariamente desenvolvida nos hospitais do SNS e só será convencionalizada com o sector social e privado quando, comprovadamente, não existir resposta dos hospitais públicos».

A CGTP, que vai ter nova reunião com a ministra no dia 23, «continuará atenta e a acompanhar as medidas que irão sendo tomadas na área da melhoria do acesso e da qualidade de cuidados à população, em que reconhecidamente existem graves insuficiências, combatendo todas as potenciais perspectivas liberalizadoras».

Aumentos salariais na Água do Luso

Na Sociedade da Água do Luso foi acordada uma actualização salarial de 5 por cento, com um aumento mínimo de 5 contos por trabalhador – informou na semana passada o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Bebidas.

O acordo obtido na empresa, a partir do caderno reivindicativo apresentado à administração, prevê ainda uma gratificação extraordinária correspondente a 70 por cento do venci-

mento-base e o enquadramento dos trabalhadores das termas numa tabela única, para o sector hoteleiro e termal (o que significa uma melhoria de mais cerca de dois por cento).

Estes valores têm aplicação retroactiva, desde o mês de Janeiro. A administração comprometeu-se também a apresentar, até 31 de Julho, uma proposta de grelha salarial para contemplar um sistema de progressão em fun-

ção da antiguidade efectiva do trabalhador.

«Este acordo é resultado das lutas dos trabalhadores da SAL, nomeadamente a sua participação na acção do dia 23 de Março, e da sua disponibilidade para continuar a luta», sublinha o sindicato.

Também na Rical, refere ainda o SNTIB, nenhum trabalhador que ganhe menos de 100 contos vai receber menos de 5 contos de aumento.

Manifestações e cidadania

• José Neto

Os recentes acontecimentos ocorridos com a PSP, com destaque para as manifestações policiais na cidade do Porto, revestem-se de grande gravidade e suscitam justificadas preocupações. Importa reflectir desde logo, sobre as reacções desencadeadas. É uma linha de força é sobretudo visível, aquela que, fazendo apelo à autoridade do Estado, visa o reforço do autoritarismo e a travagem do processo de democratização das forças de segurança.

A origem e o desencadear «explosivo» dos próprios acontecimentos, o radicalismo e os propósitos junto às instalações do Tribunal, as manifestações «espontâneas» posteriores, contêm elementos, não totalmente apurados, que apontam para uma clara manipulação e instrumentalização pelas forças da direita e que servem na perfeição os seus objectivos.

Convergindo com esta linha de força estão todos aqueles que vemos agora verberar as pressões «ilegítimas» dos polícias sobre os tribunais, diferentemente do que se tem assistido quando se trata de grandes interesses e figuras influentes, em que tudo vale, desde o insulto soez a magistrados e órgãos da justiça, até a processos mais ou menos obscuros de condicionar e pôr em causa as decisões dos tribunais, atitudes e métodos, esses sim, verdadeiramente afrontosos da independência do poder judicial. E que visam, no fim de contas, a manutenção de uma justiça de classe que deixa impunes os poderosos e castiga, rápida e exemplarmente, os mais desfavorecidos.

É preciso dizer, claramente, que não acompanhamos os protestos dos polícias nas circunstâncias e nas formas que assumiram. A discordância situa-se em duas ordens de razões: a primeira, a de que os profissionais de polícia, pelas suas especiais funções, não podem ter, ou aceitar ser suspeitos de privilégios perante a lei e a justiça ou estar a coberto da impunidade, acima dos cidadãos comuns; a segunda, assenta na convicção de que estas acções, geradoras de incompreensões e dúvidas, são prontamente aproveitadas, como se viu e verá, para denegrir a imagem dos polícias e sobretudo dar pretexto para a recusa das suas reivindicações justas.

Na altura, uma declaração do Secretário-geral sintetizou a posição do PCP: «Creio que é compreensível que o corpo da polícia, que está sujeito naturalmente a tantos problemas, que presta relevantes serviços e está exposto a perigos, manifeste a sua solidariedade com outros colegas que eles pensam que foram tratados com excesso de rigor. Creio também que

para a própria dignificação dos profissionais é bom que seja apurada toda a verdade em relação a este caso, com respeito pelas decisões do poder judicial.»

A citação que se faz vale também por repor na íntegra a declaração que alguma imprensa trancou e a que vários comentadores aludiram para acusar o PCP de compreensão pelo comportamento dos polícias, entendido não apenas como apoio a toda e qualquer forma de expressão que assumiu, mas até como condescendência para a violência policial.

Mas a situação que está criada impõe ainda uma reflexão profunda e séria sobre as verdadeiras causas do protesto e implica, ao mesmo tempo, que se equacionem e implementem medidas de resposta às reivindicações e problemas postos pelos polícias. É que a grande responsabilidade e risco que caracterizam as funções desempenhadas pelos agentes das forças de segurança, com abnegada dedicação e sacrifício, deviam ser merecedores de maior reconhecimento e respeito, não apenas em palavras, mas em acções, o que tantas vezes não acontece por parte dos responsáveis dos poderes públicos.

Os profissionais da PSP têm fundadas razões de queixa dos sucessivos governos, quer do PSD quer do PS, que se têm mostrado incapazes de contribuir para uma maior eficácia na prevenção do crime, para uma melhor formação e deontologia, para melhores condições de trabalho; para uma maior dignificação profissional e cívica. É por de mais evidente o mal-estar e descontentamento acumulados. De há muito o PCP tem vindo a alertar para o clima de instabilidade que se vive nesta área e para a necessidade de uma estratégia clara e coerente para a política de segurança.

Essa estratégia deve centrar-se em quatro direcções fundamentais: a primeira, no sentido de privilegiar sem equívocos os factores de prevenção e proximidade das populações; a segunda, para acentuar de forma consistente o processo de desmilitarização e democratização das estruturas das forças de segurança; a terceira, com vista a atacar de forma séria e decidida o problema da formação cívica dos agentes policiais; a quarta, visando a dignificação dos profissionais da polícia, através de medidas de âmbito remuneratório, de melhoria das condições em que prestam serviço, e da efectiva concretização do direito à criação do sindicato da polícia.

PSD e PS têm as principais culpas na situação existente. E o Governo do Partido Socialista tem agora uma oportunidade única para passar das boas intenções aos actos, das promessas às medidas que se impõem.



LISBOA

Encontro de Hotelaria e Restauração

Os comunistas do distrito de Lisboa que trabalham em Hotéis e Restaurantes vão realizar, durante a tarde da próxima quinta-feira, dia 11, no Centro de Trabalho Vitória, um Encontro para analisar a situação económica e social do sector, apresentar propostas e discutir o reforço do Partido nas suas empresas e locais de trabalho.

Qual o papel e a acção concreta dos comunistas junto dos outros trabalhadores e que contributo podem dar, enquanto membros de estruturas unitárias e representativas são questões que vão estar em discussão no Encontro que, analisará, também, a evolução do sector nos últimos anos e as perspectivas que se colocam aos trabalhadores em matéria salarial e de salvaguarda dos direitos conquistados, carreiras e níveis profissionais.

Porém, tendo presente os objectivos, decisões e orientações da sua 4.ª Assembleia de Organização e a preparação do 16.º Congresso do Partido, o Encontro incidirá, fundamentalmente a sua atenção sobre o reforço orgânico do Partido.

VISEU

PCP questiona Governo

O Grupo Parlamentar do PCP, na sequência de algumas questões que a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia de Vila Chã de Sá lhe colocaram e que levaram a Organização Regional de Viseu a contactar os Presidentes de Junta de Vila Chã de Sá e Fail, entregou na Assembleia da República quatro requerimentos relacionados com as acessibilidades à Freguesia de Vila Chã de Sá e Fail. Através destes requerimentos, dirigidos ao Ministério das Obras Públicas, o deputado comunista Joaquim Matias pretende saber «para quando» a construção do nó de acesso da EN2 à ligação IP3/IP5, a beneficiação da EN2 entre Fail e Repeses e a construção de novos acessos a Vila Chã de Sá. O Grupo Parlamentar do PCP questiona, ainda, a Câmara Municipal de Viseu sobre a pavimentação do caminho de acesso ao Soutulho e sobre a ligação entre as freguesias de Fail e Vila Chã de Sá.

SOURE

Aniversário do PCP

Na localidade de Casal do Redinho, freguesia de Alfaielos, realizou-se, no passado dia 30 de Abril, um almoço-convívio comemorativo do aniversário do PCP.

O convívio, que decorreu num ambiente de grande camaradagem e fraternidade, contou com a presença de 80 camaradas e amigos.

No final, intervieram os camaradas João Ramos Pereira, membro da Direcção Regional de Coimbra e responsável pela Comissão Concelhia de Soure, e José Casanova, membro da Comissão Política e director do «Avante!».

A história e o papel do PCP, aspectos da situação política actual e a preparação do 16.º Congresso - para a qual se apelou à intervenção activa do maior número de camaradas - constituíram os temas essenciais abordados.

PALMELA

Comunistas evocam Abril

A célula dos trabalhadores da Câmara Municipal de Palmela do PCP realizaram, na sexta-feira, na colectividade «Os Loureiros», um almoço comemorativo do 25 de Abril e do 1.º de Maio, que reuniu 130 pessoas.

A iniciativa contou com a participação de Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do PCP, cuja intervenção se centrou particularmente nas conquistas dos trabalhadores e na luta pela sua defesa contra a política de direita do Governo e a ofensiva do patronato. O dirigente do PCP fez ainda o balanço da recente campanha do PCP junto dos trabalhadores, considerando-o como um poderoso instrumento de afirmação da identidade do PCP e de esclarecimento sobre a sua iniciativa política.

CAJADOS

Solidariedade activa

No domingo, foi a vez da organização do PCP em Cajados, concelho de Palmela, levar a efeito um almoço com a participação de 30 pessoas que, dessa forma, quiseram comemorar a passagem de mais um ano sobre a Revolução de Abril.

Um dos participantes chamou a atenção para o facto de nesta altura se comemorar também 25 anos sobre a derrota dos Estados Unidos e do imperialismo na guerra do Vietname, o que veio reforçar a decisão já tomada de orientar os fundos obtidos para o apoio à Fretilin.

Comunistas algarvios querem aprofundar debate de ideias

Quadros discutem Congresso

O PCP realizou no sábado, no Centro de Trabalho de Faro, o Encontro Regional do Algarve de Quadros para discutir a preparação do 16.º Congresso do Partido.

O Encontro, que teve a participação do secretário-geral, Carlos Carvalho, de Carlos Luís Figueira, da Comissão Política, e de Rosa Rabiais, do Secretariado, reuniu cerca de cem militantes que, ao longo da tarde, intervieram activamente no debate travado. A intervenção inicial coube a Carlos Luís Figueira que lançou para discussão um vasto conjunto de questões, seguindo-se-lhe um debate muito vivo e participado.

Entre as muitas questões abordadas, os participantes apontaram a necessidade de aprofundar o debate de ideias no colectivo partidário e de tornar o nosso projecto político mais claro e atractivo, de forma a fazê-lo chegar com mais eficácia aos trabalhadores e à população. A necessidade de estreitar a ligação do Partido às massas, do fortalecer a organização e a intervenção política do Partido e das suas organizações, tendo em vista o reforço do papel do PCP na sociedade portuguesa foram outros aspectos analisados e considerados condição indispensável para imprimir uma viragem à esquerda na vida política na-

nem o interesse nacional em primeiro lugar «mas sim o capital financeiro, o eleitoralismo, o poder, os jobs for the boys».

O secretário-geral do PCP chamou a atenção para o eleitoralismo do Governo, que o le-

que não só confirmam o eleitoralismo como também fazem críticas ao governo».

Para Carlos Carvalho, é ainda «inaceitável» que, « neste país de Abril », aumentem a precariedade, a desregulamentação laboral e os baixos

«Tornar o nosso projecto político mais claro e atractivo»

cional e travar a ofensiva política de direita e as suas graves consequências para o País e para os portugueses.



O Encontro apontou a necessidade do reforço do papel do PCP

Há dinheiro para alguns

Na intervenção com que encerrou os trabalhos do Encontro, Carlos Carvalho considerou ser cada vez mais claro para um maior número de trabalhadores, de portugueses e portuguesas, que este Governo não tem as pessoas

vou a não avançar com a reforma fiscal - apesar das implicações negativas que este facto tem agora nas reformas da saúde, do ensino e da justiça -, como o levou também «a só aumentar os combustíveis após a aprovação do Orçamento do Estado». Aliás «são vários os ex-membros do governo e até altos dirigentes do PS

salários. Ou seja, disse a terminar, por toda esta sua política, o Governo é o grande «responsável pela conflitualidade social». Pois a verdade é que «não há dinheiro para os trabalhadores» mas «há dinheiro para a banca e benefícios fiscais para as actividades especulativas e financeiras».

Carvalho visita Hospital de Santiago do Cacém



Na sexta-feira, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, acompanhado de Edgar Correia, da Comissão Política, visitou o Hospital de Santiago do Cacém, onde foi recebido pela respectiva Direcção Clínica.

RTP «fala por ouvir dizer»?

O PCP, através de Vítor Dias, membro da Comissão Política, manifestou ao director de Informação e Programação da RTP, João Rego Esteves, o seu indignado protesto pelas «graves deturpações da orientação do PCP» que, a pretexto do 25.º aniversário das eleições para a Assembleia Constituinte, foram feitas no Telegiornal de 25 de Abril, copiadas «de análises e discursos de outras forças políticas».

Na peça, atribui-se ao PCP a defesa de uma «democracia popular versão soviética» em confronto com o «modelo democrático oci-

dental» defendido por outros partidos; assinalava-se que estes combatiam «as tentações hegemónicas do PCP»; referia-se que «já o aparelho de Estado está nas mãos do PCP»; sentenciava-se que «o PCP receia as eleições. Teme perder a legitimidade para prosseguir a revolução socialista já em curso», para concluir, depois, que «o resultado irá confirmar os receios do PCP».

Neste âmbito, o PCP pergunta à RTP se «fala por ouvir dizer» ou se, pelo contrário, «consegue fazer alguma prova desse completo domínio do aparelho de Esta-

do pelo PCP e da «revolução socialista já em curso». Ou se, com documentos programáticos do PCP para essas eleições, afirmações e discursos dos seus dirigentes, «consegue sustentar, com um mínimo de fundamento, a alegada defesa pelo PCP de uma «democracia popular versão soviética» ou o seu «receio» dessas eleições».

Sabendo-se que as «enormidades» referenciadas na peça «foram recebidas pela generalidade dos telespectadores como a opinião da RTP, ou pior ainda, como «a verdade» que «deu na televisão», o PCP, admitindo embora a

complexidade de tratamento de certos temas ou efemérides, considera indispensável perguntar «se a RTP - enquanto estação televisiva de serviço público - tem, e se é legítimo que tenha, opiniões políticas tão marcadas, e, no caso presente, tão propositada e manifestamente hostis a uma força política».

«Não tem, não pode ter e nada justifica que tenha», diz o PCP, a menos que «alguém tenha a coragem de sustentar que a empresa pública RTP é um instrumento ou porta-voz de umas forças políticas contra outras ou um tribunal da história».

PCP rejeita alterações do PS ao sistema eleitoral

Poder Local tem provas dadas

O PCP, antecipando-se às conclusões da recente Convenção Autárquica do PS, alertou na quinta-feira passada, em conferência de imprensa, para os perigos que encerram as propostas de alteração que os socialistas pretendem introduzir no sistema eleitoral.

O PS pretende que, no futuro, o primeiro candidato da lista mais votada para a Assembleia Municipal seja automaticamente o presidente da Câmara Municipal, a quem caberia o poder absoluto de escolha dos vereadores que constituiriam o executivo municipal.

Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política do PCP, considera que tais alterações, a serem aprovadas, seriam um «elemento redutor da democraticidade do poder local e um novo factor de empobrecimento da vida política».

Para o PCP, «o sistema eleitoral para as autarquias locais em Portugal apresenta características particulares e diferenciadas do modelo da maioria dos restantes países europeus» e traduz um real avanço democrático que, ao longo de 25 anos, «permitiu elevados índices de realização que fizeram do poder local uma das expressões maiores da melhoria das condições de vida das populações».

A esta capacidade de realização e resposta aos problemas «não é alheio um sistema eleitoral que consagra uma composição dos órgãos como espaço de participação democrática, que favorece a cooperação de eleitos de forças políticas diversas e a unidade em torno dos problemas concretos e da sua resolução».

Extinguindo o direito das populações a elegerem directamente os eleitos que melhor os representem na Câmara Municipal, o PS «quer eliminar esta rica e positiva experiência» e substituir um sistema «que comprovadamente funciona» e tem garantido a estabilidade dos órgãos autárquicos. Tudo, pela sua «indisfarçável» atracção pelo poder absoluto, mais do que pelas anunciadas intenções de reforço do poder local.

Assim, os argumentos de estabilidade e de operacionalidade, ou de valorização das assembleias municipais são «falsos» e «inconsistentes», apenas visando «sacrificar a representatividade e a legitimidade democrática».

Manter o diálogo

Pela sua parte, o PCP afirma o seu «empenho em travar a batalha para impedir a concretização da alteração do sistema eleitoral para as autarquias. Não por razões de cálculo de ganhos e perdas globais, mas, sim, pela firme convicção de que o sistema

actual tem um insubstituível valor democrático que, a perder-se, levaria consigo o que de mais importante assegura em termos de eficácia, participação democrática e transparência de procedimentos».

O sistema actual assegura eficácia, participação e transparência

Aliás, a uma pergunta sobre se os ganhos e perdas resultantes das alterações em causa já tinham sido contabilizados, Jorge Cordeiro, aplicando-as ao mandato actual, apontou alguns números, considerando, entretanto, que em termos de mandatos perdidos nos casos em que é minoria e ganhos onde é maioria, a situação nem seria desfavorável à CDU e ao PCP.

Por fim, os comunistas reafirmam a sua disposição de, com maioria absoluta ou relativa, manterem «inalterável» a sua forma de gerir o poder local: «em diálogo, com apelo à participação e ao envolvimento no trabalho de todos os eleitos interessados na resolução dos problemas. Com a tranquilidade de quem, convivendo bem com opiniões diferentes e com contribuições diversas, não teme a presença fiscalizadora e exigente de outros».



O Parque Verde da Portela é uma entre milhares de realizações do Poder Local

Argumentos... e resultados

São três, e todos «falsos», os argumentos que o PS invoca para a alteração que pretende introduzir no sistema eleitoral: estabilidade, operacionalidade e eficácia e valorização das assembleias municipais.

• **Estabilidade** - Em relação a este argumento, basta recordar que em sete mandatos autárquicos apenas em 19 casos (menos de 1 % do total dos 2135 executivos municipais que foram formados) foi necessário recorrer a eleições intercalares, sendo que em dez dessas situações a força que detinha a presidência se encontrava em maioria absoluta.

Ou, ainda, para referir o actual mandato, que em 276 municípios dos 305 eleitos (ou seja em 90 %) a força política que detém a presidência dispõe de maioria absoluta de mandatos.

debate e apresentação de pontos de vista diferentes. Por outro lado, uma parte significativa dos actos de gestão, dada a concentração de competências no Presidente, já hoje é decidida sem recurso a decisão do executivo e sem quebra de operacionalidade.

• **Valorização das assembleias municipais** - Para além de «pouco sério», este argumento é ainda «inconsistente», pois a valorização das assembleias depende, sobretudo, do reforço dos poderes efectivos e dos seus meios e condições de funcionamento, não é incompatível com a eleição directa dos executivos municipais e não passa pela eliminação da presença dos vereadores dos partidos de minoria.

Aliás, este argumento é tanto mais «cínico», quanto é certo serem os que o invocam os mesmos que em momentos de alteração da Lei de Atribuições e Competências foram esvaziando o poder das assembleias municipais a favor da eficácia do poder executivo.



O actual sistema eleitoral favorece a unidade em torno da resolução dos problemas, diz Jorge Cordeiro

Cada qual em seu canto

Se as alterações que o PS pretende introduzir fossem já hoje realidade, as forças políticas, cada uma acantonada no seu rincão, teriam uma participação nos executivos camarários bastante diferente da que hoje têm. Vejamos:

	O que têm	O que teriam
PS	288	128
PSD	269	127
CDU	87	42
CDS	44	8

Ou seja, querer mudar o sistema eleitoral por causa de 10% dos municípios é um «absurdo».

• **Governabilidade e eficácia** - A ideia «vendida» é a de que a presença de eleitos de outros partidos é um factor de perturbação no andamento dos processos de decisão.

A verdade, porém, é que, na generalidade das autarquias, uma elevadíssima percentagem de deliberações (cerca de 80%) são tomadas por unanimidade e resultam de um processo de amplo

sagraria a lógica da parlamentarização das autarquias (entendida não no sentido de uma prevalência das Assembleias Municipais mas no sentido de estilo de funcionamento decalcado de certos aspectos da vida parlamentar - contraposição rígida governo/oposição, etc.), deixando, assim, as autarquias de ser um espaço de procura de cooperação e trabalho dos eleitos de partidos diversos para se transformar em palco de polémica e confronto entre o governo local e as oposições.

• **Democracia e proximidade dos eleitores** - O sistema proposto traduzir-se-ia pela deslegitimação da vontade directa das populações, pois a escolha em concreto dos vereadores resultaria não da escolha directa dos eleitores mas da escolha unipessoal do futuro presidente da câmara, sendo que, na generalidade das situações, mais de metade da população deixará de se ver representada no executivo municipal. Por outro lado, acentuaria até ao limite a lógica da bipolarização, acabando por condicionar a vontade dos eleitores em nome da utilidade do voto.

Outros perigos

• **Fiscalização e verificação da legalidade** - A presença de outras forças políticas nas câmaras municipais é a garantia mínima de legalidade e de conhecimento e verificação de processo e actos de gestão e decisão. Assim, a constituição de executivos «monocolors» traduzir-se-ia pelo empobrecimento dos mecanismos de fiscalização e seria um rude golpe na transparência da gestão.

• **Presidencialismo** - A adopção desta alteração viria acentuar um poder unipessoal, centrado no presidente da câmara municipal, que não diria apenas respeito a concentração de poderes e competências mas a um novo poder resultante da escolha individual de pessoas.

• **«Parlamentarização do Poder Local** - O fim da eleição directa das câmaras municipais consagraria a lógica da parlamentarização das autarquias (entendida não no sentido de uma prevalência das Assembleias Municipais mas no sentido de estilo de funcionamento decalcado de certos aspectos da vida parlamentar - contraposição rígida governo/oposição, etc.), deixando, assim, as autarquias de ser um espaço de procura de cooperação e trabalho dos eleitos de partidos diversos para se transformar em palco de polémica e confronto entre o governo local e as oposições.

LISBOA Encontro de Hotelaria e Restauração

Os comunistas do distrito de Lisboa que trabalham em Hotéis e Restaurantes vão realizar, durante a tarde da próxima quinta-feira, dia 11, no Centro de Trabalho Vitória, um Encontro para analisar a situação económica e social do sector, apresentar propostas e discutir o reforço do Partido nas suas empresas e locais de trabalho.

Qual o papel e a acção concreta dos comunistas junto dos outros trabalhadores e que contributo podem dar, enquanto membros de estruturas unitárias e representativas são questões que vão estar em discussão no Encontro que, analisará, também, a evolução do sector nos últimos anos e as perspectivas que se colocam aos trabalhadores em matéria salarial e de salvaguarda dos direitos conquistados, carreiras e níveis profissionais.

Porém, tendo presente os objectivos, decisões e orientações da sua 4.ª Assembleia de Organização e a preparação do 16.º Congresso do Partido, o Encontro incidirá, fundamentalmente a sua atenção sobre o reforço orgânico do Partido.

WISEU PCP questiona Governo

O Grupo Parlamentar do PCP, na sequência de algumas questões que a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia de Vila Chã de Sá lhe colocaram e que levaram a Organização Regional de Viseu a contactar os Presidentes de Junta de Vila Chã de Sá e Fail, entregou na Assembleia da República quatro requerimentos relacionados com as acessibilidades à Freguesia de Vila Chã de Sá e Fail. Através destes requerimentos, dirigidos ao Ministério das Obras Públicas, o deputado comunista Joaquim Matias pretende saber «para quando» a construção do nó de acesso da EN2 à ligação IP3/IP5, a beneficiação da EN2 entre Fail e Repeses e a construção de novos acessos a Vila Chã de Sá. O Grupo Parlamentar do PCP questiona, ainda, a Câmara Municipal de Viseu sobre a pavimentação do caminho de acesso ao Soutulho e sobre a ligação entre as freguesias de Fail e Vila Chã de Sá.

SOURE Aniversário do PCP

Na localidade de Casal do Redinho, freguesia de Alfarelos, realizou-se, no passado dia 30 de Abril, um almoço-convívio comemorativo do aniversário do PCP.

O convívio, que decorreu num ambiente de grande camaradagem e fraternidade, contou com a presença de 80 camaradas e amigos.

No final, intervieram os camaradas João Ramos Pereira, membro da Direcção Regional de Coimbra e responsável pela Comissão Concelhia de Soure, e José Casanova, membro da Comissão Política e director do «Avante!».

A história e o papel do PCP, aspectos da situação política actual e a preparação do 16.º Congresso - para a qual se apelou à intervenção activa do maior número de camaradas - constituíram os temas essenciais abordados.

PALMELA Comunistas evocam Abril

A célula dos trabalhadores da Câmara Municipal de Palmela do PCP realizaram, na sexta-feira, na colectividade «Os Loureiros», um almoço comemorativo do 25 de Abril e do 1.º de Maio, que reuniu 130 pessoas.

A iniciativa contou com a participação de Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do PCP, cuja intervenção se centrou particularmente nas conquistas dos trabalhadores e na luta pela sua defesa contra a política de direita do Governo e a ofensiva do patronato. O dirigente do PCP fez ainda o balanço da recente campanha do PCP junto dos trabalhadores, considerando-o como um poderoso instrumento de afirmação da identidade do PCP e de esclarecimento sobre a sua iniciativa política.

CAJADOS Solidariedade activa

No domingo, foi a vez da organização do PCP em Cajados, concelho de Palmela, levar a efeito um almoço com a participação de 30 pessoas que, dessa forma, quiseram comemorar a passagem de mais um ano sobre a Revolução de Abril.

Um dos participantes chamou a atenção para o facto de nesta altura se comemorar também 25 anos sobre a derrota dos Estados Unidos e do imperialismo na guerra do Vietname, o que veio reforçar a decisão já tomada de orientar os fundos obtidos para o apoio à Fretilin.

Comunistas algarvios querem aprofundar debate de ideias

Quadros discutem Congresso

O PCP realizou no sábado, no Centro de Trabalho de Faro, o Encontro Regional do Algarve de Quadros para discutir a preparação do 16.º Congresso do Partido.

O Encontro, que teve a participação do secretário-geral, Carlos Carvalhas, de Carlos Luís Figueira, da Comissão Política, e de Rosa Rabiais, do Secretariado, reuniu cerca de cem militantes que, ao longo da tarde, intervieram activamente no debate travado. A intervenção inicial coube a Carlos Luís Figueira que lançou para discussão um vasto conjunto de questões, seguindo-se-lhe um debate muito vivo e participado.

Entre as muitas questões abordadas, os participantes apontaram a necessidade de aprofundar o debate de ideias no colectivo partidário e de tornar o nosso projecto político mais claro e atractivo, de forma a fazê-lo chegar com mais eficácia aos trabalhadores e à população. A necessidade de estreitar a ligação do Partido às massas, do fortalecer a organização e a intervenção política do Partido e das suas organizações, tendo em vista o reforço do papel do PCP na sociedade portuguesa foram outros aspectos analisados e considerados condição indispensável para imprimir uma viragem à esquerda na vida política na-

cional e travar a ofensiva política de direita e as suas graves consequências para o País e para os portugueses.

nem o interesse nacional em primeiro lugar «mas sim o capital financeiro, o eleitoralismo, o poder, os jobs for the boys».

O secretário-geral do PCP chamou a atenção para o eleitoralismo do Governo, que o le-

que não só confirmam o eleitoralismo como também fazem críticas ao governo».

Para Carlos Carvalhas, é ainda «inaceitável» que, «neste país de Abril», aumentem a precariedade, a desregulamentação laboral e os baixos

«Tornar o nosso projecto político mais claro e atractivo»



O Encontro apontou a necessidade do reforço do papel do PCP

Há dinheiro para alguns

Na intervenção com que encerrou os trabalhos do Encontro, Carlos Carvalhas considerou ser cada vez mais claro para um maior número de trabalhadores, de portugueses e portuguesas, que este Governo não tem as pessoas

vou a não avançar com a reforma fiscal - apesar das implicações negativas que este facto tem agora nas reformas da saúde, do ensino e da justiça -, como o levou também «a só aumentar os combustíveis após a aprovação do Orçamento do Estado». Aliás «são vários os ex-membros do governo e até altos dirigentes do PS

salários. Ou seja, disse a terminar, por toda esta sua política, o Governo é o grande «responsável pela conflitualidade social». Pois a verdade é que «não há dinheiro para os trabalhadores» mas «há dinheiro para a banca e benefícios fiscais para as actividades especulativas e financeiras».

Carvalhas visita Hospital de Santiago do Cacém



Na sexta-feira, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, acompanhado de Edgar Correia, da Comissão Política, visitou o Hospital de Santiago do Cacém, onde foi recebido pela respectiva Direcção Clínica.

RTP «fala por ouvir dizer»?

O PCP, através de Vítor Dias, membro da Comissão Política, manifestou ao director de Informação e Programação da RTP, João Rego Esteves, o seu indignado protesto pelas «graves deturpações da orientação do PCP» que, a pretexto do 25.º aniversário das eleições para a Assembleia Constituinte, foram feitas no Telejornal de 25 de Abril, copiadas «de análises e discursos de outras forças políticas».

Na peça, atribuiu-se ao PCP a defesa de uma «democracia popular versão soviética» em confronto com o «modelo democrático oci-

dental» defendido por outros partidos; assinalava-se que estes combatiam «as tentações hegemónicas do PCP»; referia-se que «já o aparelho de Estado está nas mãos do PCP»; sentenciava-se que «o PCP receia as eleições. Teme perder a legitimidade para prosseguir a revolução socialista já em curso», para concluir, depois, que «o resultado irá confirmar os receios do PCP».

Neste âmbito, o PCP pergunta à RTP se «fala por ouvir dizer» ou se, pelo contrário, «consegue fazer alguma prova desse completo domínio do aparelho de Esta-

do pelo PCP e da «revolução socialista já em curso». Ou se, com documentos programáticos do PCP para essas eleições, afirmações e discursos dos seus dirigentes, «consegue sustentar, com um mínimo de fundamento, a alegada defesa pelo PCP de uma «democracia popular versão soviética» ou o seu «receio» dessas eleições».

Sabendo-se que as «enormidades» referenciadas na peça «foram recebidas pela generalidade dos telespectadores como a opinião da RTP, ou pior ainda, como «a verdade» que «deu na televisão», o PCP, admitindo embora a

complexidade de tratamento de certos temas ou efemérides, considera indispensável perguntar «se a RTP - enquanto estação televisiva de serviço público - tem, e se é legítimo que tenha, opiniões políticas tão marcadas, e, no caso presente, tão propositada e manifestamente hostis a uma força política».

«Não tem, não pode ter e nada justifica que tenha», diz o PCP, a menos que «alguém tenha a coragem de sustentar que a empresa pública RTP é um instrumento ou porta-voz de umas forças políticas contra outras ou um tribunal da história».

PCP rejeita alterações do PS ao sistema eleitoral

Poder Local tem provas dadas

O PCP, antecipando-se às conclusões da recente Convenção Autárquica do PS, alertou na quinta-feira passada, em conferência de imprensa, para os perigos que encerram as propostas de alteração que os socialistas pretendem introduzir no sistema eleitoral.

O PS pretende que, no futuro, o primeiro candidato da lista mais votada para a Assembleia Municipal seja automaticamente o presidente da Câmara Municipal, a quem caberia o poder absoluto de escolha dos vereadores que constituiriam o executivo municipal.

Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política do PCP, considera que tais alterações, a serem aprovadas, seriam um «elemento redutor da democraticidade do poder local e um novo factor de empobrecimento da vida política».

Para o PCP, «o sistema eleitoral para as autarquias locais em Portugal apresenta características particulares e diferenciadas do modelo da maioria dos restantes países europeus» e traduz um real avanço democrático que, ao longo de 25 anos, «permitiu elevados índices de realização que fizeram do poder local uma das expressões maiores da melhoria das condições de vida das populações».

A esta capacidade de realização e resposta aos problemas «não é alheio um sistema eleitoral que consagra uma composição dos órgãos como espaço de participação democrática, que favorece a cooperação de eleitos de forças políticas diversas e a unidade em torno dos problemas concretos e da sua resolução».

Extinguindo o direito das populações a elegerem directamente os eleitos que melhor os representem na Câmara Municipal, o PS «quer eliminar esta rica e positiva experiência» e substituir um sistema «que comprovadamente funciona» e tem garantido a estabilidade dos órgãos autárquicos. Tudo, pela sua «indisfarçável» atracção pelo poder absoluto, mais do que pelas anunciadas intenções de reforço do poder local.

Assim, os argumentos de estabilidade e de operacionalidade, ou de valorização das assembleias municipais são «falsos» e «inconsistentes», apenas visando «sacrificar a representatividade e a legitimidade democrática».

Manter o diálogo

Pela sua parte, o PCP afirma o seu «empenho em travar a batalha para impedir a concretização da alteração do sistema eleitoral para as autarquias. Não por razões de cálculo de ganhos e perdas globais, mas, sim, pela firme convicção de que o sistema

actual tem um insubstituível valor democrático que, a perder-se, levaria consigo o que de mais importante assegura em termos de eficácia, participação democrática e transparência de procedimentos».

Aliás, a uma pergunta sobre se os ganhos e perdas resultantes das alterações em causa já tinham sido contabilizados, Jorge Cordeiro, aplicando-as ao mandato actual, apontou alguns números, considerando, entretanto, que em termos de mandatos perdidos nos casos em que é minoria e ganhos onde é maioria, a situação nem seria desfavorável à CDU e ao PCP.

Por fim, os comunistas reafirmam a sua disposição de, com maioria absoluta ou relativa, manterem «inalterável» a sua forma de gerir o poder local: «em diálogo, com apelo à participação e ao envolvimento no trabalho de todos os eleitos interessados na resolução dos problemas. Com a tranquilidade de quem, convivendo bem com opiniões diferentes e com contribuições diversas, não teme a presença fiscalizadora e exigente de outros».

Por fim, os comunistas reafirmam a sua disposição de, com maioria absoluta ou relativa, manterem «inalterável» a sua forma de gerir o poder local: «em diálogo, com apelo à participação e ao envolvimento no trabalho de todos os eleitos interessados na resolução dos problemas. Com a tranquilidade de quem, convivendo bem com opiniões diferentes e com contribuições diversas, não teme a presença fiscalizadora e exigente de outros».



O Parque Verde da Portela é uma entre milhares de realizações do Poder Local

Argumentos... e resultados

São três, e todos «falsos», os argumentos que o PS invoca para a alteração que pretende introduzir no sistema eleitoral: estabilidade, operacionalidade e eficácia e valorização das assembleias municipais.

• **Estabilidade** - Em relação a este argumento, basta recordar que em sete mandatos autárquicos apenas em 19 casos (menos de 1% do total dos 2135 executivos municipais que foram formados) foi necessário recorrer a eleições intercalares, sendo que em dez dessas situações a força que detinha a presidência se encontrava em maioria absoluta.

Ou, ainda, para referir o actual mandato, que em 276 municípios dos 305 eleitos (ou seja em 90%) a força política que detém a presidência dispõe de maioria absoluta de mandatos.

debate e apresentação de pontos de vista diferentes. Por outro lado, uma parte significativa dos actos de gestão, dada a concentração de competências no Presidente, já hoje é decidida sem recurso a decisão do executivo e sem quebra de operacionalidade.

• **Valorização das assembleias municipais** - Para além de «pouco sério», este argumento é ainda «inconsistente», pois a valorização das assembleias depende, sobretudo, do reforço dos poderes efectivos e dos seus meios e condições de funcionamento, não é incompatível com a eleição directa dos executivos municipais e não passa pela eliminação da presença dos vereadores dos partidos de minoria.

Aliás, este argumento é tanto mais «cínico», quanto é certo serem os que o invocam os mesmos que em momentos de alteração da Lei de Atribuições e Competências foram esvaziando o poder das assembleias municipais a favor da eficácia do poder executivo.

Outros perigos

• **Fiscalização e verificação da legalidade** - A presença de outras forças políticas nas câmaras municipais é a garantia mínima de legalidade e de conhecimento e verificação de processo e actos de gestão e decisão. Assim, a constituição de executivos «monocolors» traduzir-se-ia pelo empobrecimento dos mecanismos de fiscalização e seria um rude golpe na transparência da gestão.

• **Presidencialismo** - A adopção desta alteração viria acentuar um poder unipessoal, centrado no presidente da câmara municipal, que não daria apenas respeito a concentração de poderes e competências mas a um novo poder resultante da escolha individual de pessoas.

• **«Parlamentarização do Poder Local** - O fim da eleição directa das câmaras municipais consagraria a lógica da parlamentarização das autarquias (entendida não no sentido de uma prevalência das Assembleias Municipais mas no sentido de estilo de funcionamento decalcado de certos aspectos da vida parlamentar - contraoposição rígida governo/oposição, etc.), deixando, assim, as autarquias de ser um espaço de procura de cooperação e trabalho dos eleitos de partidos diversos para se transformar em palco de polémica e confronto entre o governo local e as oposições.

• **Democracia e proximidade dos eleitores** - O sistema proposto traduzir-se-ia pela deslegitimação da vontade directa das populações, pois a escolha em concreto dos vereadores resultaria não da escolha directa dos eleitores mas da escolha unipessoal do futuro presidente da câmara, sendo que, na generalidade das situações, mais de metade da população deixará de se ver representada no executivo municipal. Por outro lado, acentuará até ao limite a lógica da bipolarização, acabando por condicionar a vontade dos eleitores em nome da utilidade do voto.



O actual sistema eleitoral favorece a unidade em torno da resolução dos problemas, diz Jorge Cordeiro

Cada qual em seu canto

Se as alterações que o PS pretende introduzir fossem já hoje realidade, as forças políticas, cada uma acantonada no seu rincão, teriam uma participação nos executivos camarários bastante diferente da que hoje têm. Vejamos:

	O que têm	O que teriam
PS	288	128
PSD	269	127
CDU	87	42
CDS	44	8

Ou seja, querer mudar o sistema eleitoral por causa de 10% dos municípios é um «absurdo».

• **Governabilidade e eficácia** - A ideia «vendida» é a de que a presença de eleitos de outros partidos é um factor de perturbação no andamento dos processos de decisão.

A verdade, porém, é que, na generalidade das autarquias, uma elevadíssima percentagem de deliberações (cerca de 80%) são tomadas por unanimidade e resultam de um processo de amplo

Montemor-o-Novo Câmara homenageia João Machado

No quadro das comemorações do 26.º aniversário do 25 de Abril, a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo homenageou o destacado antifascista João Joaquim Machado com a Medalha de Honra «Liberdade, Progresso, Justiça Social».

Operário agrícola de profissão, tendo embora trabalhado durante três anos como operário dos Caminhos-de-Ferro e quatro como empregado de balcão, João Machado começou cedo, com apenas 14 anos, a aproximar-se do PCP, decorria então a Guerra Civil de Espanha, filiando-se no Partido em 1943, data a partir da qual passou a integrar activamente a vida política. Em 1945, participou nas jornadas por melhores salários para os trabalhadores agrícolas, sendo pela primeira vez. Volta a ser preso em 1947, na sequência das lutas por trabalho e contra a fome, e novamente em 1949, depois de ter participado activamente na campanha eleitoral de Norton de Matos. Em 1958, é preso pela quarta vez, quando integrava uma manifestação contra a burla eleitoral que impediu a eleição de Humberto Delgado e pela exigência de trabalho para os assalariados rurais. Em 1961, quando organizava as jornadas pelas 8 horas de trabalho, é perseguido pela PIDE e obrigado a fugir, passando um ano na clandestinidade, mas volta a ser preso em 1962, em Vila Viçosa, passando seis anos entre as cadeias do Aljube, Caxias e Peniche.

Durante os 10 anos que totalizaram as suas prisões, foi por diversas vezes barbaramente torturado e esteve 10 meses incomunicável.

Em 1973, participa no Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, mantendo até ao 25 de Abril uma intensa actividade política de resistência ao fascismo, tornando-se, em 1974, funcionário do PCP. Em 1975, é candidato a deputado à Assembleia Constituinte.

Integra desde o início a União dos Resistentes Antifascistas Portugueses e as Comissões de Base de Saúde, bem como as Comissões de Moradores de Montemor-o-Novo. Reforma-se em 1986 mas mantém a sua actividade política, participando, nomeadamente, nas listas da CDU candidatas às autarquias.

Na declaração que proferiu, no acto de entrega da Medalha de Honra, João Machado estendeu a homenagem a «outros resistentes e ao povo trabalhador» do concelho «que nunca se resignou à ditadura fascista», recordando alguns filhos de Montemor que mais se destacaram: Germano Vidigal, José Adelino dos Santos, António Gervásio, Maria Lourença Cabecinha, Joaquim Badalinho, António Marques, Silvestre Catarro, António Malhão, José Roque, António Farrica, António Calção, Custódio Caramelo, José Corraleira, Ernesto Morcela e muitos outros.

Reafirmando, por fim, a sua confiança no futuro e nas novas gerações, João Machado manifestou a sua convicção em que «a luta pela Liberdade, pelo progresso social, por uma sociedade sem exploradores nem explorados vai vencer!».

▼ CAMARADAS FALECIDOS

António Marques Pombo

Faleceu em San Diego, França, onde trabalhou e tem família, o camarada António Marques Pombo, operário têxtil reformado. Era natural da freguesia do Tortosendo, onde estava organizado.

Nuno Liñan de Oliveira Leite

Faleceu, no dia 30 de Abril, com 70 anos de idade, o camarada Nuno Aldo Borrego Liñan de Oliveira Leite. Era membro do Partido desde 1975, encontrando-se organizado da célula da Segurança Social do sector da Função Pública.

Virgílio Lança

Faleceu, no dia 24 de Abril, com 84 anos de idade, o camarada Virgílio Lança, natural de Mombeja, distrito de Beja. Camarada muito dedicado, pertencia à organização de Freguesia de Carcavelos.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Decidida reconversão da zona ribeirinha de Viana do Castelo

PCP critica ausência de debate

Em nota à comunicação social, a Comissão Concelhia de Viana do Castelo do PCP valoriza a noticiada adesão do Município ao programa POLIS, mas enuncia algumas preocupações de carácter político sobre este programa.

Trata-se de um investimento de cerca de 16 milhões de contos - a realizar por uma sociedade em que a autarquia detém cerca de 40% do capital e a Parque Expo e a Administração Central os restantes 60% - cuja fatia principal é obtida no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio e será aplicada nas obras de reconversão da zona ribeirinha e atlântica da cidade.

O PCP saúda a iniciativa mas considera que o POLIS se caracteriza «por uma clara centralização nos processos de definição, gestão e implementação», acabando por ser realizado «à conta de parcelas importantes de verbas (47,3 milhões de contos) destinadas aos Programas Operacionais Regionais.

Por outro lado, o modelo de gestão para a componente mais significativa do programa assegura o controlo da Administração Central e a estrutura de acompanhamento do conjunto do programa apenas atribui um «papel residual» às autarquias. Também o esforço financeiro da Administração Central nunca será superior a 16% do investimento total, ficando as autarquias impossibilitadas de gerir directamente verbas comunitárias significativas.

Apelo hipócrita

Porém, o que mais preocupa os comunistas no POLIS são os poderes excepcionais que lhe são atribuídos, particularmente em matéria de expropriação, utilização e administração dos bens do domínio público do Estado, de dispensa de licenciamento para operações de loteamento e projectos de obras, infra-estruturas e edificação.

Depois, relembrando as posições anteriormente assumidas a propósito das obras no

jardim público da marginal - com as quais está de acordo - o PCP manifesta a sua preocupação em relação «à segurança de quem procura aquele espaço público de lazer e se vê obrigado a atravessar uma via de circulação rodoviária de quatro faixas de rodagem com separador central».

O PCP manifesta o seu desacordo com a construção do Parque de Estacionamento subterrâneo na Avenida dos Combatentes e em relação às obras do Campo da Agonia, reafirma a sua opinião de que «a instalação de parque de estacionamento, a reformulação da via de circulação rodoviária, a redefinição de

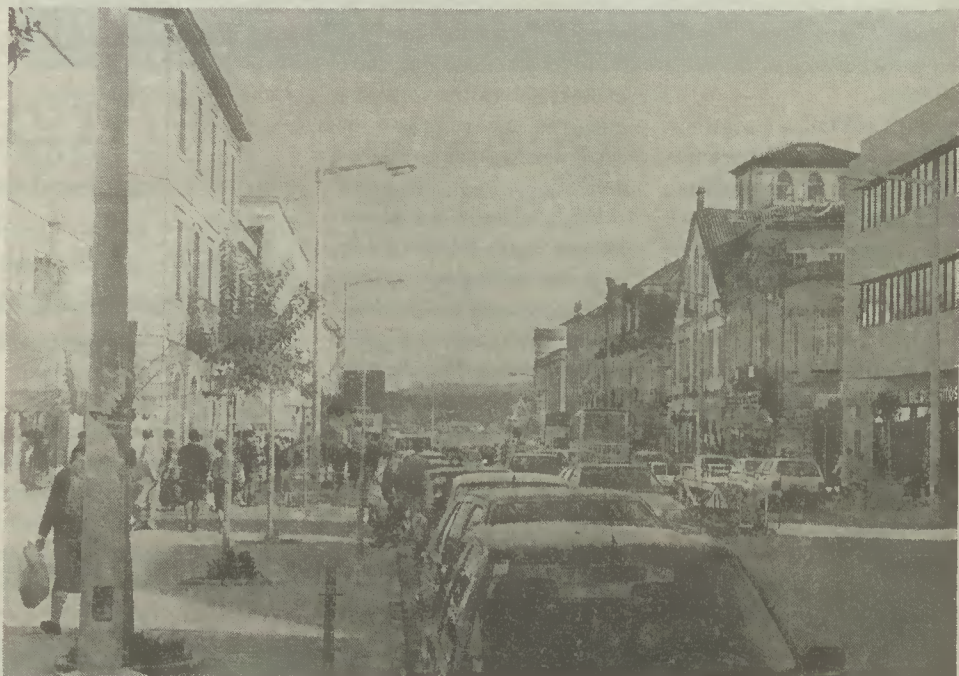
espaços recreativos, desportivos e de animação cultural e o ponderar da feira semanal para outro local da cidade, são medidas que é indispensável considerar no estudo de Fernando Távora».

Por fim, a Concelhia de Viana do Castelo do PCP denuncia «a total ausência de autenticidade do debate público», principal

mente dos estudos urbanísticos, «entretanto transformados em planos de pormenor nunca aprovados pela Assembleia Municipal», apelidando de «hipócrita» o

apelo à oposição para que se empenhe « neste esforço da autarquia ».

O modelo de gestão atribui um «papel residual» às autarquias



As obras de reconversão da zona ribeirinha merecem o apoio do PCP

Desmembramento da Oliva Custos devem ser minorados

A Comissão Concelhia do PCP de S. João da Madeira reivindica que a deslocalização da empresa de torneiras UNITORN seja feita de modo a reduzir ao mínimo possível os factores de desgaste físico e psíquico que o processo implica para os trabalhadores e, visando acautelar o interesse dos trabalhadores e do próprio concelho, defende a criação de condições para que a Fábrica Nacional de Tubos continue a laborar em S. João da Madeira, tendo já, nesse sentido, interpelado a Câmara Municipal.

A UNITORN resulta do

desmembramento da Oliva, cujo processo de viabilização implicou a venda do sector das torneiras à CIFIAL e a Fábrica Nacional de Tubos à SUPERGAL, empresas que, até ao presente, têm estado ligadas à empresa-mãe. Estando, porém, a esgotar-se o prazo previsto pelo contrato de compra para a transferência do sector de tubos, dentro do concelho de S. João da Madeira ou para concelho limítrofe, a CIFIAL optou por reinstalar o sector adquirido em Paços de Brandão, onde já tem uma fábrica de torneiras de um tipo diferente.

A falência da Oliva foi, assim, evitada mas do processo em curso saem prejudicados o concelho de S. João da Madeira - amputado de uma parte da sua indústria - e os mais de 100 trabalhadores do sector que terão de acrescentar ao seu percurso habitual um outro até Paços de Brandão.

Solidária com os trabalhadores da UNITORN e da Oliva, que agora perde uma sua estrutura de décadas, a Comissão Concelhia do PCP defende que o sindicato e as organizações dos trabalhadores acompanhem todo o processo, de modo a que, como a lei obriga, da

deslocalização da empresa não resultem prejuízos para os trabalhadores, que deverão ver garantido o pagamento do acréscimo das despesas de transportes e remunerada a diferença de tempo gasto no transporte. Para os comunistas, há ainda que ter em conta a adequação dos horários dos transportes aos horários de entradas e saídas dos trabalhadores que, afectados já pelo corte de relações com o meio onde trabalham há décadas, não podem ver o problema resolvido à custa do encurtamento do pouco tempo que já têm disponível.

4.ª Assembleia de Matosinhos discute autárquicas

Com a participação de Emídio Ribeiro, membro da Comissão Política, realizou-se, no sábado, a 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Matosinhos do PCP.

A Assembleia aprovou três resoluções - sobre questões de direcção e organização, sobre o trabalho local e as eleições autárquicas de 2001

e uma outra subordinada ao tema «Com o PCP o concelho de Matosinhos será!» - e elegeu a nova concelha, constituída por 19 membros, quatro dos quais não integravam a anterior concelha.

Numa das resoluções aprovada, é apontado o objectivo de construção de um concelho onde valha a pena viver e onde «a reali-

zação se sobreponha à propaganda» e, entre as propostas apresentadas destacam-se as que se ligam ao ambiente e espaços verdes, aos transportes, acessibilidades e rede viária, à reconversão urbanística da zona central da Senhora da Hora e ao desenvolvimento e ordenamento industrial.

Em relação às eleições

autárquicas de 2001, a Assembleia colocou como objectivos o aumento da votação nas listas da CDU, a representação da CDU no futuro executivo municipal, o reforço das posições da CDU na Assembleia Municipal e nas Assembleias de Freguesia e a eleição de uma voz da CDU na freguesia de Custóias.

OEIRAS Não à venda da Lusalite

A venda «pouco transparente» do terreno onde se encontra instalada a Lusalite, na Cruz Quebrada, vem dar razão aos trabalhadores quando denunciavam a irresponsabilidade da administração face ao futuro da empresa, pois sabendo-se que, por imposição das normas da União Europeia, o processo de fabrico teria de ser substituído a prazo, nada foi feito para reverter a actividade produtiva da empresa, cujo encerramento agora se anuncia, ameaçando 200 postos de trabalho. A denúncia cabe à Comissão Concelhia de Oeiras do PCP que se opõe à reconversão da zona de expansão industrial do Alto de Barronhos em loteamento para habitação e serviços, defende a preservação do património paisagístico da orla ribeirinha do Tejo, onde a Lusalite se localiza, e exige que os trabalhadores sejam ouvidos em todo o processo, de forma a ver garantidos os seus postos de trabalho.

PESO DA RÉGUA Empenhamento sério?

O noticiado empenhamento do Presidente da Câmara Municipal de Peso da Régua na defesa do Museu do Douro e do traçado do IC-26 merece o apoio do PCP que, no entanto, vai estar atento para que estas notícias «não fiquem por promessas que não são para cumprir», pois a situação social da Régua «carece de um verdadeiro empenhamento». Aliás, não se compreende a razão por que os deputados do PS eleitos pelo distrito votaram contra as propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, quando da discussão do PIDDAC - no valor de 1 milhão e 300 mil contos -, se, afinal, eram também propostas da Câmara de Peso da Régua, de maioria socialista.

CONDEIXA Atentado à Saúde

A Comissão Concelhia de Condeixa do PCP condena a decisão da Directora do Centro de Saúde de Condeixa e vereadora do PS de encerrar a Extensão de Saúde da Freguesia do Furadouro, como forma de reduzir despesas. É uma solução «economicista», que afecta cerca de 300 mil habitantes, na sua maioria idosos e de poucos recursos, diz o PCP, solidário com o abaixo-assinado de protesto posto a circular pela Junta de Freguesia (também PS). Quanto à desculpa invocada de «falta de condições de funcionamento», apenas esconde a estratégia política que se desenha para o concelho com a cumplicidade da Câmara e que passa pelo encerramento das Extensões de Saúde.

SETÚBAL Desorientação na Câmara

A oscilação no estabelecimento dos preços da água em Setúbal levou o PCP a reputar Máta Cáceres de «desorientado», «gasto» e «sem soluções». De facto, a Câmara começou por apresentar um novo tarifário para a água e o saneamento básico (+ 7%) que, por ser «irrealista» foi rejeitado. Descontente com a votação, Máta Cáceres disse ter havido engano - o aumento era, afinal, de 3,99% -, pelo que o assunto voltaria a ser agendado na reunião extraordinária de 17 de Abril, o que não aconteceu, ficando a discussão adiada para a passada sexta-feira. Como o aumento continuava, porém, nos 7% e seria, naturalmente, rejeitado pelo PCP, Máta Cáceres, optou finalmente por, na véspera e à pressa, apontar novos valores ainda inflacionados mas agora mais próximos daquilo que resultaria do cumprimento do contrato com as Águas do Sado.

Três almas gémeas

É natural que as justas e fortes lutas sociais em curso, envolvendo centenas de milhar de trabalhadores de praticamente todos os sectores de actividade, preocupem os executores e apoiantes da política de direita. Daí as sucessivas declarações e textos denegrindo essas lutas, atribuindo-lhes «subversivas» origens e intenções e procurando mistificar a realidade existente.



José
Casanova
Membro
da Comissão
Política

António Guterres é Primeiro-Ministro de Portugal e, actualmente, julga ser, também, Presidente do Conselho Europeu. João César das Neves é não sei o quê e verte, uma vez por semana, prosa reaccionária e beata no «Diário de Notícias». Eduardo Prado Coelho é, entre muitas coisas, um prolixo citador de autores - tantos que, feitas as contas às horas de leitura de todos os livros citados, conclui-se que o colunista do «Público» deve ser pessoa que não andarão longe dos cem anos de idade, ou talvez mais. Quis o destino que, em vés-

que *agitam democraticamente*, isto é, falando, falando, falando... mas assim, com greves e manifestações promovidas pelo PCP, francamente não havia *nechichidade*... Ora, em democracia, a afirmação de que «não está em causa o direito à manifestação e à greve» é desnecessária pelo que utilizá-la só faz sentido se pela cabeça de quem a utiliza já perpassaram ideias outras. Além disso, a ligação do PCP à «agitação» é velha e está, desde tempos imemoriais, ligada a «subversões» e outras «ilegalidades» passíveis de repressões... das repressões possíveis em cada momento, naturalmente. Por isso, o discurso de Guterres exala um execrável cheiro a passado e uma clara predisposição antidemocrática que aqui se desmascara, condena e rejeita.

“Os bons espíritos encontram-se sempre”

peras de 1.º de Maio, os três se debruçassem sobre, respectivamente, «agitação social», «perversidades» da dita e «crise de confiança e lealdade entre o trabalhador e os seus chefes» - uma tríade complementar de preocupações que confirma exemplarmente que os bons espíritos encontram-se sempre.

«Agitação»

Guterres atirou-se, com unhas e dentes, à «agitação social». Fê-lo à sua maneira: garantiu que «não está em causa o direito à manifestação e à greve» e reconheceu que a «agitação social, por vezes, corresponde a problemas» existentes; o mal está, segundo ele, no facto de ser o PCP a «tentar, por todos os meios, causar agitação social». Ainda se fosse o PSD, ou o PP, ou o BE,

«Subversão»

Por seu lado, JC das Neves, partindo de pressupostos semelhantes aos de Guterres, desnuda-se assim: «Vivemos hoje em Portugal a perversão do 1.º de Maio»; «As nossas greves hoje são processos de subversão social»; «Além disso, é muito duvidosa a justiça das reivindicações»; visto que quem as faz são trabalhadores «privilegiados (...) com contratos bastante favoráveis e benesses muito significativas», apoiados por sindicatos que, por efeito de «uma visão egoísta e interesseira», só pensam em «favorecer ao máximo os seus associados, mesmo que isso faça sofrer a sociedade» - coisa que não acontece nos países onde há «sindicatos modernos», que «compreendem o valor

do bem comum», senão veja-se o exemplo das centrais italianas que, este ano, não comemoram o Dia do Trabalhador e mobilizam os seus associados para assistirem à «celebração do jubileu dos trabalhadores pelo Papa João Paulo II». Desta vez, o abominável Neves acrescenta ao usual conteúdo da sua prosa uma carga fascistoide inulduável e digna de registo.

«Interrogação»

Finalmente, esse glutão de livros que é EPCoelho - empunhando uma obra (que parece ter lido apressadamente) do «conhecido sociólogo Richard Sennett, professor na London School» etc. e tal - discorre sobre «as consequências de ordem psicológica, e portanto com fortes incidências sociais, das transformações no regime do exercício do trabalho no quadro daquilo a que se chama 'a nova economia'». Através de um texto confuso, no decorrer do qual Coelho sublinha as vantagens decorrentes das exigências imperativas da nova estrutura empresarial - que abrem caminho a uma muito maior responsabilização do trabalhador, o qual é estimulado «a inovar» e ganha «um espaço de manobra muito maior» - o citador alerta para alguns inevitáveis riscos e consequências que tais *vantagens* comportam, nomeadamente: «a crise da ideia de confiança entre o trabalhador e os seus chefes». Crise terrível, esta! Como superá-la? Segundo o sociólogo citado «a questão está em manter as vantagens da flexibilidade no processo de produção reduzindo a insegurança do trabalho e a desestabilização da personalidade que ela implica». A solução é brilhante mas, mesmo assim, o abundante citador - agora citando-se - despede-se deixando-nos perante esta profunda interrogação: «Será possível?»

Claro que é, Eduardo, então não havia de ser? Aliás, como você nos há-de dizer um dia destes, «num livro recente, um conhecido sociólogo, professor na Universidade de Chicago, observa pernitentemente que...».



A liberdade religiosa no Estado democrático

• João Amaral

A imagem pública do debate em torno da liberdade religiosa não foi esclarecedora. Esquemáticamente, avultaram cinco concepções. Num dos extremos, defendeu-se que o Estado deveria apoiar privilegiadamente a Igreja Católica, reconhecendo-a como religião tradicional da Nação e da maioria do povo. No extremo oposto, foi defendido que o Estado deveria romper qualquer ligação com a religião, assumindo o laicismo como ideologia de Estado. Uma terceira posição, advogou a promoção do Estado ao exercício das religiões, entendendo-as como uma das dimensões fundamentais da pessoa. Outras duas, diferenciam-se claramente. Uma procura uma «pacificação» da relação do Estado com as igrejas, com um quadro alto de apoios. É uma posição que se reivindica mais do pragmatismo do que de princípios.

A quinta posição reconhece e aceita o fenómeno religioso, entendendo que o Estado não lhe pode ser indiferente. Mas assume que ele releva da consciência individual, pelo que o Estado não pode ingerir na sua concretização. O debate tornou-se ainda mais difícil por nele se

a não discriminação por motivos confessionais, e a objecção de consciência. Assegura às religiões a liberdade de organização, e ensino, de uso dos meios de comunicação próprios, e direito de antena. São dois os problemas fundamentais que se apresentam negativamente no exercício da liberdade religiosa: por um lado, a posição privilegiada da Igreja Católica, com a vigência da Concordata, benefícios fiscais, e outros benefícios de que são excluídas outras religiões; por outro, violações da laicidade do Estado, como o financiamento directo de actividades religiosas, ou a presença da Igreja em actos de Estado.

As soluções devem partir da Constituição e da realidade portuguesa (com os contornos que lhe dá a situação da Igreja Católica). O Estado deveria abster-se de financiar actividades religiosas como tal (o que não prejudica o financiamento de actividades de solidariedade social, nos termos gerais). Quanto ao ensino religioso na escola pública, deveria ser admitido para as situações em que as religiões não disponham de meios próprios, com carácter opcional,

extracurricular, em horário pós-escolar e suportado pelas igrejas. Quanto às cerimónias oficiais, nelas não devem caber cerimónias religiosas, sem prejuízo das excepções que o bom senso e os costumes admitam a nível local. Também a assistência religiosa em situações como as Forças Armadas deve concretizar-se fora do quadro hierárquico e de serviço, e sem discriminação. Este princípio impede que o Estado trate diferentemente igrejas com base em critérios como o tempo de permanência no país. Muito menos admissível é atribuir a umas igrejas o poder de julgarem se

outras preenchem requisitos para serem «reconhecidas». Pela positiva, o Estado admitirá o casamento religioso (transcrito para o registo civil), não cobrará impostos pelo exercício da actividade religiosa, reconhecerá aos ministros das igrejas uma situação própria, concederá tempo de antena às religiões, reconhecerá as especificidades em matérias como alimentação ou feriados.

Na Assembleia o debate vai continuar. Mal orientado, já que existe uma enorme pressão (que vai do PP até sectores agnósticos do PS) para abordar a questão primeiro pelo lado da revisão da Concordata, o que passa a «bola» para as mãos do Governo, e para a negociação com a Santa Sé, colocando o Parlamento na posição de vir a ser confrontado com factos consumados, e retirando assim ao poder soberano que a Assembleia representa a sua liberdade.

cruzarem duas heranças históricas contraditórias. Por um lado, não se apagam os ecos do proselitismo anti-religioso que marcou a I República. Por outro lado, não está esquecida a relação promíscua entre a Ditadura e a Igreja e a Concordata, que garantiu à Igreja um papel de privilégio e a Salazar um certo controlo sobre o alto clero.

No Programa do PCP, defendemos a liberdade de consciência, religião e culto, o direito de organização das religiões e de ensino religioso, e a objecção de consciência. Estas posições são concordantes com a Constituição.

Esta estabelece os princípios da separação do Estado e das religiões, da neutralidade religiosa do Estado e da aconfessionalidade do ensino público. Garante as liberdades de consciência, religião e culto, o direito de sigilo sobre convicções religiosas,

Políticas contraditórias prejudicam relacionamento com Angola

O PS está a falhar

Em Portugal, tudo o indica, continuam a ser letra morta as resoluções do Conselho de Segurança que impõem sanções à Unita.

A acusação é do Grupo Parlamentar do PCP, que responsabiliza o Governo por este incumprimento, lembrando a propósito o «à-vontade e descaramento com que

peito mútuo, da solidariedade e da conjugação de interesses».

Lembrado pelo deputado do PCP, a este respeito, foi nomeadamente o facto de as

O PS tem duas políticas que se vão exprimindo contraditoriamente nos órgãos de soberania

representantes daquela organização actuam no nosso país». Esta constatação é válida, como assinalou o deputado comunista João Amaral, tanto para as resoluções respeitantes a representações e viagens de representantes da Unita, como para a mais recente resolução da ONU que «estimula os Estados à adopção de medidas concretas quanto a tráfego aéreo, proibição dos fornecimentos de armas, reforço dos mecanismos policiais de controlo dos tráficos ilícitos».

Mas não foi esta a única crítica ao PS oriunda da bancada comunista, no decorrer do debate sobre política externa, centrado nas relações com Angola, realizado na passada semana por iniciativa do PSD.

No relacionamento de Portugal com os PALOPs, considerado por João Amaral como «um domínio estratégico essencial da nossa política externa», não se pode dizer que as coisas estejam a ser conduzidas na base do «res-

peito mútuo, da solidariedade e da conjugação de interesses». Lembrado pelo deputado do PCP, a este respeito, foi nomeadamente o facto de as relações Estado a Estado não serem «relações de julgamento partidário nem de direcção política de assuntos internos».

«Somos falantes da mesma língua, somos povos com raízes históricas que se cruzam, conhecemo-nos bem, mas não somos insubstituíveis», assinalou, não sem antes ter feito notar que «outras potências, deste lado e do outro do Atlântico, espreitam com ansiedade os diversos conflitos para ocuparem espaço, influência e domínio político e económico». E é por isso que a defesa dos nossos interesses, observou, faz-se «pelo valor do nosso empenhamento e pelo respeito com que devemos lidar com esses Estados».

Fidelidades contraditórias

Ora é neste domínio que «o PS está a falhar», segundo João Amaral, porque «encontrou na questão angolana um terreno de confronto inter-

». São sobretudo as «fidelidades contraditórias» que coabitam no seu seio, explicou, que o impedem de «ter as condições de estabilidade e coerência capazes de assegurarem um relacionamento adequado no plano do direito internacional com o Estado de Angola».

«O que está em causa no PS» – frisou – «é a existência de duas políticas que se vão exprimindo contraditoriamente nos órgãos de soberania, ao sabor das pressões da conjuntura.»

Não poupados nas críticas de João Amaral foram também, por outro lado, os que «sonham em tornar estas relações como uma espécie de prolongamento do período colonial, um neocolonialismo de fachada cooperante». Referiu mesmo que há «quem veja Portugal a prolongar agora a função missionária como ela foi exercida há séculos, então com a religião católica erigida em religião do Estado colonizador, agora com a cartilha do modelo ocidental de organização política como cartilha do Estado neocolonizador.»

Reiterado por João Amaral, definindo a posição do PCP quanto à política de Estado para a questão angolana, foi ainda o seu empenhamento no «respeito das Resoluções do Conselho de Segurança» que intimam a Unita a cumprir imediatamente as suas obrigações, condição para que seja finalmente alcançada a paz.

PCP preconiza dupla afixação de preços Em defesa do consumidor

Garantir que nas grandes superfícies os produtos hortícolas, frutas, lacticínios e carnes tenham a dupla afixação de preços (de compra ao produtor e de venda ao consumidor), tal é o objectivo de um projecto de lei do PCP, recentemente entregue no Parlamento.

Esta informação sobre os preços no início e no final do processo de comercialização, na perspectiva da bancada comunista, constitui não apenas um direito dos consumi-

dores como contribui para a transparência do funcionamento do mercado e para a clarificação da responsabilidade dos produtores e de cada um dos intervenientes no circuito de comercialização na formação do preço final de venda.

Trata-se de uma experiência já testada em França para bens alimentares frutícolas e hortícolas, como assinalam os deputados comunistas na nota preambular do seu diploma, estando a instaura-

ção de um sistema idêntico a ser estudada em Espanha e Itália.

De acordo com o articulado do diploma, inovador na ordem jurídica portuguesa, em caso de impossibilidade técnica na determinação do preço de compra efectivo pago ao produtor aplicam-se os preços definidos, periodicamente, pelo serviço de cotações do Ministério da Agricultura e pela cotações semanais das Bolsas de Bovino e do Porco.



O produtor recebe pouco e o consumidor paga muito pelos hortícolas

PCP consagra em projecto de lei

Associativismo sócioprofissional na GNR

Os profissionais da GNR têm direito à constituição de associações profissionais de âmbito nacional, segundo um projecto de lei do PCP recentemente entregue no Parlamento.

Visando regular o exercício desse direito, o diploma consagra um regime idêntico ao conferido pela Lei N.º 6/90 aos profissionais da PSP. Apesar das limitações que lhe reconhecem, os deputados comunistas consideram que este regime tem demonstrado a «completa compatibilidade entre o exercício do direito de associação e a eficácia da respectiva força de segurança».

Daf que, do seu ponto de vista, o regime ainda em vigor para a PSP, com provas dadas, se justifique plenamente nesta fase para os profissionais da GNR. Isto não obstante a bancada comunista reconhecer que para os profissionais da PSP esse regime é hoje «excessivamente restritivo», sendo cada

vez mais consensual a ideia de que não há razões para que não tenham direito à constituição de associações sindicais.

Todavia, enquanto «regime legal pioneiro», como salientam na nota preambular do seu diploma, os deputados do PCP consideram que o conteúdo da referida Lei N.º 6/90 «mostra-se perfeitamente capaz de responder a uma evolução ponderada e realista do associativismo na GNR».

Este associativismo socio-profissional tem vindo de resto a desenvolver-se ao longo dos últimos anos, sendo hoje uma realidade incontornável que vem granjeando prestígio e reconhecimento crescentes dentro e fora da instituição.

O exercício do direito ao associativismo contém enormes virtualidades



O direito de associação dos profissionais da GNR é uma realidade incontornável (foto do desfile do 25 de Abril)

A testemunhá-lo está, entre outros exemplos, o facto de a Associação dos Profissionais da Guarda ser hoje reconhecida como interlocutor por parte da

generalidade dos grupos parlamentares, da AR e do próprio Governo.

Mas o que interessa sobretudo sublinhar é que o exercício do direito ao associativismo, como evidencia a experiência noutros países,

contém enormes virtualidades que vão desde a resolução de problemas que afectam os agentes das forças de segurança até à sua promoção cívica e profissional.

Razões, pois, para que o PCP considere que do reco-

nhecimento do direito de associação dos profissionais da GNR, para além de ser um facto que só honra a instituição, só podem resultar benefícios para todos os que nela desenvolvem a sua actividade.

Alqueva

Governo responsável por atrasos e indefinições

O PCP insiste na realização de uma audição parlamentar sobre a situação de Alqueva. Esta posição foi reiterada pelo deputado Lino de Carvalho após declarações do secretário de Estado adjunto da ministra do Planeamento cujo teor veio avolumar as preocupações quanto à existência de atrasos nas várias valências do empreendimento.

Em resposta ao parlamentar comunista, numa das sessões plenárias da semana transacta, aquele membro do Governo não negou tais atrasos, nem conseguiu desfazer a ideia de que há uma total ausência de coordenação e articulação entre os vários ministérios e departamentos que têm a ver com o projecto.

Estas foram de resto as duas principais questões colocadas por Lino de Carvalho, para quem os actuais atrasos e indefinições comportam «sérios riscos» de não fazer de Alqueva a esperada alavanca de desenvolvimento integrado do Alentejo.

Lembrados pelo deputado do PCP foram nomeadamente os atrasos em mais de três meses nas obras de construção civil (o que na prática significa o atraso de um ano já que remete o início do enchimento só para o Inverno de 2001), para além dos atrasos na aprovação dos vários planos de ordenamento, sem esquecer os atrasos na indefinição dos sistemas agrícolas, ou dos atrasos na construção da rede viária.

Questão da maior importância que continua por clarificar é a da componente agrícola, em relação à qual existem manifestos atrasos e indefinições. Por saber está, designadamente, como observou Lino de Carvalho, «quem vai beneficiar com Alqueva» e o que se vai produzir nos campos que irrigará.

E tudo «por exclusiva responsabilidade do Governo», a quem acusou de «incompetência» de «falta de articulação» e de «indiferença no acompanhamento da obra».



A incompetência e descoordenação do Governo explicam os atrasos em Alqueva

Gestão de fundos comunitários Não à governamentalização

O PCP pediu a ratificação do diploma que define o modelo organizativo relativo à execução do III Quadro Comunitário de Apoio. Na base desta iniciativa está a consideração de que o texto legal enferma de uma visão centralizada e governamentalizada quanto ao modelo de gestão. Características que de resto haviam já estado presentes no processo de elabo-

ração do Plano de Desenvolvimento Regional e respectiva programação financeira, em concreto do III QCA, às quais se juntou a ausência efectiva de participação das autarquias e a escassez de informação.

Acusando o Executivo de manter um controlo governamental sobre a decisão e gestão do essencial do conjunto de investimentos do III

QCA, a exemplo do que fizera com o anterior, os deputados comunistas receiam que a margem de discricionariedade e de manobra na gestão dos fundos permita ao Governo uma gestão temporal conforme os seus objectivos políticos, para além de comprometer o grau de coerência regional e de articulação do conjunto dos investimentos.

ANA, Aeroportos de Portugal Garantir os direitos dos trabalhadores

Mantém-se as incertezas quanto à situação dos trabalhadores da ANA - Aeroportos de Portugal, sobretudo no que se refere à garantia dos seus direitos. Em causa estão, designadamente, o Fundo de Pensões, aposentações e complementos e a própria manutenção dos postos de trabalho. O quadro actual está a motivar sérias preocupações no seio dos cerca de 600 trabalhadores da empresa e levou já o deputado comunista Vicente Merendas a inquirir o Governo sobre o que pensa fazer no sentido da salvaguarda dos postos de trabalho e dos direitos de quantos trabalham na ANA.

Uma das acusações feitas à administração da empresa é precisamente a de estar apos-

tada em substituir trabalhadores efectivos por trabalhadores em regime precário e a recibos verdes, que são em número cada vez maior, ao mesmo tempo que aumentam as empresas prestadoras de serviços.

Esta empresa, recorde-se, resultou da segmentação da Empresa Pública Aeroportos e Navegação Aérea, no quadro de um processo que visou abrir as portas à iniciativa privada da gestão e exploração dos aeroportos.

Processos arditos

Sucede, entretanto, como observa o parlamentar do PCP em requerimento dirigido

ao Governo, que têm surgido informações consideradas inquietantes, bem como «processos arditos de marginalização de trabalhadores».

Acrescem, por outro lado, pressões de vária ordem com vista à sua reforma antecipada, tudo isto, segundo Vicente Merendas, «sob o artifício de um alegado processo de rejuvenescimento e requalificação dos recursos humanos».

No texto do requerimento o parlamentar do PCP insta ainda o Governo a tomar medidas no sentido de que a Lei 46/79 seja respeitada por forma a que a Comissão de Trabalhadores tenha acesso a todas as informações que a Lei lhe confere.

JCP entrega dois mil abaixo-assinados na Embaixada dos EUA exigindo fim da pena de morte no mundo e imparcialidade no sistema penal americano

Justiça para Mumia Abu Jamal

Milhões de pessoas em todo o mundo exigem a reabertura do processo de Mumia Abu Jamal. A JCP entregou 2 mil abaixo-assinados na Embaixada dos EUA, no início da semana.

A JCP entregou na terça-feira, na Embaixada dos EUA em Lisboa, cerca de 2 mil abaixo-assinados exigindo a suspensão da condenação à morte do jornalista negro norte-americano Mumia Abu Jamal e a imediata reabertura do processo.

O documento pede ainda o fim da pena de morte no mundo e condena as discriminações raciais existentes no sistema penal dos EUA e o facto de este país manter actualmente 350 pessoas nos corredores da morte.

Apesar de ter marcado um encontro com o diplomata norte-americano responsável pelos direitos humanos, a delegação da JCP não foi recebida na embaixada. Só depois da insistência dos jovens, um funcionário se deslocou à portaria para receber em mãos os abaixo-assinados.

A Comissão Política da JCP considera que a delegação foi tratada como uma «atitude desrespeitosa», o que é um «bom espelho do autismo e da arrogância que

caracteriza aqueles que se intitulam como a maior democracia do mundo».

O abaixo-assinado de solidariedade com Abu Jamal, conhecido como «a voz dos sem voz», foi subscrito por várias organizações, entre elas o Conselho Nacional de Juventude, as associações académicas de Coimbra e da Universidade Moderna de Setúbal, os Pioneiros de Portugal, a Juventude

Operária Católica, a União dos Sindicatos do Porto, o Olho Vivo, a Associação Zé dos Bois, a Associação de Estudantes do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, o Clube 3A e a Sociedade Operária de Instrução e Recreio Joaquim António de Aguiar.

Justiça injusta

Condenado à morte em 1982, na sequência de um tiroteio que em Dezembro de 1981 custou a vida a um polícia e no qual Mumia Abu Jamal ficou gravemente



Também na manifestação do 25 de Abril, em Lisboa, foi reclamada a suspensão da condenação à morte de Abu Jamal

ferido, o jornalista nunca teve direito a um processo justo. Não foi possível citar nenhuma testemunha ocular, e, quando as principais testemunhas indirectas da acusação foram confrontadas pelos defensores de Mumia, recuaram nas suas declarações.

A única «prova», fabricada pela polícia dois meses após os factos, seria uma «confissão» do jornalista quando da sua chegada aos serviços de urgência do hospital. O registo policial desse dia indicava

que o ferido não tinha pronunciado uma única palavra. Mais ainda: a bala que matou o polícia era de calibre 45, enquanto a pistola que pertencia a Mumia era de calibre 38. Não foi feito qualquer estudo balístico.

Todos estes factos foram rejeitados pelo Supremo Tribunal como «não credíveis». Esta instância eleita inclui nomeadamente Ron Castille, considerado como «o homem do ano» pela organização policial «Fraternal Order of Police», que domina o apa-

relho político-judicial de Filadélfia.

O único recurso era o Tribunal Federal. Mas depois do Presidente Bill Clinton ter assinado a lei de «aplicação efectiva da pena de morte», esta instância já não poderia fazer um julgamento de fundo.

Os advogados de Mumia reuniram os elementos num dossier para tentar pôr em causa a afirmação do Supremo Tribunal de que o júzes teriam ouvido todos os argumentos da defesa. Isto é

falso, pois os advogados foram várias vezes impedidos de apresentar vários argumentos, a pretexto de que não estavam directamente ligados ao assunto, uma razão tanto mais suspeita quanto a rejeição do recursos de Mumia ser assinada pelos juízes Cappy e Ron Castille, cujas ligações com «Fraternal Order of Police» são publicamente conhecidas.

Nas próximas semanas devem ser anunciadas novas decisões relacionadas com o processo.

Secundário volta a sair à rua na quinta-feira

Os alunos do ensino secundário não dão tréguas na luta contra a política educativa do Governo. A Reunião Nacional de Associações de Estudantes, que se realizou no sábado em Coimbra e que juntou uma centena de alunos de 47 escolas provenientes de dez distritos, marcou para a próxima quinta-feira, dia 11, uma nova jornada de luta, que pode incluir manifestações e greves às aulas.

Entretanto, vai ser posto a circular um abaixo-assinado contendo as principais reivindicações dos estudantes: a suspensão imediata da revisão curricular, a alteração do regime de acesso ao ensino superior, a regulamentação e a aplicação da lei de educação sexual e a melhoria das condições materiais e humanas das escolas.

Este documento será entregue no Ministério da Educação e aos grupos parlamentares com representação na Assembleia da República.

Revisão curricular

Os aspectos mais contestados da proposta de revisão curricular são as aulas de 90 minutos, o 13.º ano e o

aumento do número de cursos a partir do 9.º ano. Para os alunos, este último componente poderá vir a agravar a actual falta de acompanhamento pedagógico no 9.º ano, que leva os estudantes a enveredar logo no 10.º ano em cursos cada vez mais específicos.

«Além disso, as escolas não têm alunos suficientes nem financiamento para albergar tantos cursos, alargando-se ainda mais as disparidades entre escolas da cidade (que vão ter um maior número de cursos) e as da periferia (com menos cursos)», afirmam.

Por outro lado, o fim das disciplinas técnicas irá provocar «uma grande deficiência no trabalho em laboratório e no trabalho experimental, quando chegarem à universidade. A componente técnica passa-se a virar somente para o ensino tecnológico, tendo em vista o mercado de trabalho.»

Em resumo, «as escolas não têm condições para receber esta reforma, o que leva a um declínio cada vez mais acentuado do ensino público e a uma diminuição do número de alunos nas escolas.»



«As escolas não têm condições para receber esta reforma, o que leva a um declínio cada vez mais acentuado do ensino público», afirmam os estudantes do secundário

Revisão curricular deve ser ajustada à realidade

A JCP de Setúbal veio a público exigir que a anunciada revisão curricular do ensino secundário seja ajustada às reais necessidades dos estudantes e que esta seja discutido com eles, os principais visados.

«Esta revisão não dá resposta aos verdadeiros problemas do ensino e é totalmente inadequada à realidade», consideram os jovens comunistas. «Prova de que esta revisão não dá resposta às aspirações dos alunos é a onda de contestação sentida por todo o país, nomeadamente nas manifesta-

ções onde milhares de jovens disseram não a esta nova reforma e a esta política de ensino.»

Para a JCP, uma das medidas que confirma a inadequação desta proposta são as aulas de 90 minutos, tidas por muitos como antipedagógicas. «A longa duração as aulas só provocará saturação e desmotivação nos alunos, além de que pode vir a fomentar a indisciplina», refere.

Outra medida prevista é a introdução da chamada Área-Projecto, que vem no seguimento da anterior Área-

-Escola (que nunca chegou sequer a cumprir os seus objectivos), com a diferença de vir a contar para a média final.

«O Ministério da Educação parece querer ignorar a excessiva carga horária e os currículos demasiado extensos. Parece também querer ignorar a falta de condições materiais e humanas necessárias para desenvolver este projecto, bem como a discrepância que existe a este nível entre as escolas das diferentes regiões do país. A Área-Projecto

poderá, assim, contribuir para a diminuição do aproveitamento escolar dos alunos», acusa a JCP.

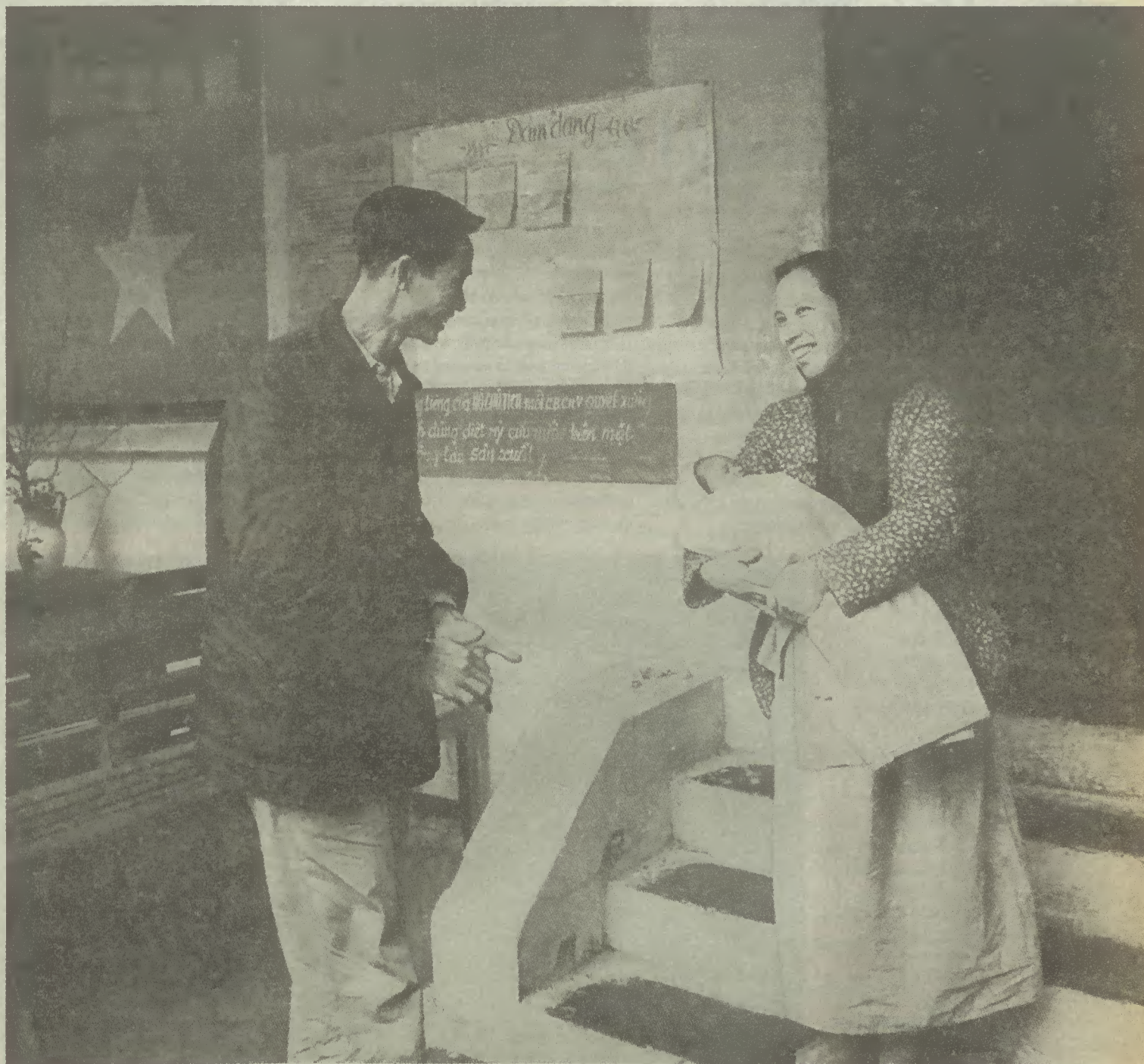
Com a revisão curricular, os estudantes passarão a escolher, à saída do 9.º ano, o seu curso de entre 14 cursos tecnológicos e sete de carácter geral. Os jovens comunistas afirmam que estes cursos «têm como objectivo único direccionar à partida os alunos que vão prosseguir os estudos e ingressar na universidade e aqueles que são para trabalhar precariamente».

30 de Abril de 1975

Uma vitória histórica que é de todos os internacionalistas

Vietname! Sempre!

Ao comemorarem-se 25 anos sobre a data gloriosa da vitória do povo do Vietname contra o imperialismo, após décadas de luta e de sofrimentos que revoltaram e ainda revoltam todas as pessoas de coração, nenhum internacionalismo pode permanecer indiferente.



As páginas que nos relatam a epopeia do povo vietnamita são páginas que pertencem à História da Humanidade. Tudo se resumiu, entretanto, a meia dúzia de condições historicamente constantes: a luta heróica dos mais fracos contra os mais fortes, a arrogância e os crimes destes contra aqueles, a bandeira da liberdade nas mãos dos humildes, marcas de atrozes sofrimentos no rosto dos oprimidos – as gargalhadas, as terríveis gargalhadas dos assassinos americanos projectando-se na História.

Mas tudo acabou quando o tanque n.º 843, um T-54 de construção soviética comandado pelo primeiro-tenente Bui Quang Than, avançou contra o portão do palácio de víboras onde estivera o governo criminoso da chamada República do Vietname Sul e o esmagou. O tanque disparou. Mas parece que o projectil respectivo se encravou. Então, o primeiro-tenente saltou do carro e correu para as portas do palácio governamental. Um

● Manoel de Lencastre

segundo tanque, o n.º 390, comandado por Nguyen Van Hung, entrou logo a seguir nos jardins e abriu fogo contra o palácio do poder antigo já vencido. Soldados correram sobre o edifício imperial e atingiram o telhado. Minutos depois, a gloriosa bandeira do Vitname socialista flutuava sobre Saigão. Era o fim. Mas tudo, evidentemente, tem um princípio. Pelo tratado de Hué (25-08-1883), o imperador Tu Due foi forçado a reconhecer o seu próprio país como um protectorado francês que já se alargava ao Tonkim. A renovação daquele tratado (6-6-1884) após a morte do imperador deu aos franceses o direito de controlo efectivo sobre o reino de Annam. A França, assim, alargava o seu império. Mas havia agitação antifrancesa no Tonkim. O povo não queria ser governado por estrangeiros. Queria dirigir o seu próprio destino. A 2.ª Grande Guerra Mundial, contudo, daria novos contornos à conjuntura. Ho Chi-Minh, um patriota formado entre os quadros

do PCF, agitava, vigorosamente, pela independência e contra os compromissos da classe dirigente que, historicamente, tendia a entender-se com o imperialismo.

A França vencida e desorganizada aceitava as exigências nipónicas na Indochina. Mas terminada a guerra, Ho Chi-Minh fundava a República do Vietname como estado independente. A 6 de Março de 1946, os franceses reconheciam o Vietname no conjunto da Federação Indochinesa e da União Francesa. Tratava-se de uma independência no interior do sistema colonial francês. Bao Dai, antigo imperador, aceitou tais condições e tornou-se chefe de Estado em Saigão. O Partido Comunista e Ho Chi-Minh, em Hanói, não as aceitaram e preferiram combater pelo resgate da sua pátria. Em 1950 a União Soviética e a República Popular da China reconheceram a República do Vietname mas os países imperialistas deram o aval diplomático aos seus sequazes em Saigão.

Inevitavelmente, a guerra do Vietname do Norte contra o Vietname do Sul, que era a guerra das forças populares pela liberdade do seu país contra os servidores dos interesses do capitalismo e do colonialismo, generalizou-se. A situação da França era precária. Economicamente, achava-se enfraquecida. Em Paris, na Assembleia Nacional, o PCF insistia, energicamente, pela necessidade de negociações de paz com os países da Indochina exigindo que lhes fosse concedida a independência total. Mas a hidra imperialista continuava a viver apesar da derrota sofrida na 2.ª Guerra Mundial. A terrível catástrofe sustentada pelos franceses em Dien-Bien-Phu pôs em acção as forças reaccionárias que tinham jurado impedir a independência do Vietname. O secretário de Estado americano, John Foster Dulles, o secretário da Defesa, Charles Wilson, e o presidente Eisenhower entenderam que chegara a hora de «ajudar o Vietname».

Bárbaros vão massacrar o Vietname

O envolvimento dos Estados Unidos, que daria lugar a uma profunda tragédia americana e a uma derrota militar que deixaria o país ainda mais perplexo, foi iniciado por Eisenhower (1953-1961) ao enviar conselheiros militares para ajudar ao regime de Saigão. Havia pânico entre os governos imperialistas perante a perspectiva de aquilo a que chamavam os «rebeldes comunistas» poderem derrotar os sicários no poder no chamado Vietname do Sul. O presidente Kennedy (1961-1963) tomou a decisão de mandar 4000 homens em reforço do governo de Saigão cujo dirigente principal, Ngo Dinh Diem, um nacionalista conservador com grandes amizades no «american establishment» prometia defender o capitalismo e derrotar os comunistas. Como católico num país tradicionalmente budista, Diem conseguira uma certa base de apoio popular no Sul para onde centenas de milhares de refugiados começavam a dirigir-se devido ao que, injustamente,

chamavam a intolerância religiosa dos comunistas. O que fazia movimentar essas massas era a perspectiva de acesso a possibilidades de negócios e ao capital dos americanos. Em 1963, a situação agravou-se dado que a oposição budista contestava fortemente a ditadura de Diem. O mundo viu o espectáculo dos monges budistas sacrificando-se em chamas nas ruas de Saigão. Então, os americanos resolveram retirar o seu apoio a Diem transferindo-o para aqueles que podiam mais claramente realizar o objectivo que pretendiam — os militares. E Diem foi assassinado a 1 de Novembro de 1963. Em 1965, chegava o novo poder que os generais Nguyen Cao Ky e Nguyen Van Thieu personificavam. Mas antes (7-8-1964) já o Congresso dos Estados Unidos aprovava a Resolução do Golfo do Tonkin resultante de incidentes sem

valor militar em que vedetas do Vietname do Norte haviam confrontado navios de guerra americanos. Ao mundo foi feito saber que os Estados Unidos tinham sido atacados. O Congresso deu poderes excepcionais a Lindon Baines Johnson que, de pronto, ordenou o bombardeamento aéreo de alvos estratégicos no Vietname do Norte julgando que isso levaria o Vietcong (Frente de Libertação Nacional), que os patriotas do Sul haviam formado em 1960, a diminuir ou cessar a pressão política e militar sobre o regime de Saigão. Foi a 8 de Março de 1965 que os primeiros fuzileiros navais americanos (marines) desembarcaram em Danang para o cumprimento de missões de combate. Consumava-se, assim, a entrada dos Estados Unidos na guerra do Vietname, o início de um conflito que assombraria o mundo inteiro e colocaria bem à vista de todas as pessoas de consciência o carácter assassino e sanguinário do imperialismo quando confrontado.

O caos

«Good Morning, Vietname!»

A invasão do Vietname do Sul pelas forças armadas dos Estados Unidos era uma terrível realidade a partir de 1965. Johnson declarava: «Não hei-de ser o primeiro presidente americano a perder uma guerra». No comando, o general William Westmoreland enviava divisões inteiras para o atoleiro das missões de «seek and destroy» onde se matava e morria, ingloriamente. O exército do Vietname do Norte e o Vietcong surgiam diante dos americanos como forças de inesperada capacidade. Todas as grandes esperanças dos altos comandos em Saigão estavam na capacidade de fogo dos helicópteros da morte e nos bombardeamentos sobre Hanói e Haiphong. Os americanos compreendiam mas declinavam aceitar que o povo do Vietname não queria a liberdade «democrática» do capitalismo. Liderados pelo glorioso Partido Comunista do Vietname, os amigos da pátria preferiram a sua própria liberdade, a sua democracia num país onde a exploração do homem pelo homem fosse para todo o sempre banida.

Saigão era o caos. O caos dos americanos. O caos onde os valores humanos morriam. Mundo de raparigas a preço, todas as loucuras permissíveis. Um trânsito de dantescas proporções. Casinos legais clandestinos. O dólar no comando da vida. «Good morning, Vietname!», gritava todas

as manhãs a rádio das forças armadas. Os hospitais cheios, horribéis ferimentos. Bombardeamentos de «napalm». Gente carbonizada. Vinganças sobre vinganças. As lágrimas dos camponeses. O Vietcong espera a sua hora. E os americanos presentem que essa hora chegará. Por isso intensificam as suas missões de morte. Bombas sobre Hanói. Milhares de pessoas armadas, às vezes com uma simples pistola, procuram atingir os B-52 assassinos. Atónita, toda a América, ao vê-los tombar. Os americanos tinham penetrado as portas do inferno. Ao pequeno-almoço, todas as manhãs, reportagens directas de combates terríveis. Quem podia aguentar aquilo? A juventude começa a protestar. Milhares de mobilizados fogem do país. Já ninguém quer conhecer a glória no Vietname, a sua submissão ao capitalismo. Chegam aviões carregados de caixões. A América perfila-se diante dos seus heróis. São heróis dos seus próprios sofrimentos, das suas trágicas desilusões. O Vietname chora. Mas chora de raiva. Dessa raiva nasce uma revolta, uma coragem, uma final vontade de morrer para voltar a nascer. Morrer mil vezes e lutar sempre. Sempre. Morrer mil vezes e lutar sempre. Sempre. O sangue dos patriotas e dos inocentes corria. Mas os americanos gritavam todas as manhãs: «Good morning, Vietname!» Era o chamamento do inferno.

No Ano Novo de 1968 A ofensiva do TET

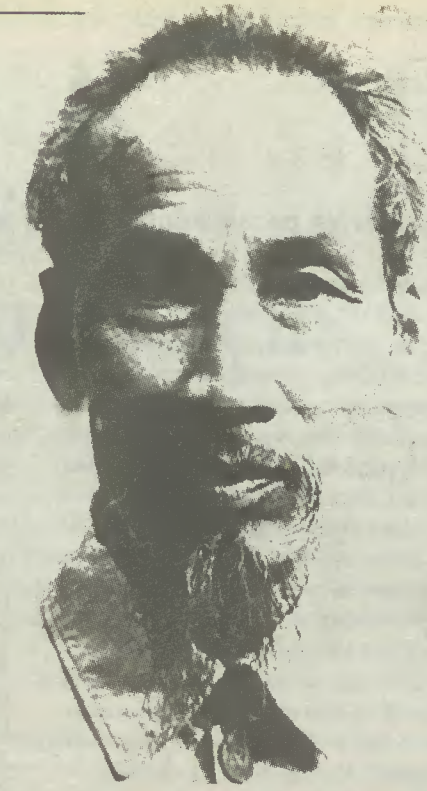
Em fins de 1967, o Alto-Comando americano convencera-se de que o general Giap tinha preparado um plano de operação que poderia alterar todo o curso da guerra. Giap, o vencedor de Dien Bien Phu, era já por eles reconhecido como um chefe militar à altura dos maiores da História. Respeitavam-no. Mas viviam no generalizado convencimento de que o Vietname estava a perder a guerra. Essa errónea opinião servia para consumo interno nos Estados Unidos e enganava o mundo menos informado — apesar das reservas evidenciadas por experimentados políticos da área da política externa como Clark Clifford, J. William Fulbright, George Ball, ou por jornalistas como James Reston. O objectivo do general Vo Nguyen consistia em desferir um profundo golpe militar que apanhasse os americanos de surpresa e lhes diminuísse a vontade de lutar em terra tão estranha numa guerra injusta e de objectivos criminosos. Por outro lado, destruiria o governo de Saigão que os americanos procuravam por todos os meios emprestar credibilidade. O plano consistia em atacar poderosamente a base americana de Khe Sanh, enquanto forças do exército

do Vietname do Norte, junto com tropas do Vietcong, levariam a guerra autêntica às principais cidades e capitais provinciais. Se os americanos optassem por defender Khe Sanh os seus meios de resposta nos restantes centros ficariam diminuídos. Khe Sanh ficou cercada. Em cidades como Hué, Danang e Saigão a força e a surpresa dos ataques patrióticos deuses a iniciativa. Os combates no centro de Saigão mostraram, claramente, o Vietcong a encurralar os defensores americanos. A certa altura, a Embaixada esteve em perigo. A desorientação entre quase todos os centros de comando americanos era patente. O mundo assistiu, estupefacto, a uma enorme humilhação das forças americanas principalmente em Saigão e Danang. Os valetes de Washington, esses, perderam a pouca autoridade de que dispunham. No fim dos combates, os americanos pretenderam demonstrar que haviam ganho as batalhas do Tet. Mas ninguém os acreditou. A capacidade militar dos patriotas ficou amplamente demonstrada e as forças infiltradas em Danang, especialmente, só a muito custo foram desalojadas. A guerra entrou num período de acção

psicológica. Os americanos já estavam na corrida para as eleições presidenciais de 1968.

«Marines» assassinaram Hué

As batalhas do Tet, entretanto, ficaram na História. Foi notável a introdução de tropas especiais em Saigão sem que os americanos dessem por tal. O general Westmoreland e o seu «staff» endoidecidos pela surpresa. O comandante americano encarregado da defesa de Saigão, o general Frederick Weyand, a chamar tropas de que dispunha na fronteira com o Camboja, afirmativamente. Importantes áreas de Hué e Saigão tinham caído para o Vietcong. Bases aéreas americanas em Plaiku, Quang Nam, Darlac, sob intenso fogo dos patriotas. A batalha às portas da embaixada americana, onde comandos Vietcong lutaram heroicamente, só foi estabilizada com a chegada de forças da 101.ª divisão aerotransportada. Dois batalhões das tropas patrióticas atacaram a base aérea de Bien Hos causando centenas de baixas entre os americanos e destruindo dezenas de aviões. O presidente-fantochete, Thieu, declarou a lei marcial a 31 de Janeiro. Mas em Saigão combateu-se até 5 de Fevereiro e no bairro chinês de Cholon a luta prolongou-se ainda mais. Entre a população civil contaram-se mais de 15 000 mortos. Na cidade de Hué flutuava a bandeira do Vietcong. Ai, em lutas de ruas, as baixas registadas por ambos os lados eram consideráveis. Mas o Vietname tinha o apoio das massas. Para que os americanos restabelecessem a sua ordem e a dos seus servis generais de Saigão, foram precisos meses de atrito e combate. Hué foi vítima de execução em massa quando os «marines» chegaram. A base e o perímetro de Khe Sanh não seriam reconquistados senão em Abril, por forças aerotransportadas do 1.º Regimento americano de Cavalaria. Toda a América assistiu aos combates do Tet pela televisão. O que fazer, agora? Eis a pergunta que atingiu o país inteiro.



Carta de Ho Chi-Minh a Lyndon Baines Johnson (15.02.1967)

«A 10 de Fevereiro, recebi a sua carta. Esta é a minha resposta. O Vietname está a milhares de milhas de distância dos Estados Unidos. O povo do Vietname nunca praticou qualquer acto hostil para com o povo americano. Mas, contrariamente às garantias prestadas na conferência de Geneve em 1954, os Estados Unidos intervieram sem cessar no nosso país, iniciaram e intensificaram uma guerra de agressão contra o Vietname do Norte para poderem prolongar a partilha do país tornando o Vietname do Sul numa neocolónia e numa base militar.

«Os Estados Unidos têm cometido crimes de guerra, crimes contra a paz e contra a Humanidade. No Sul, mais de meio milhão de soldados têm recorrido aos mais bárbaros meios de guerra utilizando armas químicas tóxicas e outras como o napalm, gases, tudo de efeitos anti-humanos, para procederem ao massacre dos nossos compatriotas, destruir plantações e arrasaram povoações. Quem perpetrou estes crimes monstruosos? O governo dos Estados Unidos é o único responsável pela situação de extrema gravidade que vivemos no Vietname. «O povo do Vietname ama a paz, profundamente, a independência, a liberdade. Mas em virtude da agressão americana, ergueu-se e uniu-se como um só homem, sem receio de sacrifícios e sofrimentos. Está determinado a continuar a resistência contra a agressão. Na sua carta, sugere conversações directas entre os Estados Unidos e o Vietname. Se assim o deseja, deve mandar suspender, incondicionalmente, os ataques aéreos e outros actos de guerra contra a República Democrática do Vietname. O povo do nosso país nunca se submetterá ao poder da força militar, nunca aceitará conversações sob a ameaça das bombas dos Estados Unidos.

A nossa causa é absolutamente justa.»

A vietnamização

Richard Nixon (1969-1974) foi eleito americano o fim da guerra. Dizia que, para tal, tinha um plano secreto que permitiria sair com honra. Mas a guerra intensificou-se logo que os primeiros contingentes americanos foram retirados. O plano final da «Tricky-Dick» consistia naquilo que viria a chamar-se a vietnamização do conflito, isto é, a continuação da guerra só entre os vietnamitas do Sul e os do Norte, com amplo apoio militar americano aos fascistas de Saigão. Prosseguindo a reestruturação das suas forças, o Vietname do Norte e o Vietcong preparavam novas ofensivas. Sabiam que a conjuntura lhes ofereceria oportunidades. A hidra imperialista, contudo, apesar de pretender retirar o seu próprio pessoal, anunciou que não abandonaria o Vietname do Sul. O secretário da Defesa, Melvin Laird, ordenou ao Pentágono o envio de equipamento

suplementar no valor de 2 bilhões de dólares incluindo mais de 600 aviões. O Vietname do Sul passaria a possuir a 4.ª maior força aérea, a 5.ª maior marinha de guerra (1500 navios) e o 4.º maior numeroso exército em todo o mundo (mais de um milhão de soldados). Nixon, entretanto, ordenou que começassem os bombardeamentos aéreos do Vietname do Norte e mandou minar os portos de Hanói e Haiphong que os navios da URSS utilizavam para descarregar material de guerra necessário às forças de libertação. Isto era em 1977. No ano seguinte, precisamente a 27 de Janeiro de 1973, Nixon anunciou que as conversações de Paris envolvendo o seu representante especial, Henry Kissinger, e o enviado de Hanói, Le Duc Tho, tinham chegado a conclusões positivas. Todas as forças norte-americanas seriam retiradas e o Vietname do Norte entregaria os prisioneiros de guerra que tinha na sua posse.



Vietname! Sempre!

A vietnamização

A América paralisada

Os americanos já tinham enterrado mais de 55 000 dos seus soldados. O país não aceitava novas baixas ou mobilizações. No terreno, porém, instaurava-se a vietnamização que não passava de uma terceira guerra travada pelos patriotas para a liberdade da sua terra. Começavam a chegar aos Estados Unidos os militares libertos por Hanói. Mas o cenário era de intensa depressão. Os americanos tinham no seu seio o espectro da guerra moderna. Milhares de inválidos ilustravam a sociedade naquele que se dizia ser o mais poderoso país do mundo mas que não fora capaz de vencer a vontade e o patriotismo da nação de Ho Chi-Minh. Do lado do Vietname, a desolação era imensa. Os efeitos dos desfoliantes, do napalm, do «agente Orange» e de todos os tóxicos utilizados para matar, estavam à vista. A vietnamização foi o crime supremo. Frente ao povo do Vietname, perfilava-se um poderoso exército de assassinos apoiado pela política «gangster» de Richard Nixon. Mas o escândalo de Watergate começou a minar o coração da Casa Branca tal como os vampiros do Pentágono tinham minado Hanói e Haiphong. Americanos de consciência gritavam: «Fechem o Pentágono à chave!» Mas os desígnios

do imperialismo, apesar das profundas humilhações que estava a sofrer, mantinham-se.

O Vietname sabia, agora, que Nixon não podia garantir a viabilidade dos criminosos de Saigão. O Congresso dos Estados Unidos passava leis quase diárias que limitavam a capacidade da presidência para, em caso de emergência, voltar a Saigão em defesa dos seus aliados. Assinado um novo Tratado de Paz, Le Duc The achou-se habilitado a declarar perante o Comité Central do Partido Comunista do Vietname que o momento chegara porque o vírus da imobilidade atacara a Casa Branca e, de uma maneira geral, a nação americana.

Na verdade, o Congresso proibiu os bombardeamentos aéreos em 15 de Agosto de 1973.

Thieu, em fins desse ano, anunciou a nova guerra. Que outra alternativa lhe restava? Acreditava que a América o protegeria até ao fim.

O embaixador Martin, que substituíra Ellsworth Bunker, encorajava-o nesse convencimento.

Mas Nixon demitira-se em Agosto de 1974. Para o Vietname do Norte, o sinal apresentava-se com toda a clareza. O grande e mortal inimigo estava profundamente ferido. Já não reagiria.



O fim

O ano de 1974 foi o do início da grande arrancada para a libertação. Cortados os fundos pelo Congresso, o Pentágono ficava sem meios para ajudar Saigão que dissipara os últimos 7 biliões de dólares recebidos como auxílio militar. As forças de Thieu iam sofrer a mais inesperada derrota. Plaiku foi atacada. Mas ao tentarem defender essa cidade, os reaccionários de Saigão dispersaram meios e deixaram expostas outras regiões. Uma atmosfera de pânico começou a invadir as forças sul-vietnamitas. Massas de civis que haviam depositado confiança no capitalismo, nos americanos e em Thieu sentiram o princípio do fim. Começa um espectacular êxodo para Danang. A confusão na cidade costeira que havia servido de grande centro militar americano ganha os limites do inacreditável. A 21 de Março de 1975, estão mais de 100 000 refugiados na cidade. Soldados fogem para Sul. Soldados? Regimentos, divisões. Quem salvará Saigão?

A desintegração do exército de Thieu é um facto. O homem forte dos americanos exige que o salvem. Em Washington já não se duvida de que o governo-fantoches de Thieu não pode sobreviver. Civis americanos começam a fazer as malas. Porta-aviões americanos fazem desembarcar fuzileiros navais para a evacuação de Pnom-Penh (Camboja). A embaixada em Saigão trabalha, febrilmente, para conseguir a formação de um governo de último recurso. Todas as estradas estão cheias de gente que julga possível ser evacuada para os Estados Unidos. Há nuvens negras no horizonte provenientes de bombardeamentos. Em Swan Loc, as últimas tropas são evacuadas por helicópteros. Thieu é obrigado a demitir-se. A derradeira oportunidade está no general Sung van Minh, conhecido entre os americanos como «Big Minh», uma figura cujo liberalismo, cuja bonomia, se tornara inaceitável, anteriormente. O Partido Comunista, o Vietname do Norte, o Vietcong, exigem a rendição incondicional do regime ilegal com sede em Saigão e não aceitam conversações ou compromissos.

Grito de vitória: Saigão, Saigão, Saigão!

A 29 de Abril, as forças patrióticas estão às portas de Saigão. O aeroporto acha-se debaixo de fogo. A evacuação de civis americanos e vietnamitas faz-se por helicóptero entre cenas infernais. Alguns aparelhos despenham-se. Tentam atingir pistas de aterragem nos porta-aviões. O pânico em toda a cidade é, simplesmente, indescritível. Nos terraços da embaixada, onde tanto poder se exercera, aterram helicópteros. Depois, partem, apinhados, em direcção aos porta-aviões. Saigão é um manicómio, uma cidade capital da anarquia. Ouvem-se tiros. É hora de inúmeras vinganças.

As forças de libertação nacional entraram em Saigão a partir de seis direcções diferentes. De repente, estabeleceu-se uma terrível calma. Notam-se, nas ruas, homens que se desfizeram das suas fardas de soldados e pretendem, agora, ser vistos como simples civis que nunca cometeram um simples crime na vida. A 30 de Abril, os tanques comunistas dirigem-se para o palácio do governo criminoso onde trabalhara Thieu. À sua retaguarda movimentam-se tropas da 2.ª divisão de infantaria, comandadas por Pham Xuan The. Os tanques do 203.º regimento não encontraram resistência. Saigão morrera agarrada às suas ilusões. Nguyen Van Hung, comandante do segundo tanque que entrou no palácio

do governo ignorava que algumas das principais figuras do regime derrotado se encontravam num dos salões. Um brigadeiro que servira Thieu conduziu-o a esse lugar. Havia 30 ou 40 pessoas ali. Todos se ergueram perante o comandante comunista, agora acompanhado por The. O brigadeiro apresentou-o a «Big Minh». Ninguém se encontrava fardado. Disse «Big Minh»: «Estávamos à vossa espera para vos fazermos entrega do poder.» Os dois oficiais comunistas empunhavam pistolas. The, respondeu: «Vocês são nossos prisioneiros. Devem entregar-se incondicionalmente. Não há qualquer transmissão de poderes.»



Revisão do tratado da UE

Portugal mais fraco

O secretário de Estado dos Assuntos Europeus admitiu que Portugal irá perder «poder relativo» na sequência da revisão do Tratado da União Europeia.

Falando no final da reunião da Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus, realizada na passada semana, sobre as questões da Conferência Intergovernamental (CIG), do alargamento da UE e da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, Seixas da Costa deixou a visão do Governo sobre a eventual perda de influência de Portugal no contexto de uma Europa alargada a mais países.

«Para Portugal, o importante é que, após a Conferência Intergovernamental, todos os Estados-membros dos actuais Quinze perciam poder relativo de forma equitativa. No caso de Portugal, o que ganharemos com o alargamento compensará o novo modelo de partilha de poder», assegurou o governante em declarações citadas pela Lusa.

Portugal, segundo Seixas da Costa, tem uma posição

favorável a uma extensão das decisões do Conselho por maioria qualificada e a uma nova flexibilidade na existência de cooperações reforçadas. «Com o alargamento a mais Estados-membros, a União Europeia não poderá funcionar com as actuais regras a Quinze», justificou o membro do Governo.

Mesmo no que respeita à possibilidade de o capítulo dos recursos próprios da União Europeia passar a ser decidido por maioria qualificada - e não como agora acontece por unanimidade -, Seixas da Costa admitiu que Portugal «não tem uma posição fechada sobre o assunto».

Comissão quer nova política para pobres

A Comissão Europeia pretende que a União Europeia reforme a sua política de cooperação para o desenvolvimento os países mais pobres do mundo. O comissário do pelouro, Poul Nielson, que apresentou o documento de política geral na passada semana, considerou que é «política e moralmente inaceitável que mais de mil milhões de pessoas neste planeta devam ainda sobreviver com menos de um euro (cerca de 200 escudos) por dia».

O documento será pela primeira vez discutido, a 18 de Maio, em Conselho de Ministros do Desenvolvimento dos Quinze, em Bruxelas, propõe que a União Europeia intensifique os seus esforços a fim de apoiar as populações pobres

nos países em vias de desenvolvimento (PVD), concentrando-se num número limitado de domínios.

O comissário afirma que pretende colocar a erradicação da pobreza no centro da política comunitária de desenvolvimento, e defendeu que a liberalização do comércio, a integração dos PVD na economia mundial e a aposta na participação do sector privado - pedras de toque da política de desenvolvimento preconizada pelo predecessor do comissário Nielson, o português João de Deus Pinheiro - só serão admissíveis se contribuírem directamente para melhorar o nível de vida dos assistidos.

A Comissão identifica como áreas prioritárias o

comércio para o desenvolvimento (que viabiliza o escoamento das produções locais), a integração e cooperação regionais e as políticas macro-económicas ligadas às estratégias de redução da pobreza (por exemplo reforço dos sectores da educação e saúde). São ainda privilegiados os transportes, a segurança alimentar, o desenvolvimento rural durável, entre outros sectores.

A UE é o principal parceiro dos PVD. Em conjunto, os Quinze e a União fornecem 55 por cento da ajuda oficial internacional ao desenvolvimento. A UE é também o maior parceiro comercial e o primeiro investidor estrangeiro nos PVD.

UE paga medicamentos

A Comissão Europeia vai passar a suportar os custos da investigação e produção pela indústria farmacêutica de medicamentos não lucrativos, destinados aos milhares de portadores de doenças raras na Europa.

A medida, que entrou em vigor na passada semana, tem por finalidade estimular a indústria farmacêutica a produzir fármacos nos quais, segundo a estrita lógica de mercado, não investiriam, dada a desproporção entre os elevados custos de produção do medicamento e os previsíveis dividendos da sua comercialização.

Embora não existam dados rigorosos quanto ao número de portadores de doenças raras na União Europeia, sabe-se que deverão afectar cerca de cinco europeus em cada 10 mil. Este é, aliás, o critério máximo de elegibilidade definido para o financiamento destes medicamentos, embora os fármacos destinados a patologias que ponham a vida em perigo, sejam gravemente debilitantes ou sejam graves e crónicas possam beneficiar também de incentivos, ainda que a prevalência seja superior a cinco casos por 10 mil pessoas.

Cuba retira candidatura

Cuba decidiu retirar a sua candidatura à assinatura do acordo de parceria entre a União Europeia e os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico). A decisão de Havana, comunicada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros cubano, Felipe Pérez Roque, numa carta endereçada aos seus colegas dos 71 países ACP, foi motivada pelo apoio dado pela UE à moção contra Cuba aprovada pela Comissão dos Direitos Humanos da ONU, em Genebra.

Segundo Pérez Roque, citado pela Agência Lusa, «o facto de persistir no pedido de adesão (ao acordo de parceria UE-ACP) apenas serviria para nos expormos a sermos vítimas de exigências inaceitáveis da UE». O anúncio desta decisão ocorre poucos dias depois de Cuba ter anulado uma visita de representantes da trióica da UE a Havana para discutir, entre outras questões, a adesão da ilha caribenha à nova Convenção de Lomé, que será assinada a 8 de Junho nas ilhas Fiji. A anulação da visita foi justificada com o mesmo motivo.

Alemanha continua dividida

O chefe do governo de Brandeburgo, na véspera do Dia do Trabalhador, propôs uma nova iniciativa política e económica para eliminar as diferenças que ainda persistem entre os Estados federados alemães do leste e do oeste da Alemanha.

«Dez anos depois da unificação alemã, os indicadores económicos da parte leste e da parte ocidental do país continuam muito diferentes», criticou Manfred Stolpe. O índice de desemprego nos estados da extinta República Democrática Alemã é de 18,9 por cento, contra 8,6 por cento na parte ocidental, segundo os dados do Gabinete Federal do Emprego, relativos a Março.

Manfred Stolpe defendeu que o desenvolvimento económico de um país não pode basear-se na desigualdade e, neste contexto, convidou os agentes económicos a fazer um novo esforço no leste da Alemanha, investindo em infra-estruturas e recuperando ou criando novas empresas.

Timor

• Joaquim Miranda

Cumprir as esperanças

A visita que recentemente efectuámos à Indonésia (incluindo Timor Ocidental) e a Timor Leste, integrados numa delegação do Parlamento Europeu, permitiu um conhecimento mais próximo e aprofundado da realidade que ali se vive e das perspectivas que se desenham.

E, convenhamos, não há razões para excessivos optimismos.

Quer no respeitante à evolução da situação na Indonésia quer, em especial, quanto ao que se passa no território timorense.

Na Indonésia a situação é, com efeito, de molde a suscitar fundadas apreensões, desde logo pelas eventuais vicissitudes da periclitante, até porque muito ampla, coligação no poder; situação que se teme que possa vir mesmo a desembocar

De resto, tarda já não só a punição dos responsáveis principais pelos massacres e pela devastação ocorrida em Timor Leste, como demora igualmente a indispensável retirada desses criminosos e serventuários do seio dos verdadeiros refugiados/reféns, até como forma de garantir uma decisão livre por parte destes quanto a um retorno a Timor Leste.

Mas também a situação em Timor Leste se reveste de factores de preocupação e de perigos que importa ter em conta. E são de diversa natureza, aliás.

Assim é, desde logo, pelos flagrantes atrasos na reconstrução do devastado território, não admissíveis face aos montantes avultados disponibilizados pela comunidade internacional e só compreensíveis à luz da confrangedora ineficácia do enorme, dispendioso e inoperacional aparelho montado pelas Nações Unidas. O que faz temer que possamos estar em presença de mais um fracasso desta, em missões deste tipo.

UNTAET gera mal-estar

E o pior é que, se por um lado um tal atraso cria naturais frustrações na população, por outro lado, ele vai perpetuando na mais confrangedora penúria um contingente enorme de desempregados sem perspectivas, o qual, inevitavelmente, tenderá a constituir-se em embrião de insatisfações, contestações e movimentações dificilmente controláveis, com incidências imprevisíveis.

Para além de que esse contingente, até por força dos referidos atrasos de reconstrução e pela ausência de meios de sobrevivência, tende a encerrar crescentemente as forças

internacionais como um corpo estranho e indesejável.

Facto que é aumentado pela efectiva e indisfarçável secundarização a que são votados os timorenses, nomeadamente o CNRT, ao nível das decisões, mesmo as mais importantes.

E é de todo incompreensível que, detendo a UNTAET, transitoriamente, a administração do território, não se preocupe em associar de forma mais satisfatória os que são a-ração de ser da sua presença e que, naturalmente, a deverão substituir dentro de dois ou três anos. Tanto mais porque o êxito da próprio processo de transição dependerá, em larga medida, disso mesmo.

Aliás, o mal-estar que já se sente quanto à UNTAET poderá ser ainda reforçado na ausência ou com o adiamento da definição de um estatuto para as FALINTIL, o que desejavelmente poderia e deveria ocorrer no âmbito da criação duma força de segurança própria, que os representantes timorenses pretendem ver instituída no território, com vista ao futuro.

Obviamente, continuamos a acreditar que não foram em vão as esperanças de libertação que, no final do ano passado, mobilizaram os timorenses e sensibilizaram o Mundo.

Mas igualmente pensamos que algo terá que mudar naquele território para que se cumpram essas esperanças e para que o futuro seja - e poderá ser - de independência, de progresso e de paz duradoura, em convivência sã com os outros países da região.



numa crise já no próximo mês de Agosto, por altura da apreciação do primeiro ano de mandato do presidente Wahid pela poderosa Assembleia Consultiva. Para além de que também o próprio carácter enigmático da actual vice-presidente e líder do principal partido indonésio, Megawati, não oferece particular segurança quanto à durabilidade da actual coligação. Estes factos, que ilustram e são prova do que antes afirmámos, são entretanto ampliados pelas dificuldades sentidas no plano económico e em várias das regiões que integra e, mais recentemente, pela reacção de fundamentalistas islâmicos (seguramente incentivados e instrumentalizados pelo anterior poder e por militares), face à anunciada intenção de Wahid de legalização do Partido Comunista.

Missão comprometida

Ora, a evolução na Indonésia não é indiferente ao que se passa e passará em Timor Leste, desde logo, no respeitante ao futuro dos mais de cem mil refugiados que se encontram ainda retidos em Timor Ocidental, em condições que igualmente constatámos e que, no mínimo, poderemos considerar de desumanas, quer pelas condições em que vivem (ou sobrevivem), quer pela convivência/dependência a que são forçados relativamente a milícias e antigos serventuários da anterior administração indonésia que permanecem nos mesmos campos.



No Porto e Viseu muitos foram os que participaram nas diferentes iniciativas com que se assinalou o 25 de Abril

Pequenas e grandes iniciativas assinalam o 25 de Abril

Festa, luta e esperança

As grandes acções de rua são a manifestação mais visível das comemorações populares do 25 de Abril. Mas o dia da revolução é também anualmente assinalado, por todo o país, com uma miríade de pequenas e grandes iniciativas, as mais diversas. Do jantar-convívio ao debate, do desporto ao momento cultural. Aqui damos conta de uma reduzida amostra das múltiplas realizações que tiveram lugar – em Portugal e na emigração.

Em Setúbal, o tradicional jantar-convívio do 25 de Abril reuniu cerca de 200 pessoas. No debate e intervenções havidas, a tônica foi para os riscos de a rotina poder vir a instalar-se neste tipo de iniciativa. Foi assim lançado o repto, ao número crescente de jovens, para que assumam um maior protagonismo já nas próximas comemorações do 25 de Abril, que irão coincidir com o 25.º aniversário da Constituição.

Na sua intervenção, Val-

demar Santos, da Comissão Promotora, afirmou que não há rotina que se possa instalar em qualquer iniciativa comemorativa do 25 de Abril quando, no primeiro ano em que Timor se assume como país livre e independente, a fome continua a ser uma realidade e pairam as maiores ameaças em resultado das próprias contradições da ONU, ou num momento em que, pela primeira vez nos últimos 26 anos, num país da União Europeia, um partido assu-

midamente da extrema-direita chega ao poder.

Valdemar Santos lembrou ainda que a própria revolução de Abril é uma revolução inacabada e «a luta pela sua plenitude implicar a certeza de que, nesta matéria, caberá sempre ao povo português a última palavra a dizer».

Confraternização em Oliveira S. Mateus

Uma pequena multidão encheu por completo o salão de festas do café S. José, no jantar de confraternização com que a CDU de Oliveira S. Mateus assinalou o 25 de Abril.

A iniciativa contou com a presença de Agostinho Lopes, que lembrou as importantes conquistas alcançadas pelo povo português, muitas das quais continuam de pé apesar das ofensivas lançadas por sucessivos governos.

O deputado da CDU falou também dos brutais aumentos de combustíveis, que nada justifica, e da desvalorização que desta forma atinge os salários dos trabalhadores.

Por fim, abordou uma situação que tem preocupado particularmente a população da terra – o tráfico de droga e o seu consumo por dezenas de jovens toxicodependentes. Situação que leva ainda a uma prática quotidiana de assaltos e tende a alimentar um clima de insegurança.

Em Loures, e no âmbito das comemorações, foi apresentado no dia 29 de Abril o CD-ROM «Prisões e presos políticos durante o fascismo (1926-1974). Algumas fontes para o seu estudo», que constituiu uma homenagem a todos os que lutaram pelo fim do fascismo e pela instauração de um regime democrático em Portugal. Simultaneamente foi lançada a brochura intitulada «A liberdade conquista-se sempre!».

ções dos 26 anos do 25 de Abril em Viseu. Apesar do mau tempo, várias centenas de pessoas participaram numa concentração no Rossio da cidade, que foi considerada das maiores dos últimos anos.

A comissão promotora destas comemorações – que integra associações culturais, sindicais, socioprofissionais e estudantis, num total de 18 estruturas – organizou um programa que incluía actividades com crianças durante a manhã e um espectáculo à tarde.

A situação de crise que se vive actualmente e os sinais de esperança ligados às muitas lutas de vários sectores da população, foram a tônica da intervenção de um membro da comissão promotora.

O aparelho repressivo montado em Bigorne, «de que não há memória desde os tempos do fascismo», visando «impor às populações de Bigorne, Lalim e Lazarim a localização de um aterro sanitário que atenta contra as águas, o ambiente, a agricultura, as pastagens, os baldios

e contra o direito das populações de não o aceitarem naquele local», foi um dos problemas referidos, de par de outros mais abrangentes, como a subida do custo de vida, a superconcentração da riqueza, os atentados aos direitos dos trabalhadores, as dificuldades que a indústria, nomeadamente a têxtil, enfrenta, ou ainda os graves problemas que se fazem sentir na saúde e no ensino.

Em Lisboa, as freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus e S. Sebastião organizaram um almoço comemorativo, que juntou cerca de 200 democratas na Feira Popular, e contou com a presença do general Vasco Gonçalves e do almirante Rosa Coutinho.

Nas suas intervenções, os dois convidados focaram aspectos da situação social, económica e política, o enorme défice do nosso regime democrático e salientaram que muitas das promessas e potencialidades da revolução estão por cumprir. Particularmente salientada foi a situação da juventude que vê as suas aspirações degradadas, seja no plano do trabalho, da habitação e da educação.

Emigrantes com o 25 de Abril

O 25 de Abril foi uma vez mais assinalado, este ano, na emigração.

No Canadá, e a convite da Associação Democrática Luso-Canadiana de Toronto, Ilda Figueiredo participou nas várias iniciativas promovidas pela Associação, nomeadamente num jantar que reuniu mais de cem democratas.

Na sua intervenção neste momento de convívio, a deputada comunista no Parlamento Europeu salientou a importância das comemorações entre os emigrantes portugueses no Canadá, que mantêm vivos os ideais da revolução dos cravos: liberdade, democracia, pluralismo, justiça social, igualdade de direitos e oportunidades, paz e desenvolvimento.

Referindo-se à actual situação em Portugal, Ilda Figueiredo falou das políticas que põem em causa direitos sociais e laborais, a manutenção de baixos salários e reformas de miséria, apesar do crescimento económico dos últimos anos, o aumento da precariedade do emprego, que afecta sobretudo jovens e mulheres, e o recente aumento dos combustíveis. Salientou, por outro lado, a crescente luta reivindicativa com destaque para a manifestação de 23 de Março que juntou, em Lisboa, mais de 50 mil trabalhadores.

A deputada referiu ainda os problemas dos emigrantes no Canadá, a falta de apoio ao movimento associativo e à defesa da cultura

portuguesa, ao ensino do português, a necessidade de mais consulados no Canadá e de apoio aos emigrantes que queiram regressar a Portugal.

Festa em S. Paulo

Três acontecimentos marcaram as comemorações promovidas pelo Centro Cultural 25 de Abril de S. Paulo.

Na tarde de dia 23, foi a cerimónia de lançamento do «Prémio de Reportagem 25 de Abril – Viagem à Revolução dos Cravos», aberto a estudantes de jornalismo do Brasil e de Portugal, a que se seguiu um sarau musical com música popular dos dois países.

Na manhã de dia 24, procedeu-se à solenidade do assentamento, no Largo Mestre de Aviz, da pedra fundamental do monumento em homenagem ao 25 de Abril, obra do escultor português José Aurélio, e que contou com o incentivo e colaboração dos Municípios do Distrito de Setúbal.

Para culminar estes eventos, na noite de dia 25, na Sala São Paulo da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, perante uma plateia de mais de 1200 pessoas, realizou-se um grande concerto com obras de Fernando Lopes-Graça e do pianista e compositor brasileiro Achille Picchi que escreveu uma cantata especialmente para a ocasião.

Festa e luta em Viseu

De festa, luta, crise e esperança foram as comemora-



As grandes reivindicações deste momento estiveram presentes na manifestação de Lisboa

Poder Local Realizações e problemas

A nível local, cruzam-se realizações muito concretas, protestos e exigências. Em cidades e povoações, por todo o país, de par do esforço de dar resposta aos interesses e necessidades das populações, há igualmente ineficácia, promessas não cumpridas, o peso dos lobbies. Uma realidade quotidiana de que aqui hoje damos um pequeno punhado de exemplos.

A Câmara Municipal de Lisboa promove um curso de formação ambiental para idosos desempregados, que poderão passar a ocupar os tempos livres cuidando de jardins da capital. Da iniciativa do pelouro do Ambiente e Espaços Verdes, o curso «Guardiões do Ambiente», para além da vertente prática, inclui uma parte teórica abrangendo temas como ambiente, educação ambiental, património histórico, fauna e flora. O município pretende, com esta iniciativa, contribuir para a melhoria da qualidade ambiental em Lisboa, através do desempenho, em regime de voluntariado, de funções socialmente úteis nos espaços verdes da cidade.

Também em Lisboa, a autarquia criou um novo gabinete municipal de acção social, no Alto do Lumiar, para apoio e promoção do desenvolvimento comunitário com a população e instituições da zona. Esta iniciativa visa, no âmbito da criação de uma rede de gabinetes locais, apoiar os cidadãos de algumas zonas da cidade e contribuir para a dinamização da vida social. O trabalho destes núcleos é um dos desafios assumidos pela autarquia, em zonas que estão a ser requalificadas e onde se verificam

grandes mudanças em termos populacionais.

Termina hoje, na Moita, mais uma etapa do Projecto de Compostagem e Agricultura Biológica, que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver com a Agrobio. Este projecto envolve três estabelecimentos de ensino da Baixa da Banheira. Todo o trabalho entretanto desenvolvido vai ser exposto na Feira dos Projectos Educativos que vai decorrer de 10 a 12 de Maio, no Pavilhão Municipal de Exposições, na Moita.

O Barreiro prepara-se para receber a X Semana CINDI - Grupo de Intervenção de Saúde Comunitária, de 22 a 26 de Maio. «Água, fonte de vida» é o tema desta iniciativa distrital, que envolve cerca de quatro mil e 500 pessoas de todos os concelhos e que tem como objectivo contribuir para a promoção da saúde através da criação de ambientes e hábitos saudáveis.

Problemas abundam

A CDU/Odivelas promoveu uma recolha de assinaturas a que se associaram diversas personalidades independentes nas freguesias da Pontinha, da Póvoa de St.º Adrião e da Ramada, sob a forma de

«Receita para a Saúde», que contém a «Ficha Clínica» de cada uma dessas freguesias e a respectiva «receita».

As «receitas» foram subscritas por cerca de 4000 pessoas/utentes dos serviços de saúde, que desta forma manifestaram a sua preocupação pela situação da saúde no concelho, nomeadamente quanto à falta de médicos, de enfermeiros e de outros profissionais de saúde, a falta de meios complementares de diagnóstico, de médicos de família e as longas listas de espera para consulta.

Os subscritores reivindicam nomeadamente a construção urgente do Hospital Loures/Odivelas, de novos Centros de Saúde em Póvoa de St.º Adrião, Pontinha e Ramada e o apetrechamento, em meios técnicos e humanos, dos Centros já em funcionamento e dos novos a construir.

Em Bragança, a Assembleia Municipal aprovou uma moção, apresentada pela CDU, exigindo ao governo a rápida regulamentação da lei que estabelece «medidas de discriminação positiva no combate à desertificação humana e incentivadoras da recuperação acelerada das zonas do interior».

A moção reivindica a criação de um Programa Específico de Apoio à Instalação de Empresas no Nordeste Transmontano e simultaneamente a criação de uma Comissão de Acompanhamento, onde tenham assento as associações empresariais e sindicais e entidades ligadas ao apoio às pequenas e médias empresas, agricultura e formação profissional e criação de emprego.



As «receitas para a saúde» foram subscritas por cerca de quatro mil pessoas/utentes dos serviços de saúde de Odivelas

Por uma cultura de paz

Os recentes conflitos regionais registados na Europa e no Mundo, além das consequências humanas e económicas devastadoras, têm provocado também problemas ambientais, alguns deles não totalmente avaliados.

Esta é uma das conclusões de dois seminários paralelos inseridos na 3.ª reunião do International Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI), que terminou dia 29 em Lisboa, presidida pelo vereador do Ambiente e Espaços Verdes da Câmara da capital, Rui Godinho (que é também membro do comité executivo mundial deste organismo) e que juntou em Portugal representantes de 360 autoridades locais de todo o Mundo.

Nos dois seminários paralelos, mas cujas conclusões se complementam, foram aprovados dois documentos, um sobre a construção de uma cultura de paz, no âmbito da Agenda Local 21, e outro sobre a gestão da água.

Os dois documentos aprovados vinculam as autoridades locais a comportamentos e actuações próprios. No caso de Lisboa, foi apresentado o estado de implementação da Agenda Local 21 pela Câmara, em que se integram aspectos relacionados com o ambiente, combate à exclusão social, defesa e valorização da identidade cultural da cidade, através da intervenção e gestão, visando recursos escassos e aplicando comportamentos para o futuro.

Um País não é uma empresa

● Sérgio Ribeiro

Num artigo publicado numa revista universitária (de negócios!), o economista norte-americano Paul Krugman defende que um País não é uma empresa, e até a coloca em título (!). Nesse artigo, o autor disserta sobre o que decorre do próprio título e merece registo e sublinhado.

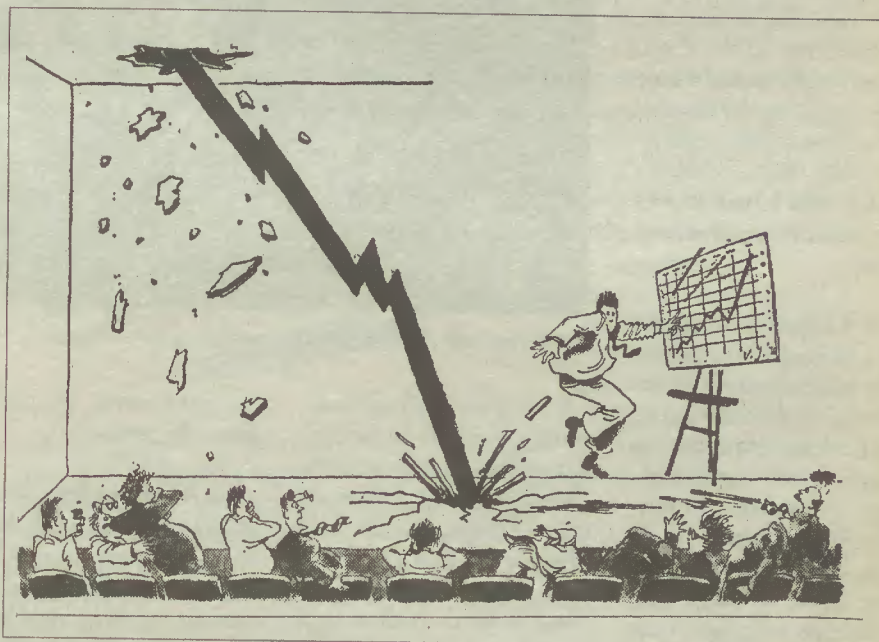
O autor vem afirmar que um País não é uma empresa porque há quem pense que assim é. Pior. E o pior é que essa é uma quase consensual maneira de pensar, particularmente nos Estados Unidos e no estado em que anda o capitalismo e a economia que lhe serve de base, e que nem já economia se chama mas negócios.

PK reage a essa consensualidade, com a sua maneira peculiar de exprimir posições aparentemente originais, através de uma escrita ligeira, sugestiva, agradável de ler por fugir ao nada aliciante "economês" ou por não

trabalhadores são merecedores de toda a simpatia (e algumas migalhas) se forem bem comportados e se aceitarem sem manifestações (de rua ou outras) ver os salários subir menos que a inflação, se crescerem a sua produtividade acima dos ditos aumentos salariais líquidos, se se disponibilizarem para flexíveis serem no mercado, se se adaptarem sem dificuldades aos mutantes postos de trabalho e à polivalência, se autoganharem empregabilidade para não continuarem desempregados. Um único critério, uma única bitola, a juntar a um mercado único, a uma única moeda, a um pensamento único.

O que está em ferida é a humanidade

PK, no seu artigo, põe o dedo nalgumas feridas mas não passa da epiderme do que ferido está, e o que está em ferida é



entrar no tipo de prosa que faz da inacessibilidade a única qualidade... e o mesmo é dizer ausência de qualidade pois qualquer escrito deve, antes de tudo, tentar ser acessível a quem se propõe a sua leitura (!).

Economia e desideologização

Se se pedir a alguém, mais ou menos desprevenido, que diga uma palavra ou frase que associe a economia, a maioria dirá dinheiro ou moeda e, entre as outras escolhas mais comuns, haverá quem diga gestão, empresa, rentabilidade, produtividade, competitividade, negócios e coisas assim. Poucos dirão necessidades, recursos, organização dos recursos e satisfação das necessidades sociais. Significa isto que se conseguiu fazer com que economia se assimile ao que economia não é mas uma sua aparência, para mais conjuntural. É esta mesma campanha ideológica de desideologização que faz com que se pense que um País deva ser gerido como um empresa capitalista, cuja finalidade é criar excedentes que o capital aplicado aproprie para acumular capital. Isto no caso de algum capital ter sido aplicado e não se tratar de desvio de fundos públicos (nacionais ou comunitários) que foram utilizados para servir isso mesmo: a acumulação de capitais privados.

Assim, um País é viável se der lucro, um governo será bom se gerir o Estado segundo critérios de empresários privados, preferencialmente transnacionais, os povos e os

a humanidade a viver no sistema capitalista que tudo assimila a empresa, tudo reduz a critérios de lucro, de rentabilidade do capital privado, a taxas de acumulação deste, ainda que nenhuma riqueza crie ou até riqueza destrua.

O economista americano recusa a analogia - e louve-se por isso - por uma questão de dimensão e de metodologias. O que esquece - ou nunca soube - é o essencial. É que a diferença é, fundamentalmente, de objectivos. É que a empresa (privada, capitalista, transnacional) tem o objectivo, que até se pode achar legítimo, de criar excedentes e apropriar lucros (a que melhor se chamaria mais-valias) enquanto que um Estado deveria estar organizado para fazer prevalecer o objectivo social, de bem-estar das populações que são o cerne de tudo, e o governo deveria ser o executivo para cumprimento desse objectivo. Mas não o é porque, estando ao serviço de uma classe, reflecte a relação de forças sociais. Reflecte o estádio da luta de classes.

Já não é mau que o dedo seja colocado - leve, levemente - sobre a ferida e se afirme que o Estado não é uma empresa. Assim fosse para governos que socialistas se dizem como nome que se prantaram...

(1) "A Country is not a company", Harvard Business Review, Janeiro-Fevereiro de 1996

(2) Serve como autocritica, embora o homem seja (também) o seu estilo...

Milhões de pessoas em todo o mundo celebraram o Dia do Trabalhador

1.º de Maio de luta em todo o mundo

Em todas as línguas e em todos os azimutes os trabalhadores saíram à rua com palavras de ordem exigindo emprego com direitos e mais justiça social.

Com excepção da **Itália**, onde o denominado «Jubileu dos trabalhadores» promovido pelo Vaticano transformou o Papa João Paulo II no grande protagonista do 1.º de Maio (ver peça em separado), as comemorações do Dia do Trabalhador decorreram sob o signo da luta conduzida pelos sindicatos em todo o mundo em torno de objectivos que, independentemente das especificidades de cada país, são comuns ao mundo do trabalho. No centro das preocupações estiveram as consequências nefastas da globalização da economia, a crescente precariedade do emprego, os despedimentos e os atentados aos direitos dos trabalhadores.

Dignificação do trabalho e maior justiça social são reivindicações que não conhecem fronteiras, como testemunha uma breve ronda pelas principais cidades do mundo.

Em **Tóquio**, segundo dados da Confederação dos Sindicatos Japoneses (Rengo), cerca de dois milhões de trabalhadores participaram nas mais de mil manifestações que assinalaram o Primeiro de Maio, e a palavra de ordem que mais se fez ouvir foi em defesa de maior estabilidade no emprego. Uma das maiores manifestações realizadas no país decorreu no parque de Yoyogi, no centro de Tóquio, a capital, em que participaram 100.000 pessoas.

Nos comícios ouviram-se fortes críticas ao actual governo democrata-liberal, sendo mesmo exigida a «demissão imediata» do ministro do Trabalho, Takamori Makino.

No Japão, o desemprego atingiu em Março uma taxa recorde de 4,9 por cento, levando a Rengo a reclamar a criação de 1,4 milhões de novos empregos e a passagem da idade da reforma dos 60 para os 65 anos, para assalariados de ambos os sexos.

Em **Viena**, o Partido Social-Democrata austríaco (SPOE), o mais votado nas últimas eleições e principal partido da oposição, reuniu cerca de 100.000 manifestantes que participaram na marcha organizada pelos social-democratas para protestar contra a política do governo liberal-popular do chanceler federal Wolfgang Schuessel. «Em Klagenfurt reúnem-se os traidores dos trabalhadores e em Viena os seus representantes», afirmou o presidente do SPOE, Alfred Gusenbauer, ao discursar na Praça da União da capital austríaca. Gusenbauer

referia-se ao congresso nacional do Partido da Liberdade (FPOE) a decorrer no mesmo dia na capital do Estado de Caríntia, Klagenfurt, onde foi formalizada a sucessão de Joerg Haider na liderança do FPOE.

acabou por ser perturbada por duas dezenas de anarquistas mascarados que vandalizaram numerosas lojas, particularmente um restaurante da cadeia McDonald's, um casa de câmbios e uma loja de artigos de luxo, para além de viaturas e vidros de edifícios, e se envolveram em violentos confrontos com a polícia. Trinta e oito pessoas, entre as quais nove polícias, ficaram feridas na sequência

radicias ergueram barricadas e lançaram pedras e bombas incendiárias contra as forças policiais, que replicaram com canhões de água e granadas de gás lacrimogéneo. Segundo a polícia, mais de uma centena de agentes policiais ficaram feridos nos incidentes, que se prolongaram pela noite dentro. Também algumas dezenas de manifestantes ficaram feridos e dezenas de outros foram detidos.

ameaçada pela possível venda da Daewoo a um grupo estrangeiro. Desconhece-se a existência de vítimas dos incidentes entre a polícia e os manifestantes. «Não ao plano governamental para vender a nossa indústria automóvel aos estrangeiros», gritaram os estudantes, que exigiram igual-

(ZCTU) aproveitou a efeméride para exigir o fim da violência política, a instauração da democracia e a realização de eleições livres e justas, previstas para o país até ao próximo mês de Agosto.

Trabalhadores exigem dignificação do trabalho e maior justiça social

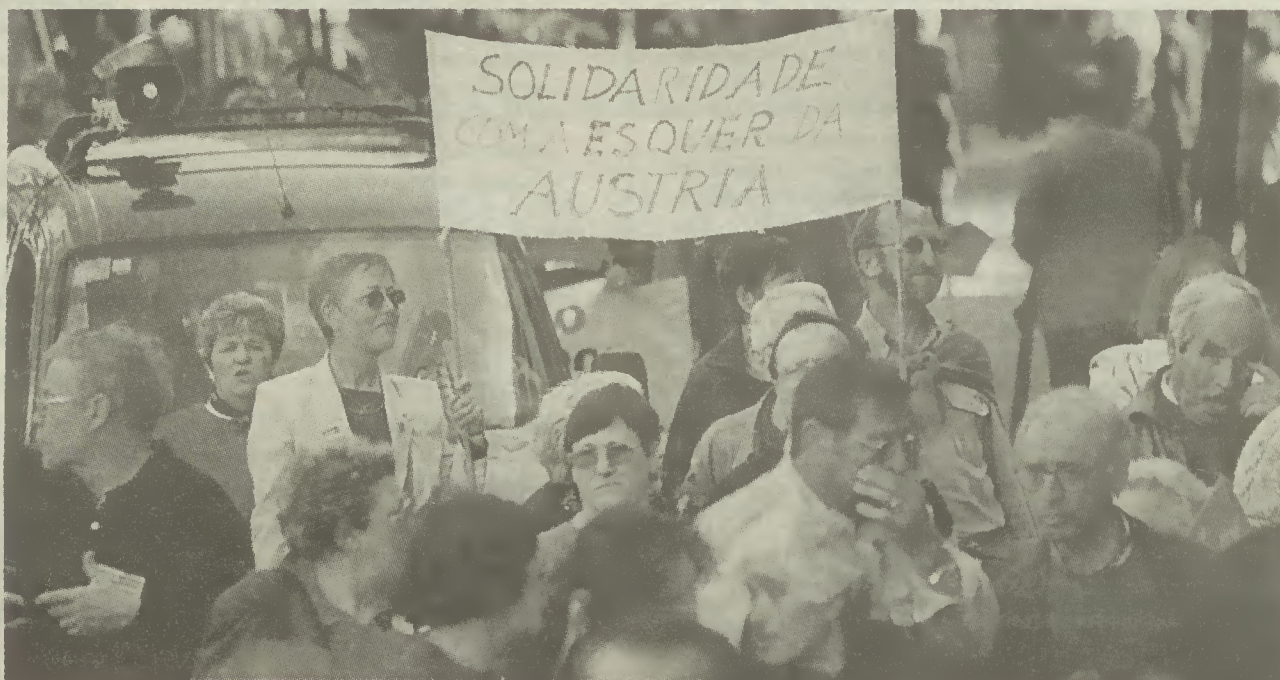
No **Brasil**, o Dia do Trabalhador ficou marcado pelo início de uma greve dos camionistas, que ameaça cortar o abastecimento às grandes cidades. O presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Clessio Andrade, assegurou segunda-feira à noite que mais de 50 por cento dos cerca de um milhão de camionistas do país tinham aderido e que a greve iria prosseguir se não chegassem a acordo com o governo.

Por seu turno, em **Sofia**, cerca de 7000 pessoas protestaram contra a política governamental búlgara e contra a pobreza que grassa no país. A manifestação foi organizada pelo Partido Socialista búlgaro, a principal força política da oposição. O Governo de direita, chefiado pela União das Forças Democráticas, tem estado no centro de uma série de escândalos de corrupção surgidos em meados de Abril e que envolvem altos funcionários do Estado.

Em **Moscovo**, milhares de pessoas (7000 segundo a polícia) responderam ao apelo do Partido Comunista e desfilaram até à praça da Revolução, fronteira ao Kremlin, onde participaram num comício.

Também em **Varsóvia** milhares de pessoas saíram à rua em protesto contra a política do governo. Organizado pela oposição parlamentar e pelos sindicatos polacos, a marcha de protesto foi enquadrada por um forte contingente policial para evitar que se repetissem os confrontos de 1999 com manifestantes de direita.

As comemorações na **Argélia** decorreram este ano na região de Relizan, oeste do país, uma das mais afectadas pelo fundamentalismo islâmico, e não na capital, como é hábito. A decisão foi da União Geral de Trabalhadores Argelinos (UGTA) e corresponde à vontade dos trabalhadores em honrar a memória dos milhares de compatriotas assassinados pela organizações fundamentalistas armadas. A UGTA aproveitou a ocasião para reafirmar a sua oposição à privatização das empresas do sector público, considerando que essa medida «degenerará na perda de muitos postos de trabalho». A população activa na Argélia ascende a 8,5 milhões de pessoas, das quais 2,5 milhões se encontram desempregadas.



Solidariedade, sempre presente entre os trabalhadores

O dirigente austríaco assegurou que não só há racismo e xenofobia na Áustria, devido ao FPOE, mas também em toda a Europa, citando como exemplo a Itália e a Espanha. Gusenbauer defendeu a necessidade de realizar uma grande conferência europeia sobre o racismo em que se tracem directrizes para actuar contra a xenofobia.

Uma manifestação anticapitalista em frente do Parlamento britânico juntou cerca de três mil pessoas em **Londres**. A iniciativa, que começou de forma pacífica,

dos confrontos. A polícia deteve 95 pessoas.

Na **Alemanha**, onde a polícia previa um 1.º de Maio difícil, cerca de meio milhão de pessoas manifestaram-se calmamente e sem incidentes de relevo, embora a polícia tenha detido em Berlim 350 extremistas de direita, provenientes de Hamburgo, e 150 militantes da extrema-esquerda.

Nada pacífica foi a concentração de extremistas no bairro de Kreuzberg onde, tal como em anos anteriores, os

Em **Seul** a violência esteve igualmente presente. Os confrontos ocorreram próximo da Universidade da Coreia, onde milhares de polícias impediram um cortejo de 2500 estudantes de atingirem o centro da cidade para se juntarem a uma manifestação sindical. Os estudantes ripostaram com cocktails Molotov à carga policial.

As comemorações do 1.º de Maio coincidiram com a luta dos trabalhadores sulcoreanos em defesa da indústria automóvel nacional,

mente o abandono do pacote de reformas estruturais em curso. Cerca de 130 militantes estudantis foram detidos.

Em **Havana**, as comemorações foram bem diferentes. Centenas de milhar de pessoas juntaram-se na Praça da Revolução com o objectivo de «prosseguir a luta pelo regresso dos Estados Unidos do pequeno Elian Gonzalez» e «protestar contra o brutal embargo norte-americano».

No **Zimbábwe**, a Confederação de Sindicatos

Italianos divididos na festa do trabalho

Apelo à sensatez

Na sua homilia, João Paulo II apelou para que o processo da globalização seja «conduzido com sensatez», sublinhando ser necessário «globalizar a solidariedade».

Para o Papa, «a globalização da finança, da economia, do comércio e do trabalho não deve violar a dignidade humana nem a liberdade dos povos e a democracia». Segundo afirmou, «a solidariedade, a participação e a possibilidade de regulamentar (a globalização) constituem, se não a solução, certamente a garantia ética necessária para que as pessoas e os povos não se convertam em instrumentos mas em protagonistas do seu próprio futuro».

João Paulo II convidou os actores da vida económica a «fazerem frente aos desequilíbrios económicos e sociais», por forma a «restabelecer-se uma justa hierarquia de valores, tendo em primeiro lugar a dignidade dos trabalhadores, a sua liberdade, a sua responsabilidade e participação», e exprimiu a sua «solidariedade» com «todos os que sofrem com o desemprego, os salários insuficientes, a falta de meios materiais», voltando a apelar para a «redução ou perdão» da dívida dos países pobres.

A propósito, evocou «as populações forçadas a uma pobreza que ofende a sua dignidade, que as impede de partilhar os bens da terra e as obriga a alimentar-se com o que cai da mesa dos ricos».

Este ano, pela primeira vez desde o derrube do fascismo em Itália, em 1945, as principais centrais sindicais italianas renunciaram a organizar a tradicional desfile do 1.º de Maio, optando por participar conjuntamente numa iniciativa presidida pelo Papa João Paulo II, designada como o «jubileu dos trabalhadores».

A decisão das organizações sindicais foi fortemente contestada por várias dezenas de milhares de pessoas, que decidiram promover em Roma um «Primeiro de Maio alternativo» em protesto pela «confiscação» da festa do trabalho pelo Vaticano e de crítica aos sindicatos por terem renunciado a comemorações próprias.

Cerca de 50 000 pessoas, segundo os organizadores (15 000, segundo a polícia), manifestaram-se sob apertada vigilância policial no centro histórico da capital, em resposta ao apelo de sindicatos, comunistas e outros grupos. Os manifestantes, a que se juntaram deputados comunistas e dos Verdes, denunciaram entre outros problemas o trabalho precário e as condições de acolhimento dos imigrantes.

O dirigente do Partido da Refundação Comunistas, Fausto Bertinotti, considerou «muito grave a renúncia dos sindicatos a protagonizarem a festa do trabalho».

A iniciativa do Vaticano - uma missa ao ar livre celebrada por João Paulo II, a que assistiram cerca de 150 000 pessoas, seguida de um festival musical - teve lugar em Tor Vergata, nos arredores de Roma, e contou com a presença do novo primeiro-ministro italiano, Guilano Amato, e do governador do Banco de Itália, Antonio Fazio.

Ken Livingston é o favorito Eleições em Londres

Os cinco milhões de habitantes da chamada Grande Londres (Greater London) elegem hoje o seu «Mayor» e os 25 membros do Conselho Metropolitano Londrino.

De acordo com as sondagens, o vencedor será Ken Livingston, também conhecido como «Red» (vermelho) Ken, o homem que presidia ao Conselho Metropolitano quando, em Abril de 1986, a então chefe do governo do Reino Unido, Margaret Thatcher, aboliu aquele organismo e distribuiu as suas competências por 32 Conselhos locais. Inimiga confessa de Livingston, a «Dama de Ferro» recorreu a esta medida para combater a crescente influência e capacidade de intervenção de «Red» Ken, membro do Partido Trabalhista popularizado pelas suas posições esquerdistas.

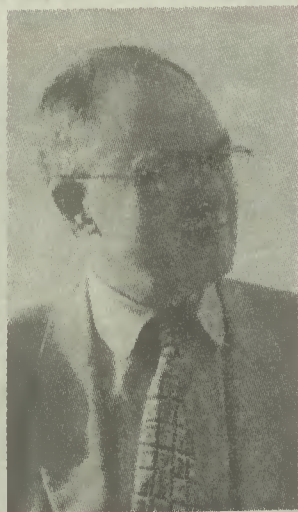
Considerado um político anticapitalista, defensor de causas das chamadas minorias, Livingston não acolhe igualmente as simpatias de Tony Blair, que o afastou do Partido Trabalhista a pretexto de se ter apresentado como candidato independente contra o candidato oficial do partido, o ex-ministro da Saúde, Frank Dobson. Recorda-se que Dobson foi «eleito» numas controversas eleições internas dos trabalhistas em que os votos dos deputados e outros elementos ligados ao aparelho de Estado pesaram várias vezes mais do que os da maioria dos restantes militantes, designadamente os ligados ao sector sindical.

Apoiado pelos trabalhistas antiBlair e por grande parte do eleitorado londrino descontente com a política do governo, bem como por sectores dos conservadores que não se revêem no candidato

escolhido pelo partido, Steven Norris, o candidato independente Ken Livingston não parece ter opositores capazes de lhe retirarem a vitória: a última sondagem dava-lhe 51 por cento das intenções de voto, enquanto Norris não recolhia mais do que 17 por cento e Dobson 14 por cento.

Transportes no centro da polémica

Apesar do Conselho Metropolitano da Grande Londres não incluir a «City» de Londres - a chamada



Ken Livingston

«milha quadrada onde se concentram os serviços financeiros do Reino Unido, incluindo a Bolsa de Valores e o Banco de Inglaterra, que dispõe do seu próprio Lord Mayor», as eleições são seguidas com grande atenção pelos meios financeiros.

O «Mayor» do Conselho Metropolitano da Grande

Londres é responsável pela gestão daquela área, incluindo os sectores dos transportes, policiamento, economia, entre outros. Cabe-lhe ainda a responsabilidade pela colecta dos impostos para a gestão do governo local pelo Conselho Metropolitano da capital do Reino Unido. O seu orçamento anual para governar a Grande Londres será de 3600 milhões de libras (cerca de 224 milhões de contos).

A política a seguir em relação aos transportes no centro de Londres constitui a principal divergência entre os principais candidatos ao cargo hoje em disputa.

Ken Livingston defende que o metropolitano deve continuar no sector público, com investimento privado feito por meio de obrigações, bem como o congelamento a longo prazo do preço dos bilhetes. Advoga, além disso, uma política restritiva em relação ao trânsito automóvel privado, dando prioridade total a autocarros e táxis.

Frank Dobson, por seu turno, é favorável aos investimentos conjuntos privados e públicos no sector, enquanto Steven Norris defende a manutenção do actual sistema em vigor, com o preço uniforme dos bilhetes (cerca de 238 escudos por viagem).

A questão dos transportes ganhou particular relevo nos últimos anos, sobretudo desde que a política de privatizações levada a cabo no sector pôs em causa a tradicional qualidade e segurança dos transportes públicos britânicos. No mais recente acidente ferroviário registado no país, a empresa que explorava o serviço chegou mesmo ao ponto de vir a público afirmar que a segurança não era a sua vocação!

Sudeste asiático no index americano

O relatório anual do Departamento de Estado norte-americano sobre o terrorismo, divulgado segunda-feira, afirma que o Sudeste Asiático, e nomeadamente o Paquistão e o Afeganistão, substituíram o Médio-Oriente como principal centro do terrorismo antiamericano.

Segundo um responsável daquele Departamento, citado pela Lusa, «o ano 1999 viu a deslocação do principal centro do terrorismo antiamericano do Médio-Oriente para o Sudeste Asiático». Para Washington, esta «deslocação para Leste» não significa «que o Médio-Oriente já não seja uma importante fonte de inquietação» para os EUA, mas o que «espantou» os norte-americanos foi o facto de ela se ter verificado

«numa altura em que a maior parte dos governos do Médio-Oriente reforçaram as medidas contra o terrorismo».

De acordo com a mesma fonte, grupos terroristas «vivem e operam em impunidade no Sudeste Asiático».

Apesar desta mudança, o relatório não modifica a lista dos Estados sancionados pelo seu alegado apoio ao terrorismo e que, desde 1993, compreende Cuba, Irão, Iraque, Líbia, Coreia do Norte, Sudão e Síria. O Afeganistão e o Paquistão não foram acrescentados a esta lista, embora o primeiro seja considerado como «uma ameaça terrorista importante», designadamente por dar refúgio a um antigo aliado de Washington, o islami-

ta de origem saudita Oussama ben Laden. Laden, que entrou em rota de colisão com os EUA, é procurado desde o duplo atentado de 1998 contra as embaixadas norte-americanas em Nairobi e Dar-es-Salam que causou 224 mortos, entre os quais 12 norte-americanos.

Quanto ao Paquistão, o relatório considera que «envia sinais divergentes sobre o terrorismo, apesar de uma cooperação significativa nalguns domínios». «O governo paquistanês tolera que os terroristas vivam e se desloquem livremente no seu território», refere o documento, numa alusão implícita ao apoio aos grupos que se batem pela ligação ao Paquistão da parte de Caxemira controlada pela Índia.

• Miguel Urbano Rodrigues

EUA fomentam o terrorismo

Uma campanha mediática de âmbito mundial apresenta os EUA como o campeão do combate ao terrorismo. A figura dos «estados bandidos ou terroristas», criada pela Casa Branca, é invocada para justificar agressões imperiais e impor sanções a países como o Irão, a Líbia e o Iraque. Essa campanha inverte a realidade. Os EUA são no limiar do século XXI o grande responsável, a nível de Estado, pela expansão do terrorismo no mundo e o seu principal financiador. Existe hoje documentação abundante e



credível que permite avaliar o envolvimento de organizações oficiais norte-americanas na criação, treino e financiamento de grupos cujas actividades criminosas eram apresentadas como serviços prestados à causa da democracia. Desde que Reagan qualificou os «contra» nicaraguenses de «combatentes da liberdade e continuadores de Bolívar», a galeria de terroristas promovidos a heróis pelo imperialismo alargou-se. Nela cabe uma escória que vai da mafia anticubana de Miami a grupos que na Rússia fazem da violência o alicerce de campanhas separatistas.

Terrorismo e narcotráfico

Chamarei a atenção somente para três casos em que a responsabilidade dos EUA na difusão do terrorismo é transparente. Na Colômbia, Washington não esconde a sua simpatia pela acção dos bandos paramilitares de Castaño. O chefe desse grupo terrorista é elogiado pela «eficácia» com que luta contra a guerrilha das FARC, de Marulanda. Na realidade, os bandos de Castaño desenvolvem actividades de genocídio. Têm assassinado milhares de camponeses e destruído dezenas de aldeias. As suas milícias paramilitares recebem armamento do Exército, mas o financiamento é norte-americano. No que se refere ao Afeganistão, os EUA aparecem como responsáveis pela montagem da maior «escola» de terroristas do mundo contemporâneo. Logo no início da Revolução Afegã, a CIA, com o aval da Casa Branca, criou nos acampamentos do Paquistão cursos de formação de terroristas. Mais tarde, os Taliban, quando recebiam apoio político e ajuda financeira de Washington, também prepararam muitos quadros terroristas. Essa gente ficou, quase de repente,

desempregada. Os operacionais afegãos espalharam-se então, como vaga de gafanhotos, pelo mundo islâmico. Instalaram-se no Médio Oriente, no Egipto, no Magreb, sobretudo na Argélia. Apareceram na Europa, nos EUA. A avaliação do papel que desempenharam na rápida ascensão do fundamentalismo islâmico está por fazer.

Um relatório secreto dos serviços de contra-espionagem da França (DST) confirma que a «conexão afegã» foi o motor da radicalização islamista, da fronteira do Sinkiang-Uigur chinesa a Marrocos. Os «afegãos» desempenharam também tarefas importantes na Bósnia, e mais tarde no Kosovo. Admite-se que o total de «veteranos» afegãos no mundo seja hoje superior a 10 000.

Quando em Washington se percebeu que a geração de terroristas que a CIA havia forjado para combater a Revolução Afegã se tinha tornado incontrolável era tarde. O bombardeamento da fábrica do integrista árabe Osama Bin Laden no Afeganistão foi um acto de hipocrisia.

Sabe-se hoje, aliás, que existem ligações íntimas entre os grupos afegãos e a mafia albano-kosovar que controla nos Balcãs o narcotráfico. O Afeganistão é um dos maiores produtores de ópio, fonte da heroína.

Aliados preferenciais

Nos anos que precederam a agressão à Jugoslávia, o governo dos EUA difundiu uma imagem falsa do UÇK, apresentando os seus membros como patriotas que lutavam pela liberdade do Kosovo. O Departamento de Estado tinha provas de que se tratava de uma organização terrorista ligada ao narcotráfico. O desenvolvimento da história é conhecido. OS EUA armaram e financiaram o UÇK e trataram-no como aliado preferencial. No seu Relatório de 23.12.99, a Amnistia Internacional responsabiliza esse aliado por «assassínios, sequestros, ataques violentos, intimidações e incêndios de casas diárias». Um relatório confidencial da ONU, elaborado a pedido do secretário-geral Kofi Anan - publicado pelo semanário «Observer», e citado por Jorge Cadima no «Avante» (23.3.99) - acusa o Corpo de Protecção do Kosovo (o novo nome adoptado pelo UÇK) de «actividades criminosas, assassínios, maus tratos e torturas, policiamento ilegal, abuso de autoridade, intimidação, quebra de neutralidade política e incitamento ao ódio». O presidente Clinton insiste enfaticamente no empenhamento dos EUA em combater o terrorismo por identificar nele uma ameaça à humanidade. Mas os factos provam que os EUA são o principal responsável pela expansão do terrorismo. Essa é a realidade. Uma realidade inseparável da política externa dos EUA que pela sua agressividade, farisaísmo e ambição imperial configura a maior ameaça à humanidade desde a época do III Reich alemão.

• Zillah Branco

O povo como minoria

A festa dos 500 anos do Brasil, a da sua descoberta pelos portugueses, a do projecto turístico do governo de FHC, fracassou ao ser necessário contratar figurantes para representar o povo. Não podia ser de outra maneira num país onde falta um autêntico projecto nacional, onde a participação popular só existe em novela e a submissão à globalização se entende por *democracia*.

O professor Dr. Milton Santos, orgulhosamente negro e catedrático de Geografia Humana, já havia declarado: «Os pretensos 500 anos do Brasil estão sendo tratados, em geral, com um enfoque simplista e festeiro. Um verdadeiro circo... (...)pondo todo mundo em pé de igualdade, não se quer falar do negro subalternizado dentro da sociedade nacional e do índio em extinção.» Colocou o dedo na ferida e denunciou a falsa generosidade dos modernos «pai João» que se promovem como intelectuais democratas alisando as cabeças-escuras dos cidadãos brasileiros que permanecem excluídos.

Os índios, nas aldeias, ao serem entrevistados pela TV sobre a festa dos governantes perguntaram: «Se a festa é do *descobrimento*, porque não é feita pelos portugueses?» Quando lhes disseram que o interesse brasileiro era o de promover a *cultura* que resultou do encontro das três raças, formularam outra pergunta: «Por que a sua promoção foi entregue ao Ministério do Turismo e não ao da Cultura?» Os telespectadores, habituados a engolir os *slogans* sem meditar, começaram a perceber que o índio pensa com uma cabeça bem mais brasileira do que a elite que governa o Brasil. Turismo é indústria, atrai dinheiro. Cultura explica que o povo é a personagem central da história, que a *descoberta europeia* foi há 500 anos mas que muito antes, mais de 10 mil anos, os ancestrais dos índios brasileiros já viviam neste território.

O presidente da FUNAI - Fundação Nacional de Apoio ao Índio - apresentou o seu pedido de demissão no dia da festa, alegando: «A organização da comemoração reproduziu os cinco séculos de destruição do índio brasileiro. Destruí o monumento que eles ergueram em Porto Seguro e reprimiu com violência a manifestação pacífica.»

O mundo todo pôde assistir pela televisão a cena do índio de joelhos pedindo à polícia que não agredisse os seus irmãos, a bestialidade dos soldados passando por cima do outro índio deitado na estrada, a violência dos militares contra o negro que se manifestava com as mãos vazias e a sanha com que atacaram a mulher que protestou. Na véspera foram mortos dois índios Pataxó nas terras de reserva indígena ocupadas ilegalmente por fazendeiros na Bahia.

De olho no futuro

Há cinco séculos iniciava-se na Europa o renascimento que descerrava a cortina da ignorância medieval amarrada nos preconceitos étnicos. Mas ao

Brasil chegou a mentalidade escravocrata que negava aos negros e índios o conceito de ser humano. Chegou e ficou na cabeça dos elitistas de hoje que preferem tratar como *minorias* o povo todo, uma população que carrega mais de 70% de sangue índio e negro.

As crianças e adolescentes puderam aprender *ao vivo* o que foi o *achamento* das terras brasileiras pelos colonizadores e o domínio exercido pela oligarquia branca que atravessou os 500 anos. Por isso, numa pequena cidade do litoral paulista os estudantes negaram-se a participar como fantoches nas comemorações governamentais e expuseram os seus trabalhos de arte onde a miscigenação de raças e tendências culturais foi gravada em quadros expressivos numa colcha de retalhos sob o título: «De olho nos próximos 500 anos.»

Mas os brasileiros puderam conhecer outros exemplos de dignidade nacional. Na abertura de um belíssima exposição, em São Paulo, da história brasileira onde pinturas rupestres e achados arqueológicos comprovam a presença de seres humanos no território há mais de dez mil anos, os índios levaram a sua arte à presença dos convidados portugueses deixando no chão uma mensagem para o Presidente do Brasil: uma carta explicando que os caciques não se dirigiam a ele, como antes pretendiam, mas apresentavam a sua dança aos visitantes numa demonstração pacífica. O gesto superior dos indígenas ficou gravado nos filmes e no coração dos brasileiros como um exemplo de dignidade. Não se viu o Presidente de Portugal como o representante do colonialismo, mas como um visitante ilustre. Ao contrário, o Presidente do Brasil (que criticou as manifestações populares como «fascistas, de meia dúzia de gatos pingados») foi visto como o representante da violência herdada do colonialismo e do poder oligárquico que permanece entranhado na sociedade.

Todos os brasileiros gostariam de participar da festa de aniversário, mas com a sua expressão verdadeira, sem mistificações. Se não se tratasse de uma exibição para turistas (ao estilo de Salazar na transformação dos *ranchos* e da música popular portuguesa) onde só há lugar para os que dizem que «o Brasil é o mais belo e delicioso berço de um povo feliz», ali estaria o pujante movimento popular brasileiro com os *sem terra*, os *sem teto*, os *meninos de rua*, os índios, os negros, os descendentes de emigrantes, com a sua arte, com a sua alegria, com a sua verdade. Não haveria agressão, como a da polícia mandada pelo Governo, mas apenas a face real do Brasil.

A propósito do Brasil

As recentes comemorações oficiais, com pompa e circunstância, do 22 de Abril de 1500, pelos governos de Portugal e do Brasil, e as manifestações de crítica de comunidades índias, associações de negros e movimentos progressistas brasileiros, não poderiam deixar de suscitar uma reflexão à esquerda coerente em Portugal e no Brasil.

Efectivamente, bem podíamos perguntar: afinal, comemorar o quê? Uma data que, *de facto*, marcou o início de um processo colonial-escravista sob a égide do capitalismo mercantil em desenvolvimento? Um processo que

(quer que queira quer não), se saldou pelo genocídio progressivo, directo ou indirecto, de milhões de índios cujos antepassados ali vivam há pelo menos doze mil anos, pela destruição insidiosa das suas culturas de raiz comunitária.



das comemorações da descoberta

• Ronaldo
Fonseca

ria através de *imposição* dos dogmas do cruzadismo eurocêntrico, pela sua bárbara escravização, e em nome do sacrossanto lucro dos senhores dos engenhos de cana-de-açúcar?

Constatando os limites da escravização dos índios (que muitas vezes preferiram a morte sob a tortura), o «empresariado» agromercantil recorreu massivamente, com o beneplácito da Coroa, ao tráfico negro. Durante mais de dois séculos, milhões de negros foram arrancados às suas etnias de origem, transportados como animais através do oceano e queimados como combustível humano nos engenhos produtores e exportadores de açúcar do nordeste do Brasil, naquele que foi o negócio mais lucrativo do mundo na época. Por aí se percebe o empenho, a determinação implacável e o cinismo com que esta «empreitada» infame foi levada a cabo. A duração média da vida de um escravo negro não chegaria aos 30 anos. Mais tarde a mão-de-obra escrava seria canalizada para a mineração do ouro, para as plantações de cacau e café, sempre em condições infra-humanas de exploração.

Sabemos que os lucros colossais da exploração destes empreendimentos agro-exportadores, a pilhagem do ouro, das pedras preciosas e de outros recursos do Brasil e das Américas em geral, constituíram a principal base da acumulação primitiva do capital que viabilizaria o arranque do capitalismo industrial na Europa, nomeadamente na Inglaterra, uma das grandes beneficiárias deste colonialismo através do pagamento de dívidas e serviços pelos países ibéricos.

Seria esta uma razão para que também os marxistas, em nome de uma certa interpretação rigidamente linearista e determinista do «progresso histórico» (claramente antidualística), proclamassem a inevitabilidade, a necessidade e o carácter historicamente positivo de tais processos? E como tal deveriam eles também «celebrar» as datas relativas a tais «empreitadas heróicas»?

No caso específico do Brasil, a inegável habilidade, e visão estratégica dos colonizadores portugueses conseguindo manter a unidade territorial e linguística do país, seria uma razão suficiente para que a esquerda coerente, brasileira e portuguesa comemore um tal «sucesso patriótico»?

Alternativas

Relativamente à primeira questão (e sem pretender aqui desenvolvê-la) parece-nos óbvio que as análises de Marx sobre os processos evolutivos dos modos de produção na história da humanidade, sofreram graves distorções e omissões durante o período estalinista na União Soviética. Na realidade, dos textos de Marx sobre o modo de produção asiático, assim como das suas análises sobre as fases do feudalismo, depreende-se uma visão *dialéctica* desta evolução, isto é, um processo tendencial *relativamente* aberto e multifacetado, influenciado também por características específicas de certas regiões do mundo, podendo incluir longos períodos de regressão, bifurcações e avanços qualitativos rápidos. Um processo que, esquematizado, assemelhar-se-ia muito mais a uma espiral complexa (e doravante, mais do que nunca dependente da acção criativa dos homens, das classes sociais), do que a uma linha ascendente. Ora, sabemos que os textos de Marx sobre o modo de produção asiático (que impli-

cavam uma perspectiva mais complexa e plurifacetada da evolução) foram liminarmente excluídos dos estudos e das investigações em ciências humanas na URSS, prevalecendo aí uma visão esquemática, linearista e rigidamente determinista.

Devemos também referir os textos de Marx sobre o colonialismo holandês em Java e britânico na Índia (com o estrangulamento das manufacturas têxteis neste país, sem a construção de qualquer alternativa), dos quais se pode depreender uma perspectiva não redutora, cuidadosa e com nuances, do progresso histórico. Da mesma forma que a sua abordagem das diversas facetas do feudalismo. Hoje, a regressão civilizacional e o impasse a que o capitalismo nos pode conduzir, inclusivamente com a ameaça ecológica pendente sobre a vida no planeta, acabam por dar razão a todas estas nuances.

Se nos referíssemos apenas às Américas, poderíamos nós demonstrar que a destruição das formações económico-sociais e civilizacionais dos Incas e dos Astecas e a sua substituição pelo modelo de desenvolvimento colonial-mercantil espanhol constituiu de facto um progresso histórico e que o balanço é positivo? Poderemos nós prever em que estágio estariam hoje tais sistemas (que em muitos aspectos eram superiores ao regime vigente na Espanha), se a sua evolução natural não tivesse sido brutalmente interrompida pela conquista?

Em relação ao Brasil, poderíamos nós hoje, liminarmente, excluir qualquer viabilidade histórica, *parcialmente alternativa*, por parte de movimentos emancipatórios e revolucionários surgidos durante a colonização (Quilombo de Palmares, Inconfidência Mineira, etc.) apenas pelo facto de que foram derrotados?

A perspectiva do empirismo interpretativo poder-se-ia resumir numa frase: «os factos históricos que se foram consumando demonstraram ser, inevitavelmente, a única alternativa». Neste caso, teríamos que aceitar, por exemplo que a desagregação final da URSS como primeira tentativa histórica de transição ao socialismo era inevitável e que não vale a pena examinar a viabilidade de outras propostas parcialmente alternativas surgidas durante este processo, os desvios e deformações nele provocados, as opções tomadas em certas encruzilhadas, etc.

A realidade brasileira

Em relação ao Brasil, embora reconhecendo que a unidade territorial e linguística do país é positiva, tal facto, a nossa ver, está muito longe de ser suficiente para justificar um eventual regozijo por parte das forças progressistas. Isto porque não podemos aceitar a perspectiva burguesa que consiste em separar o conceito de país do conceito de povo, colocando o país em primeiro lugar. Para nós o que é essencial é o povo e sem ele o país seria uma entidade abstracta. Ora a verdade histórica incontestável é que o povo brasileiro, na sua maioria, não beneficiou da dimensão ou da unidade territorial do país. Durante o período colonial em que vigorou o capitalismo agromercantil e o modelo exportador, a situação da *grande maioria* do povo brasileiro, constituída por índios, negros, mestiços e brancos empobrecidos foi absolutamente deplorável e indigna, como em todos os colonialismos. Hoje, quando os números demonstram que mais

de 60% da população brasileira vive entre a pobreza e a indigência, com milhões de crianças marginalizadas, com as enfermidades típicas da miséria como a desintéria, a tuberculose, a malária, etc., a causarem centenas de milhar de vítimas, não seria, no mínimo, abstracto invocar a «imensidão territorial do Brasil» como algo de transcendental? O povo da pequena Cuba não tem uma vida incomparavelmente mais digna, apesar do bloqueio imperialista?

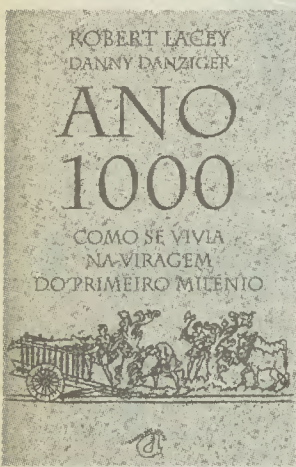
Na realidade, a estrutura de classe, oligárquica e opressiva do Brasil e o modelo económico exportador, responsáveis pela situação do povo brasileiro são uma herança colonial. Após a independência, tais estruturas permaneceram (no essencial) e foram aproveitadas pelos imperialismos britânico e americano para assentar o seu domínio económico sobre o Brasil, com uma eficácia ainda mais do que no período colonial. Naturalmente que não existem fatalismos históricos e o povo brasileiro (tal como o cubano) já teve tempo para inverter esta situação mas ainda não o conseguiu. A sua luta prossegue, porém, com novas perspectivas.

Sobre o tema que motivou este artigo, gostaria de referir a opinião de um grande historiador português, o doutor Victor de Sá. Já há mais de vinte anos ele nos dizia que o que merece ser destacado nestas datas, sem demagogias, de preferência dentro das escolas e universidades, é o *aspecto científico e geográfico das navegações, isto é, as invenções e aperfeiçoamento dos instrumentos de navegação, a construção das caravelas, o trabalho dos mestres carpinteiros portugueses, a descoberta de novas regiões do mundo*. Na sua opinião são estes os aspectos que devem ser referidos com orgulho e não a posterior «presença portuguesa» nestes territórios, isto é, a colonização. Esta foi, no fundamental, repressiva e espoliadora, e não há eufemismos que possam disfarçar tal realidade.

A esquerda coerente, portuguesa e brasileira, que obviamente repudia e rejeita toda e qualquer herança do colonialismo e do tráfico negro, esteve e estará activamente solidária com os justos protestos dos movimentos dos índios, dos negros, dos operários e camponeses sem terra do Brasil. Ao lado dos «condenados da terra», de que nos falava Franz Fanon.



Livros



Ano 1000
Como se Vivia na Viragem do Primeiro Milénio

Há livros que, pela sua oportunidade – e não oportunismo de modas –, caem que nem ginjas para o leitor interessado em determinados temas que os tempos impõem. Já aqui assinalámos alguns, ao correr das semanas, quando os tempos e os livros acertam. Este, por exemplo, da **Campo das Letras** e da autoria de **Robert Lacey e Danny Danziger**, com o título **Ano 1000**, e o subtítulo estimulante de **Como se Vivia na Viragem do Primeiro Milénio**. Podemos ler nas suas páginas as «angústias» que as gentes manipuladas de então, como as de agora, temiam pelo futuro. Também ao virar do primeiro milénio «o mundo fazia-se de mistérios e feiticeiros». E se nos faltam os monges de então e o saber está mais espalhado, também hoje sobram «guerreiros e vendedores ambulantes», «pessoas que recebavam um apocalipse». Muito mudou em mil anos. Mas afinal de contas...



O Fardo do Homem Negro

Também da **Campo das Letras**, na coleção **Campo da História**, este livro do conhecido escritor **Basil Davidson**. Evo-cando a expressão de um emi-nente escritor, Kipling, que lou-vou o império e o colonialismo britânico, chamando à explora-ção desenfreada e desumana o «fardo do homem branco» e ten-tando explicar a «missão civili-zadora» deste, **Basil Davidson** fala-nos do verdadeiro fardo dos povos colonizados que, alcan-çando a independência nem por isso deixaram de desbravar um caminho difícil na construção dos seus países, a braços não apenas com os problemas da exploração neocolonial e do desenvolvimento mas também com os da própria identidade nacional.

FotoGrafias

Fotos de Jorge Caria e Sérgio Moraes

... e mais argumentos...

Argumentos não são apenas palavras com que se «explica» a realidade e o movimento que ela própria cria ao desenvolver-se connosco dentro. São as próprias imagens dessa realidade em movimento. Tal como no 25 de Abril, festejando a Revolução e reafirmando os seus valores, no 1.º de Maio as ruas do País encheram-se de gente. Aí os trabalhadores, usando pala-vras, mas «mostrando» sobretudo a sua unidade e determinação, reclamaram que tais valores se cumprissem. E se há imagens que valem por muitas palavras, é que essas imagens falam por si. Não falam por toda a parte. Mas têm a palavra nas pági-nas do «Avante!».



Música
• Rui Paz

«O canto é uma arma» Victor Jara 1938-1973

Em Setembro de 1998 realizou-se em Dortmund, na Westfalahalle, uma das maiores salas de espectáculos da Alemanha, um concerto para relembrar os vinte e cinco anos do assassinio do cantor chileno Victor Jara pela junta militar de Pinochet. Numerosos artistas alemães e estrangeiros participaram ao lado do grupo chileno Inti-Illimni naquela grandiosa homenagem. Quando um dos fundadores do movimento da canção de protesto na Alemanha nos anos sessenta, Hannes Wader, manifestou a sua «admiração pelo cantor chileno assassinado devido aos seus ideais comunistas» os milhares de pessoas ali presentes, com as lágrimas nos olhos, irromperam

dores destinados a confundir o espírito do povo, com os seus meios de informação as classes dominantes ditam falsos padrões de vida, deformam os ideais e impõem um modelo e estilo de vida norte-americanos, o conformismo, o anticomunismo e a mediocridade. Procura-se assim criar um ser artificial que obedeça como um robot às ordens da máquina ditatorial que o governa, destruindo nele toda a individualidade e iniciativa criadora. A canção de protesto quebra este círculo diabólico e o efeito alienador do capitalismo. Por isso tem um papel decisivo no desenvolvimento do ser humano.»

Se Victor Jara ainda vivesse, o seu canto continuava a ser uma arma. A sua compreensão da irracionalidade e desumanidade do capitalismo era demasiado profunda para acabar no pelouro da cultura de qualquer município snobe, distribuindo vivas a esta democracia secundados por discretas e difusas alusões a umas tais injustiças sociais.

Lutar até à morte

O diário alemão «Frankfurter Rundschau» publicou em Setembro de 1973 o relato do assassinio de Victor Jara tal como um dos sobreviventes do estádio de Santiago contara à sua companheira: «Ele procurou manter a moral daqueles seis mil prisioneiros cantando. Mas quebraram-lhe as mãos e os dedos para não poder tocar mais guitarra. Mesmo assim tentou ainda entoar o hino da Unidade Popular, «Venceremos».» Mas segundo testemunhas foi imediatamente assassinado à

metralhadora, provavelmente por soldados da força aérea...

«No dia 18, um jovem funcionário da morgue que reconheceu o cadáver de Victor bateu-me à porta. Perguntou-me se eu ainda tinha forças para ir buscar o corpo. Entrei por uma porta lateral... uma cena terrível. Centenas de mortos. Victor estava no segundo andar dos escritórios no meio de uma montanha de cadáveres. Ali fui encontrá-lo com a cara desfeita, o peito crivado de balas e uma ferida enorme provavelmente provocada por uma metralhadora.»

À tortura e morte de Victor Jara seguiu-se a queima de livros, a destruição de cassetes e discos, o ataque à casa de Pablo Neruda e muitos outros atentados à cultura, indispensáveis para consumir a venda do Chile ao imperialismo pelo regime militar de Pinochet. Mas aquele herói da revolução chilena aponta-nos o caminho com que se constrói o futuro: «Desde que nasci que vejo no meu país injustiça, exclusão social e miséria. Creio que foi por isso que senti necessidade de cantar. Estou absolutamente convencido que o ser humano no decorrer da sua vida tem de ser livre, tem de agir no sentido de justiça.»



em aplausos. Victor Jara, membro do Comité Central da Juventude Comunista e que se tornou mundialmente conhecido durante governo da Unidade Popular de Salvador Allende, ficará na história ao lado de Pablo Neruda como uma das figuras mais marcantes da cultura chilena. Cantor, compositor, homem do teatro e do cinema, professor universitário, laureado com numerosos prémios nacionais e internacionais, Victor Jara foi um dos mais eminentes intérpretes e criadores da nova canção chilena, um movimento musical que na esteira de artistas como Margot Loyola e Violeta Parra rompeu com a manipulação comercial do folclore pelos monopólios do disco e do espectáculo restituindo autenticidade e qualidade à canção popular, a qual como fenómeno artístico espelha os conflitos da sociedade donde vai buscar o impulso criador.

As reflexões de Jara sobre o papel do canto como a arma de luta contra o capitalismo são de uma actualidade incrível como se pode constatar nesta sua afirmação: «Contra a canção de protesto levanta-se a sociedade capitalista com os seus meios de comunicação destrui-

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Zoo Diako

Carneiro

Sem ideal, de borco, com a gamela ao pé? Carneiro diz o que ele é: um porco.



Gémeos

A hora abrasa. Todos os dias nasce um Jesus. Vê lá se aquele que tens em casa não vai parar à cruz...



Leão

O socialismo não está pra já mas com aquele que para aí há tira as esperanças, nunca será.



Balança

Menino, de ismo em ismo aprende a lição: não se diz imperialismo diz-se globalização.



Sagitário

Não imites aqueles que às vezes descobres. Não fales dos pobres: fala por eles.



Aquário

Busca na razão do mundo o mar profundo.



Touro

Desempregado? Vai jogar golfe. E agradece ao PS.



Caranguejo

O Capital humanizado: só mascarado pelo carnaval.



Máscara no chão dentes de leão.

Virgem

Não percas a Graça. Ama. Cada hora que passa arrefece a cama.



Escorpião

Se gostas, enfim, come. Mas será que assim matas a fome?



Capricórnio

A ambição. As manhas sobre os campos verdes. Compensa, se ganhas, aquilo que perdes?



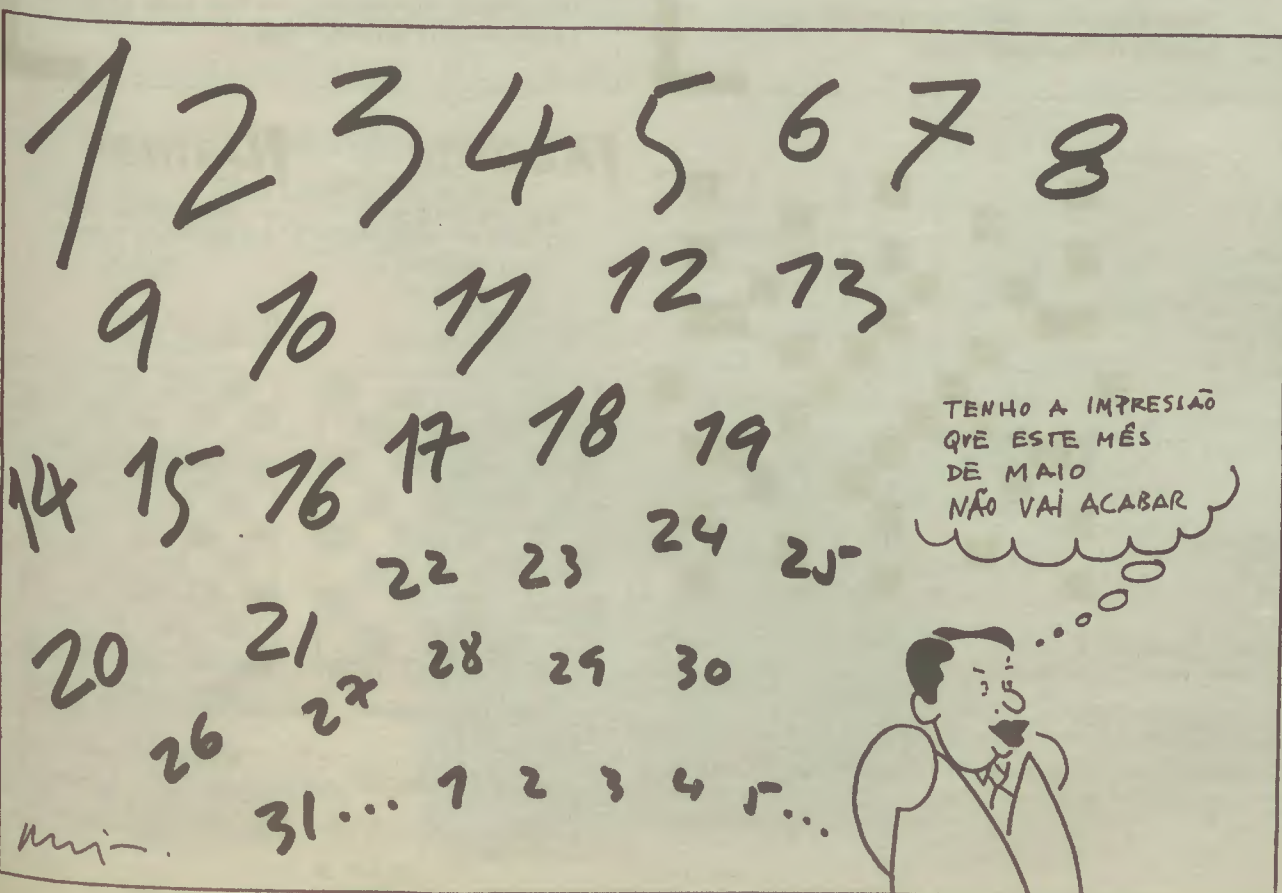
Peixes

Junta-te a quem de si bem seguro na rua protesta. Corre! O futuro só se merece bem quando o suor da testa escorre.



Cartoon

• Monginho



Internet

• Jorge Figueiredo

Como Marx já demonstrou, as máquinas não criam valor. Elas apenas podem transmitir o valor cristalizado em si própria, fruto de um trabalho anterior. Por isso só o trabalho humano, o trabalho vivo, pode produzir mais-valor. E, no modo de produção capitalista, só o trabalho que cria mais-valor é considerado produtivo. Assim, caem por terra os sonhos acalentados pelo capital de um dia vir a substituir os trabalhadores por um exército de robots ou de máquinas com chips mais ou menos «inteligentes». Este modo de produção nunca poderia funcionar desta forma, pois ao deixar de ser produzida mais-valor o sistema ruiria. Assim, os trabalhadores são e serão sempre indispensáveis: mesmo com muita electrónica e informática eles não podem ser eliminados do processo produtivo.

Isto não significa, no entanto, que tentativas nesse sentido não sejam feitas (a concorrência intercapitalista obriga). O aumento da composição orgânica do capital é de facto uma tendência sistémica. A substituição do trabalho pelo capital, cristalizado em máquinas, vem-se verificando há pelo menos



As máquinas não criam valor

um par de séculos. Assim, a presente onda de eletrização da sociedade faz parte de uma tendência histórica pesada. O que se tem assistido agora, nestes últimos poucos anos, é a um paroxismo dessa tendência, principiada no sector produtivo e agora generalizada a todos os demais.

Este é o pano de fundo em que surge a Internet. A compreensão global do processo económico ajuda a compreender a aceleração vertiginosa da Internet: em Março de 2000 já havia no mundo todo 304 milhões de pessoas conectadas, das quais 83 milhões na Europa e 565 mil em Portugal (fonte: www.nua.ie). Mas, numa óptica de combate, compreender não é ainda o suficiente. É preciso, também, saber utilizar as novas ferramentas proporcionadas pela Internet para a acção em defesa do mundo do trabalho e da transformação social.

A apropriação da tecnologia da Internet — internacionalista por natureza — por parte dos movimentos progressistas é, portanto, uma tarefa revolucionária. Historicamente, muitas vezes os segmentos de vanguarda da classe operária foram aqueles que tiveram acesso aos meios de informação e comunicação mais avançados da sua época (como os tipógrafos; os ferroviários, que conheceram o telégrafo desde o seu princípio; etc.). Hoje, com a generalização da Internet, há um imenso potencial para o desenvolvimento dos movimentos sociais, em escala nacional e internacional, que pode e deve ser aproveitado. Só em Portugal haverá neste momento cerca de um milhão de pessoas que dispõem de *email*.

Exemplos recentes desse potencial foram as grandes jornadas de Seattle, em Dezembro último. Foi o primeiro grande movimento de massas nos EUA contra o neoliberalismo económico, contra a tentativa de criação de uma ditadura planetária da transnacionais e contra a OMC. Este movimento teria sido absolutamente impossível sem a existência da Internet. Só com estas ferramentas — os *emails*, as *mailing lists*, os *sítios web*, as *newsletters* electrónicas, etc. — foi possível que se coordenassem e organizassem os vários movimentos, espalhados pelo mundo todo, que desaguaram nas manifestações de Seattle. Tal experiência é repetível e generalizável, como se confirmou no passado 16 de Abril nas manifestações de Washington contra o FMI e o Banco Mundial.

É evidente que o potencial da Internet para o desenvolvimento de movimentos progressistas também pode servir para o outro lado. Hoje a tendência para o comercialismo na Internet é forte. O capital financeiro

também já descobriu essa ferramenta (agora todo o banco que se preza tem o seu *sítio web*, com transações *on line*). Assim, a omissão de uns em utilizar as ferramentas internetianas (seria melhor falar no plural, pois são muitas) pode significar deixar o campo livre para o outro lado.

Sítio da semana

Acossada há 40 anos pelo império ianque, Cuba resiste. O império já tentou praticamente tudo: agressões armadas, terrorismo, guerra biológica, bloqueio económico, emissões piratas de rádio&TV, isolamento nos forums internacionais, calúnias, mentiras e até o sequestro de crianças! Mas Cuba Revolucionária resiste. O seu povo sabe muito bem que não tem de receber quaisquer lições de democracia e direitos humanos do governo ianque, muito menos através de um títere



checo como o sr. V. Havel. Cuba pode é dar lições de democracia — económica, social e política — a todo o mundo, a começar pelo States.

A Internet desempenha um papel importante na luta do povo cubano para romper o isolamento que lhe é imposto. Exemplo disso é o *Granma*, com *sítios* muitíssimo visitados. Há uma edição diária (em espanhol)

<http://www.granma.cubaweb.cu/>

e outra semanal (em português, espanhol, inglês, francês, alemão e italiano)

<http://www.granma.cu/>

Rompa com hegemonia ideológica da comunicação social portuguesa. Ponha o *Granma* nas suas *bookmarks*.

Comentários a este texto devem ser dirigidos a:

[<jfigueiredo@apexmail.com>](mailto:jfigueiredo@apexmail.com)

Pontos Cardeais

Caldeiradas

Afinal... o ex-corretor Pedro Caldeira estava inocente de todas as malfetorias de que o acusavam, na ordem de quase uma centena delas entre abusos de confiança e burla agravada! O tribunal decidiu que não havia provas que sustentassem as acusações, pelo que o famoso Caldeira, apesar de acusado de ter feito eclipsar mais de dois milhões de contos, de ter fugido para o estrangeiro, de ir a julgamento só porque o FBI lhe deitou a mão e o entregou às autoridades portuguesas, de haver dezenas de queixosos a reclamar-lhe centenas de milhares de contos alegadamente «desviados», o famoso Caldeira, repita-se, saiu livre que nem um passarinho após um processo de milhares de páginas e um julgamento de centenas de horas, que até mudança de juiz teve, a pedido do réu, por este considerar que o primeiro magistrado tinha preconceitos a seu respeito.

Literalmente, que grande caldeirada...

Denúncias

O senador norte-americano John McCain é, definitivamente, um homem cheio de histórias. Filho de um general norte-americano que se distinguiu na guerra de agressão monstruosa movida pelos EUA ao povo vietnamita, foi ele próprio abatido nos ares do Vietname e feito prisioneiro pelos patriotas vietnamitas, ficando detido durante seis anos e sendo apenas libertado quando os EUA foram derrotados militarmente e expulsos do país que tão barbaramente agrediram. Quando as relações entre os dois países

foram reatadas, McCain tornou-se num dos mais assíduos visitantes do Vietname, a cujos dirigentes e povo foi tecendo grandes encómios, nomeadamente pela maneira civilizada com que o trataram durante os seis anos em que o mantiveram detido em Hanói como prisioneiro de guerra. Agora, por ocasião do 25.º aniversário da vitória militar vietnamita sobre o colosso norte-americano, McCain deslocou-se mais uma vez ao Vietname e desatou a «denunciar» os sofrimentos que lhe infligiram em Hanói durante os seis anos de cativo. Confrontado com a flagrante contradição entre as suas «denúncias» de hoje e os seus rasgados elogios de vários anos aos vietnamitas, McCain explicou que «mudou de opinião» porque os dirigentes do Vietname também «mudaram», sendo agora «uns corruptos».

Bom, lá que o senhor McCain ache agora que os dirigentes do Vietname mudaram, isso é lá com ele. Não se percebe é como uma ideia sobre a mudança nos dirigentes de hoje altera, retroactivamente, o que de facto aconteceu há mais de 25 anos e o próprio McCain testemunhou com abundância...

Acrescente-se que este aviador de opiniões tão ligeiras quis ser o próximo presidente dos EUA, candidatura que procurou alcançar pelo Partido Republicano (pois claro), sendo estrondosamente derrotado pelo actual candidato, Bush Júnior.

Neste quadro, o Partido Republicano que se cuida: um dia destes ainda é acusado pelo senador McCain de ter feito o contrário do que realmente lhe fez — aturá-lo com toda a paciência...

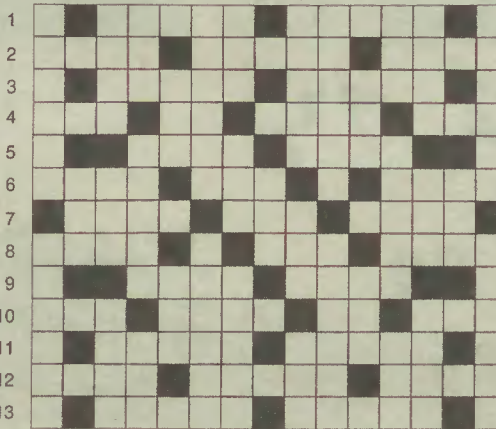
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 — Senão; grande. 2 — Lição; relativo à flor; órgão central dos vegetais. 3 — Dignidade pontifícia; líquido alcoólico feito em farmácia. 4 — Ensejo; observei; recipiente; actuo. 5 — Pessoa avarenta ou muito gorda; ramagem. 6 — Bolsa; naquele lugar; jactância. 7 — Pequeno mamífero roedor da família dos murédeos; altar cristão; instrumento para matar carneiros. 8 — Esfera; ave-do-paraso; camareiras. 9 — Jaz; izar por um cabo. 10 — Machado antigo; da mesma forma que; prep.; pedido de socorro no mar. 11 — Praticara; parte do pão que fica dentro da côdea. 12 — Terra cultivada ou arável; acampamento mourisco; porção de terra cercada de água em toda a sua periferia. 13 — Amargo; dissimulado.

VERTICAIS: 1 — Alguma vez; que se faz com os braços. 2 — Argola. 3 — Elevado; óxido ou hidróxido de cálcio; humor. 4 — Pequeno poema medieval em versos de oito sílabas, cantado pelos jograis com acompanhamento de harpa; irrevogável; emissão de voz. 5 — Insignificância; cachaça de mau gosto. 6 — Proeza; agravar. 7 — Consta; renque; estimado. 8 — Irritação. 9 — A maçã do rosto; bolo chato e circular de farinha de arroz e azeite de coco, usado na Ásia; senão. 10 — Aplanar; proprietário de olaria. 11 — Prep.; patrão. 12 — Elem. da comp. das palavras que expreme a ideia de novo; misturar com água; lírio. 13 — Tontura; empunhei; terreno arável. 14 — Jibóia. 15 — Cheio de prazer; diz-se da linha que indica a direcção de um terramoto.

SOLUÇÃO:
 Horizontais: 1 - Senão; grande. 2 - Lição; relativo à flor; órgão central dos vegetais. 3 - Dignidade pontifícia; líquido alcoólico feito em farmácia. 4 - Ensejo; observei; recipiente; actuo. 5 - Pessoa avarenta ou muito gorda; ramagem. 6 - Bolsa; naquele lugar; jactância. 7 - Pequeno mamífero roedor da família dos murédeos; altar cristão; instrumento para matar carneiros. 8 - Esfera; ave-do-paraso; camareiras. 9 - Jaz; izar por um cabo. 10 - Machado antigo; da mesma forma que; prep.; pedido de socorro no mar. 11 - Praticara; parte do pão que fica dentro da côdea. 12 - Terra cultivada ou arável; acampamento mourisco; porção de terra cercada de água em toda a sua periferia. 13 - Amargo; dissimulado.
 Verticais: 1 - Alguma vez; que se faz com os braços. 2 - Argola. 3 - Elevado; óxido ou hidróxido de cálcio; humor. 4 - Pequeno poema medieval em versos de oito sílabas, cantado pelos jograis com acompanhamento de harpa; irrevogável; emissão de voz. 5 - Insignificância; cachaça de mau gosto. 6 - Proeza; agravar. 7 - Consta; renque; estimado. 8 - Irritação. 9 - A maçã do rosto; bolo chato e circular de farinha de arroz e azeite de coco, usado na Ásia; senão. 10 - Aplanar; proprietário de olaria. 11 - Prep.; patrão. 12 - Elem. da comp. das palavras que expreme a ideia de novo; misturar com água; lírio. 13 - Tontura; empunhei; terreno arável. 14 - Jibóia. 15 - Cheio de prazer; diz-se da linha que indica a direcção de um terramoto.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

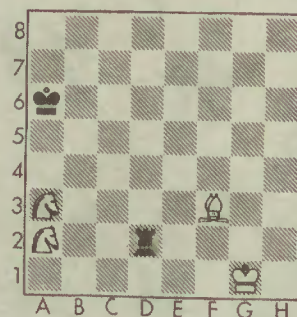


Xadrez

DCCLI - 4 DE MAIO DE 2000
 PROPOSIÇÃO N.º 2000X17

Por: A. TROITZKY
 «L'Échiquier», 1927

Pr.: [2]: Td2 - Ra6
 Br.: [4]: Cs.a2, a3 - Bf3 - Rg1



Branças jogam e ganham

 SOLUÇÃO DO N.º 2000X17

1. Cb4+, Ra7; 2. Cc4, Td7; 3. Cc6+, R-; 4. Cc65 [b8]+ e.g.

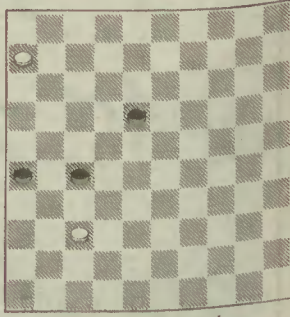
A. de M. M.

Damas

DCCLI - 4 DE MAIO DE 2000
 PROPOSIÇÃO N.º 2000D17

Por: S. Jas
 NI, 1937

Pr.: [3]: 18-26-27
 Br.: [2]: 6-37



Branças jogam e ganham

 SOLUÇÃO DO N.º 2000D17 [S.J.]

1. 6-1=D, (18-22); 2. 1-23, (27-31); 3. 37-32, (31-36); 4. 32-27 + [2. 1-6?, (27-32); 3. -, (26-32)...]

A. de M. M.



25 de Abril sempre!

● Mafra

Almoço-convívio com **Álvaro Cunhal**
No Hotel Castelão
Sábado, 6, às 13h

● Lisboa

Almoço comemorativo em **S. Domingos de Benfica**
Numa tenda colocada nos terrenos anexos
à antiga escola da PIDE (entrada pela Rua das Furnas)
Sábado, 6, às 13h

● Porto

Apresentação pública de «**Uma Pequena Luz Vermelha**»,
de João Pedro Méseder, edição comemorativa do 25 de Abril,
na Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto
Sexta-feira, 5, às 18h

**Por pensões dignas,
contra o aumento do custo de vida**

CONVÍVIO DE REFORMADOS

na Casa do Alentejo

Sexta-feira, 5, às 16h, com a presença de

Carlos Carvalhas

(Autocarro de Odivelas, com passagem em Caneças - 15h, junto à JF,

Ramada - 15h15, junto ao Superm. Repolho,

Odivelas - 15h25, junto ao CURPIO,

Olival Basto - 15h45, junto à paragem nova

Associação de Amizade e Cooperação Iuri Gagárin
(antiga Associação Portugal-URSS)

SESSÃO COMEMORATIVA DO 55.º ANIVERSÁRIO DA VITÓRIA SOBRE O NAZI-FASCISMO

Dia 8 de Março
às 18h, na sede da
Associação,
Rua de S. Caetano
(à Lapa), n.º 30

Exibição do filme
«**O Último Assalto**»,
de Iuri Ozenov,
Palestra do historiador
Dr. António Pessoa



5.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO PORTO

Sábado, 6, a partir das 10h, no Cinema Terço
Sessão pública de encerramento, cerca das 16h15
com intervenção de
CARLOS CARVALHAS

AVEIRO

Reunião distrital de dirigentes sindicais comunistas
sobre o desenvolvimento da luta dos trabalhadores
e o XVI Congresso do PCP
Sexta-feira, 5, às 14h30, com a participação de
Jerónimo de Sousa

VIANA DO CASTELO

Debate sobre a situação internacional
e a actualidade do projecto comunista
Sexta-feira, 5, às 21h30, no Centro de Trabalho
com a participação de **Domingos Lopes**

*

BARREIRO

No quadro da preparação do XVI Congresso:

Professores - Reunião da célula: hoje, dia 4, às 21h

Alto Seixalinho - Plenário da organização da freguesia: sábado, 6, às 15h, no CT concelhio

Sto. António - Plenário da organização da freguesia: sábado, 6, às 15h, no CT da freguesia

Verderena - Plenário da organização da freguesia: sábado, 6, às 15h, no CT concelhio

Ferroviários - Plenário do Sector: terça-feira, 9, às 18h, no Centro de Trabalho concelhio

COIMBRA

«O Partido» - tema em debate na série dedicada à preparação do XVI Congresso, promovida pela Comissão Concelhia e os Sector Intelectual, Sindical, dos Médicos e JCP de Coimbra: hoje, dia 4, às 21h30, no salão do Centro de Trabalho, com **Francisco Lopes** e **Sérgio Teixeira**.

FAFE

Plenário de militantes do PCP, aberto a todos os membros da CDU do concelho, sobre a situação política, as iniciativas do PCP, as Autárquicas de 2001 e o XVI Congresso do PCP, com a participação de **Agostinho Lopes**: domingo, 7, às 9h30, no CT de Fafe

LISBOA

Construção Civil - Reunião dos camaradas do Sector: segunda-feira, 8, às 18h30, no Centro de Trabalho Vitória.

Limpeza e Segurança - Reunião dos camaradas do Sector: também no CT Vitória, dia 8, às 18h30.

MOITA

Reuniões para discussão do XVI Congresso:

Baixa da Banheira - Plenário de militantes da organização da freguesia, com **Jorge Pires**: sábado, 6, às 15h, no Centro de Trabalho

Sarilhos Pequenos - Plenário da célula dos trabalhadores da Câmara, com **José Casanova**: sábado, 6, às 10h, no Centro de Trabalho local.

OEIRAS

Porto Salvo - Plenário de militantes da freguesia com base na Nota de Trabalho para o XVI Congresso e particularização dos temas «Poder Local» e «Política de alianças»: sábado, 6, às 15h, no Centro de Trabalho de Porto Salvo, com **José Fidalgo**.

PALMELA

Plenário da célula dos trabalhadores da CM sobre o XVI Congresso, com **Jorge Pires**: hoje, dia 4, às 17h30, no Centro de Trabalho de Palmela.

Reunião sobre o XVI Congresso no Póvoa: terça-feira, 9, às 21h, em casa do camarada José Silvestre.

Plenário de militantes de Palmela: terça, 9, às 21h, com **Valdemar Santos**.

SEIXAL

Plenário da organização da freguesia de **Paio Pires** sobre a situação política e social e a preparação do XVI Congresso: sábado, 6, às 15h30, na sede do Paio Pires Futebol Clube.

VILA FRANCA DE XIRA

Vialonga - Plenário de militantes da freguesia, preparatório da 7.ª Assembleia da Organização concelhia, com eleição de delegados: sábado, 6, às 15h, no CT de Vialonga, com **Armindo Miranda**.

Outros plenários com o mesmo objectivo, também no dia 6 e às 15h: em **Sobralinho**, **Alhandra**, **Vila Franca** e **Póvoa de Sta. Iria**. Às 21h: em **S. João dos Montes**.

Plenários no dia 7, domingo: nas **Cachoeiras** e na freguesia da **Castanheira**

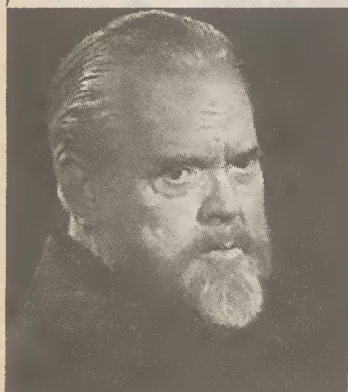
Sexta-feira, 5, entre as 7h30 e as 9h00

BUZINÃO EM ALVERCA

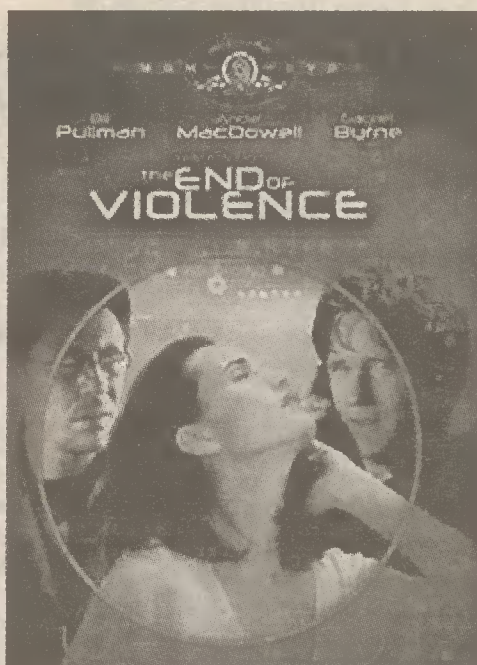
contra o caos no trânsito na EN 10

ATVer

Orson Welles, realizador em foco na RTP 2



Cartaz do filme «Crimes Invisíveis», de Wim Wenders



Macbeth

(Quinta, 22.50, RTP 2)

Um filme de uma beleza selvagem, assim se poderia classificar esta adaptação de Orson Welles ao cinema da obra-prima de Shakespeare, que o grande realizador já encenara, aliás, no teatro, com uma companhia inteiramente composta por actores negros. A obra, de resto, ganha uma atmosfera de mistério pelo constante envolvimento das personagens no nevoeiro - para esconder, dizem as crónicas, a pobreza dos cenários...

Crimes Invisíveis

(Sábado, 03.25, RTP 2)

Debruçando-se sobre a temática do Big Brother e de uma sociedade constantemente vigiada, Wim Wenders realizou nos EUA mais uma história no qual um produtor de filmes de acção acaba por ser sequestrado por dois criminosos, quando descobre (através de uma mensagem de email...) que o Governo americano engendrou um sinistro plano secreto para eliminar a violência urbana. Com Bill Pullman, Andy MacDowell e Gabriel Byrne, uma metáfora moderna, a descobrir.

Lancelot du Lac; Le Diable Probablement

(Segunda, 04.15, SIC)

Dois filmes inéditos em televisão do realizador francês Robert Bresson, a

preencher mais uma escandalosamente inútil e tardia madrugada dedicada ao cinema europeu: em *Lancelot du Lac*, seguimos os amores adúlteros de Lancelot, o cavaleiro da Távola Redonda, numa encenação demasiado austera e um pouco frustrante face à exaltação do tema. De forma mais radical ainda, em *Le Diable Probablement*, um jovem «descrente de todas as causas e amizades» suicida-se, num ritual evocando a Grécia antiga.

Má Sorte... Ter Sorte

(Quarta, 02.30, RTP 1)

Esta é uma comédia dramática bem inserida nos meios italo-americanos nova-iorquinos, em que um jovem acaba de ganhar uma fortuna na lotaria e nem por isso se sente feliz, ao mesmo tempo que lhe acontecem os maiores azares. Um festival de representação de Antony LaPaglia e Danny Aiello, nos papéis de filho e pai.



Danny Aiello e Anthony LaPaglia, intérpretes principais de «Má Sorte... Ter Sorte»

E ainda...

Diagnóstico do Destino, de Randa Haines (Quinta, 00.25, SIC)
Relatório Confidencial, de Orson Welles (Sexta, 23.00, RTP 2)
O Fogo da Paixão, de Gillian Armstrong (Sexta, 23.55, RTP 1)
Finalmente Teu, de Paul Mazursky (Domingo, 03.10, RTP 1)

Cabo e Satélite

Cinema Brasileiro

Alternando o muito bom com o muito mau, o Canal Brasil transmite por vezes excelentes obras da cinematografia brasileira. É o caso, desta vez, de «Terra em Transe», um drama político de Glauber Rocha premiado no Festival de Cannes no qual um país imaginário da América Latina é abalado por uma convulsão interna. Entre outros, destacam-se as interpretações de Jardel Filho, Paulo Autran e Glaucete Rocha. (Canal Brasil, sexta, das 21 às 23 horas)



Imprópria para hipocóndricos...

... se poderia considerar a noite temática de hoje do canal Arte. Tudo começa com o filme «Alice», de Woody Allen (1990), uma conhecida comédia sentimental do grande realizador, infelizmente em versão dobrada em francês. Depois, «Malades Imaginaires» é um documentário sobre o medo das doenças, datado já de 2000 e realizado por Maria Reggiani. Seguem-se uma curta-metragem italiana de Alessandra Populin (intitulada, em jeito de trocadilho, «Dependence Day») e um documentário canadiano de Vishnu Mathur (1997), com o título «Malades de Peur». Para tudo terminar com uma curtíssima-metragem francesa (5 minutos!), «La Famille Médicament», realizada por Etienne Chatiliez. (Arte, domingo, das 19.40 às 23.15)



Quinta, 4

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
 10.00 Praça da Alegria / Culinária
 12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 A Preciosa
 15.45 Espaço Infantil-Juvenil
 16.40 Boa Tarde
 18.00 Espaço Infantil-Juvenil
 19.00 Regiões
 20.00 Telejornal
 21.00 Moda Lisboa
 21.10 Remate
 21.25 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
 22.00 Bacalhau com Todos
 22.30 A Lenda Garça
 23.10 Senadores
 00.40 24 Horas
 01.10 Ciclismo: Prémio Jornal de Notícias
 01.20 1ª. Página
 02.10 «Morte no Paraíso» (de Yvonne MacKay, Nova Zelândia/1997, com John Bach, Fiona Mogridge. Policial)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
 17.30 Informação Gestual
 18.30 Informação Religiosa
 19.00 Espaço Infantil-Juvenil
 20.40 Brigada Submarina
 21.25 Acontece

Sexta, 5

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
 10.00 Praça da Alegria / Culinária
 12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 A Preciosa
 15.45 Espaço Infantil-Juvenil
 16.40 Boa Tarde
 17.55 Espaço Infantil-Juvenil
 19.00 Regiões
 20.00 Telejornal
 21.00 Moda Lisboa
 21.10 Remate
 21.25 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
 22.00 A Raia dos Medos (último episódio)
 23.05 A Caminho do Euro 2000
 23.15 A Lenda da Garça
 23.55 «O Fogo da Paixão» (de Gillian Armstrong, EUA/1984, com Diane Keaton, Mel Gibson, Matthew Modine. Drama)
 02.15 24 Horas
 02.40 Ciclismo: Prémio Jornal de Notícias
 02.50 1ª. Página
 03.10 NBA: Jogo Play-Off

▼ RTP 2

07.00 Euronews
 17.30 Informação Gestual
 18.30 Informação Religiosa

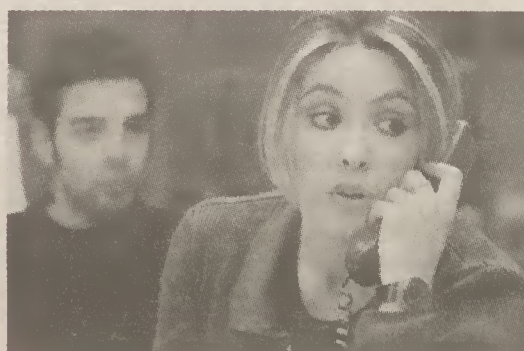
Sábado, 6

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
 12.00 Automobilismo: Grande Prémio Espanha
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Top +
 15.20 Aventuras Espaciais
 15.50 «O Jovem Campeão» (de Mike Lobell, EUA/1995, com Luke Edwards, Timothy Busfield. Comédia)
 18.10 Aqui, Europa
 18.35 Jet 7
 19.25 Ciclismo: Prémio Jornal de Notícias
 20.00 Futebol: Sporting-Benfica
 22.00 Telejornal
 23.10 Santa Casa
 01.00 Loja do Cidadão
 02.00 Conc(s)ertos na Cave
 02.30 Múquinas
 03.25 24 Horas
 03.50 Ciclismo: Prémio Jornal de Notícias

▼ RTP 2

07.00 Euronews
 09.00 Universidade Aberta
 11.55 O Prazer de Criar
 12.40 A Terra
 13.35 Quem Sai aos Seus
 14.00 Parlamento
 15.00 Desporto (inclui Voleibol: Portugal-Japão)
 19.30 Magazine 2001



«Jornalistas», uma escurreita série portuguesa na SIC

22.00 Jornal 2
 22.50 «Macbeth» (de Orson Welles, EUA/1948, com Orson Welles, Jeanette Nolan, Edgar Barrier, Roddy MacDowell. Ver Destaque)
 00.05 «Solo de Violino» (de Monique Rutler, Port./Brasil/1990, com Fernanda Lapa, André Gago, Vítor Santos. Drama)
 01.45 Mistérios de Ruth Rendell

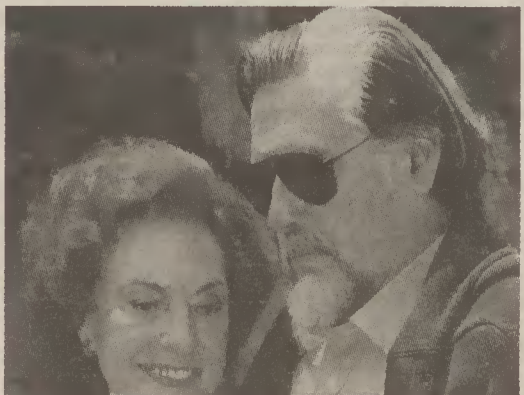
▼ SIC

08.00 Buêréré
 10.00 SIC 10 Horas
 12.00 Ficção
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 O Juiz Decide
 15.00 Ponto de Encontro
 16.00 Fátima Lopes
 18.00 Vila Madalena
 19.00 Esplendor
 20.00 Jornal da Noite

19.00 Espaço Infantil-Juvenil
 19.55 Voleibol: Portugal-Alemanha
 21.25 Acontece
 22.00 Jornal 2
 22.50 Aqui, Europa
 23.00 «Relatório Confidencial» (de Orson Welles, Fr./Esp./1955, com Orson Welles, Michael Redgrave. Mistério)
 00.50 Andamentos
 01.20 Departamento de Homicídios

▼ SIC

08.00 Buêréré
 10.00 SIC 10 Horas
 12.00 Ficção
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 O Juiz Decide
 15.00 Ponto de Encontro
 16.00 Fátima Lopes
 18.00 Vila Madalena



Chega ao fim «A Lenda da Garça» (RTP 1)

21.00 Terra Nostra / A Muralha
 22.30 Esta Semana
 23.45 Sai de Baixo
 00.25 «Diagnóstico do Destino» (de Randa Haines, EUA/1991, com William Hurt, Christine Lahti. Drama)
 03.00 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
 12.40 Estrela de Fogo
 13.30 TVI Jornal
 14.30 Louca Paixão
 15.45 Batatoon
 19.00 Olhó Vídeo
 19.30 Directo XXI
 20.00 Combate Mortal
 21.00 Vida de Cão
 21.45 Olhó Vídeo
 22.15 Especial TVI
 23.50 A Bola é Nossa
 01.55 «Cohn, O Inquiridor» (de Frank Pierson, EUA, com James Woods, Joe Don Baker. Drama)

19.00 Esplendor
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Residencial Tejo
 22.20 Terra Nostra / A Muralha
 23.30 Jogo Limpo
 02.00 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
 12.40 Estrela de Fogo
 13.30 TVI Jornal
 14.30 Louca Paixão
 15.45 Batatoon
 19.00 Olhó Vídeo
 19.30 Directo XXI
 20.00 Combate Mortal
 21.00 Pupilas do Sr. Doutor
 21.30 Impacto TV
 22.30 Reis da Música Nacional
 00.35 «Duas Mulheres Um Segredo» (Mini-Série)

▼ SIC

07.30 Zip Zap
 12.00 O Nosso Mundo
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Big Show Sic
 18.00 Vila Madalena
 19.00 Esplendor
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Mundo Vip
 22.00 Negócio Fechado
 23.20 «Sarilhos no Descapotável» (de Jeffrey Reiner, EUA/1993, com Michael Madsen, Patricia Arquette. Policial)
 01.20 Último Jornal
 01.55 «Inimigos Públicos» (de Mark Lester, EUA/1996, com Theresa Russell, San Cortese. «Thriller»)

▼ TVI

09.00 Animação
 12.00 O Sótão do Pedro
 12.30 Top Rock
 13.30 Contra-Ataque
 14.45 Caras Lindas
 16.00 «A Quinta dos Balões» (de William Dear, EUA/1997, com Rip Torn, Roberts Blossom. Fantasia)
 18.00 «Alto Mar em Chamas» (de John McKenzie, EUA/1993, com Rutger Hauer, Eric Roberts. «Thriller»)
 20.00 Ri-te Ri-te
 21.50 Jardins Proibidos
 22.50 «Black and Blue» (de Paul Shapiro, EUA/2000, com Mary Stuart Masterson, Anthony LaPaglia. Drama)
 01.00 Directo XXI
 01.30 «Rebeldes Americanos» (de Danny Cannon, EUA/1994, com Harvey Keitel, Jai Glen, John Wood. Acção)

Domingo, 7

▶ RTP 1

07.00 Infantil / Juvenil
12.15 Jornal da Tarde
12.55 Automobilismo:
Grande Prémio Espanha
15.00 Made in Portugal
16.30 «Detective de Saltos
Altos» (de Jeff Kanew,
EUA/1991, com Kathleen
Turner, Jay O. Sanders, Charles
Durning. *Policial*)
18.00 Futebol: Jogo da 1.^a
Liga (nenhuma informação
actualizada por parte das RTP)
19.45 Ciclismo: Prémio
Jornal de Notícias
20.00 Telejornal
21.20 Agora é que são Elas
22.40 Domingo Desportivo
00.20 Automobilismo:
Grande Prémio Espanha
00.35 Ciclismo: Prémio
Jornal de Notícias
00.45 Nada é Sagrado
01.20 Prazeres
02.20 24 Horas
02.45 Liga de Campeões
03.10 «Finalmente Teu» (de
Paul Mazursky, EUA/1996, com
Cher, Chazz Palminteri, Ryan
O'Neal. *Comédia Negra*)

▶ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Iniciativa
14.05 Onda Curta
14.30 Desporto 2 (inclui
Voleibol: Portugal-Polónia;
Atletismo: Meeting de Lisboa)
19.00 Rotações
19.20 Jornal de África
20.00 Bombordo
20.30 Artes e Letras: Frank
Lloyd Wright (1.^a parte)
21.30 Horizontes da
Memória
22.00 Jornal 2
22.45 A Grande Obra
23.45 Travessa do Cotovelo
00.50 Teatro: «A Morte do
Príncipe» - nenhuma
informação actualizada em
tempo útil

▶ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Academia de Polícia
3 - De Volta aos Treinos»
(de Jerry Paris, EUA/1986, com
Steve Guttenberg, Bubba Smith.
Comédia)
16.10 «Nunca Digas Nunca»
(de Irvin Kershner, Gr.Br./1983,
com Sean Connery, Barbara
Carrera, Kim Basinger.
Aventuras / Espionagem)
19.00 Futebol: Alverca-
Boavista
20.00 Jornal da Noite
21.00 Chuva de Estrelas
22.10 Herman SIC
00.30 «Tango e Cash» (de
Andrei Kontchalovsky,
EUA/1989, com Sylvester
Stallone, Kurt Russell. *Ação*)
02.45 Último Jornal

▶ TVI

09.00 Animação
11.00 Espaço Religioso

Segunda, 8

▶ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria /
Culinária
12.20 Concurso: «Quem
Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.45 Espaço Infantil-Juvenil
16.50 Boa Tarde
18.05 Espaço Infantil-Juvenil
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Moda Lisboa
21.10 Remate
21.25 Concurso: «Quem
Quer Ser Milionário?»
22.00 A Senhora Ministra
22.35 Jogo Falado
00.15 24 Horas
00.45 1.^a Página
01.05 «Lutando Pela Filha»
(de Peter Levin, EUA/1994,
com Lindsay Wagner, Piper
Laurie. *Telefilme Dramático*)

▶ RTP 2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Tesouros Selvagens da
Europa
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 Avenida Brasil
(Estreia), série documental com
guião e locução de Francisco
José Viegas e Rui Mateus
Pereira.
23.50 Cupido (Estreia)

▶ SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Ficção
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra / A
Muralha
22.10 Roda dos Milhões
00.30 Sai de Baixo
01.10 Último Jornal
01.45 «Contrato Mortal» (de
Brian Trenchard-Smith,
EUA/1996, com Andrew
McCarthy, Paul Sorvino.
Policial)
04.15 Noites do Cinema
Europeu: «Lancelot du Lac»
(de Robert Bresson, Fr./1974,
com Luc Simon, Laura Duke-
Condominas; «Le Diable
Probablement» (de Robert
Bresson, Fr./1976, com Antoine
Monnier, Tina Irissari. *Ver
Destaque*)

▶ TVI

09.00 Animação
12.40 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Olhó Vídeo
20.00 Combate Mortal
21.00 «Bora Lá, Marina»
21.30 Olhó Vídeo
22.00 Quero Justiça

Terça, 9

▶ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria /
Culinária
12.20 Concurso: «Quem
Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.45 Espaço Infantil-Juvenil
16.50 Boa Tarde
18.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Moda Lisboa
21.10 Remate
21.30 Concurso: «Quem
Quer Ser Milionário?»
22.05 Não és Homem não és
Nada
22.40 Coisas da Vida (Estreia)



Sporting-Benfica: o velho «derby» lisboeta na RTP1 (sábado)

23.15 Maria Elisa
01.00 Futebol: - Liga dos
Campeões (diferido)
03.45 24 Horas
04.15 1.^a Página
04.25 Os Hughleys

▶ RTP 2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Brigada Submarina
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 Avenida Brasil
23.50 Resistência

▶ SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Ficção
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.15 Terra Nostra / A
Muralha
23.40 Sai de Baixo
00.20 «A Fúria do Herói» (de
Ted Kotcheff, EUA/1982, com
Sylvester Stallone, Richard
Crenna. *Ação*)
02.25 Último Jornal
03.00 Toda a Verdade:
O Recreio

▶ TVI

09.00 Animação
12.40 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 O Grande Peregrino
21.30 «Caninho de
Santiago» (Mini-Série)
01.00 «Planeta do Amor» (de
John Ryman, EUA/1993, com
Dwier Brown, Karen Medak.
Drama)

Quarta, 10

▶ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria /
Culinária
12.20 Concurso: «Quem
Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.45 Espaço Infantil-Juvenil
16.50 Boa Tarde
18.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.00 Regiões
19.35 Futebol: - Liga dos
Campeões (Directo)
21.45 Telejornal
22.40 Moda Lisboa
22.50 Remate
23.05 Concurso: «Quem
Quer Ser Milionário?»
23.35 As Lições do Teneças

00.35 Futebol: Liga dos
Campeões (Resumos)
01.45 24 Horas
02.00 1.^a Página
02.30 «Má Sorte... Ter
Sorte» (29th Street, de George
Gallo, EUA/1991, com Danny
Aiello, Anthony LaPaglia. *Ver
Destaque*)

▶ RTP 2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Brigada Submarina
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 Avenida Brasil
23.35 Sinais do Tempo /
Zoom

▶ SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Ficção
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Loja do Camilo
21.30 Terra Nostra / A
Muralha
22.50 Jornalistas
00.10 Sai de Baixo
00.50 «As Mil Luzes de Nova
Iorque» (de James Bridges,
EUA/1983, com Michael J. Fox,
Kiefer Sutherland. *Drama*)
02.50 Último Jornal

▶ TVI

09.00 Animação
12.30 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
18.00 Combate Mortal
19.00 Directo XXI
19.30 Olhó Vídeo
20.30 Ri-te, Ri-te
22.00 «Em Defesa da Morte»
(de Sara Botsford, EUA/1996,
com Genevieve Bujold, Nancy
Beatty. *Policial*)
00.10 «Um Mundo de
Mentiras» (de Larry Elikann,
EUA/1996, com Gary Cole,
Karen Sillas. *Drama*)

Nota:
A Redacção não se
responsabiliza por
alterações de horários ou
conteúdos da
programação realizados
pelos operadores de
televisão após o fecho desta
edição.

TVisto

Correia da Fonseca

A cumplicidade

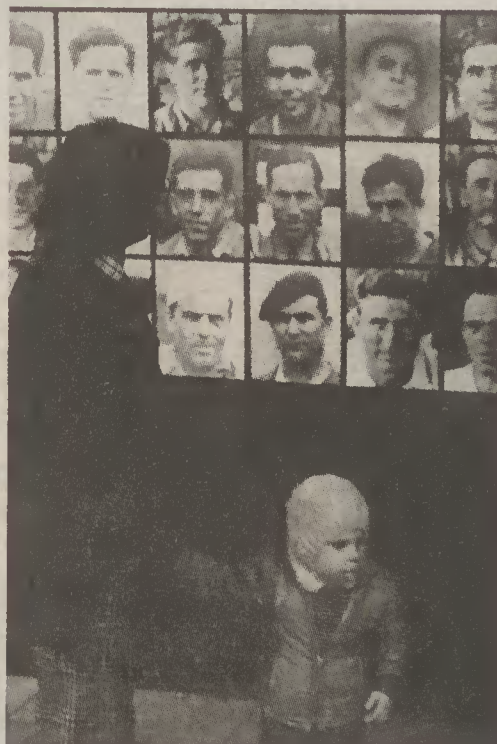
Na Alemanha do pós-guerra, ou melhor, na ex-RFA de Adenauer e sucessores, ficou famosa uma frase com que muitos jovens respondiam a inquéritos acerca do passado nazi e do seu «fuehrer»: «Hitler? Não conheço!» Por cá, não estamos nada longe disso quanto ao fascismo português e à sua verdadeira face sem a maquilhagem infame que anda a ser-lhe colocada no rosto cada vez com maior descaramento. E se, quanto à Alemanha, não estou suficientemente documentado para vir apontar as causas do fenómeno e os responsáveis por ele, no que se refere a Portugal sinto-me em condições bastantes para dizer que a culpa é da comunicação social dominante e de quem a controla, com especial responsabilidade da televisão que é do Estado democrático e a quem cabe o dever de prestação de serviço público. De facto, nunca a RTP, com excepção de um breve tempo que se seguiu a Abril de 74, se empenhou para revelar ao País verdades fundamentais acerca da ditadura derrubada e das duas práticas criminosas. Contudo, eram verdades que os portugueses não podiam saber porque, é claro, para que eles não as soubessem é que a censura estivera de sentinela dia após dia, de lápis azul aperrado. E o caso é que a estratégia da manutenção de ignorâncias fundamentais significa cumplicidade por omissão e encobrimento, de uma enorme gravidade que nem é preciso acentuar. Neste 26.º aniversário de Abril, tinha a RTP ao seu dispor um trabalho precioso que lhe permitiria pelo menos tentar o remedeio dos silêncios que continuam a ser escandalosos apesar dos anos

oportunidade para a RTP. Porém, a RTP parece não gostar de boas oportunidades ou, pelo menos, não gostar todas. Quanto a esta, que lhe permitiria redimir-se um pouco de um passado vergonhoso nesta matéria, deu sinais de não gostar nada: começou por colocá-la na RTP2, como se o tema fosse de um carácter cultural que não a vocacionasse para ser vista por todos os portugueses; continuou estreando-a já depois do dia 25 de Abril passado, isto é, já na madrugada de 26. Assim se assegurava de que poucos dariam por ela. O horário quase de todo inacessível para quem trabalha, e também para muitos outros, promete manter-se até ao fim da série: para lá da fronteira da meia-noite das terças-feiras.

Preciosos, fundamentais

O primeiro episódio de «Resistência» contou-nos sobretudo o que foram os crimes da PIDE. Acerca deste assunto, sempre a RTP, e não apenas ela, adoptou a curiosa postura de uma espécie de equidistância neutral entre as versões dos carrascos, a quem foi dado tempo de antena significativo, e os testemunhos das vítimas. É certo que muitos dos que foram torturados, sobretudo os comunistas, sobre quem recaíram as mais selváticas práticas dos pides, sempre foram de uma grande discrição acerca do que lhes aconteceu. É uma atitude compreensível e muito digna, mas veio facilitar a tarefa dos que trabalham para o branqueamento dos crimes. Desta vez, porém, não foi assim. Do conjunto dos testemunhos reunidos por Luís Filipe Costa, muitos deles recolhidos nos

arquivos da RTP, outros recentes, emergiu uma imagem menos indefinida do que foram esses momentos terríveis da história do fascismo português, o tal que nunca existiu. São elementos preciosos para a construção da História do país e fundamentais para a lucidez cívica dos cidadãos. De onde, naturalmente, o carácter imperioso da sua ampla divulgação. Porém, foi a essa mesma ampla divulgação que a RTP se recusou, optando por situar a série num horário onde outros canais ou ela própria não colocam sequer programas próximos da pornografia ou, no mínimo, de uma erotismo «hard». Se a



decorridos, se é que não o são cada vez mais à medida que o tempo vai passando. É uma série que, a avaliar pelo primeiro episódio e não apenas por ele, narra a resistência antifascista e a barbárie da repressão de um modo nunca antes usado organizadamente, é claro que não por não haver quem o fizesse mas porque a RTP nunca nisso se empenhou, bem antes pelo contrário. É uma série de oito episódios, intitula-se «Resistência» e tem a garantia de uma assinatura a vários títulos qualificada: a de Luís Filipe Costa. Era uma grande

RTP quisesse esconder «Resistência» dos olhos do País sem que, contudo, se atrevesse a negar a sua transmissão, dificilmente faria melhor. Por mim, tenho poucas dúvidas de que foi isso mesmo o que aconteceu. Tudo bem, pois, para a RTP: as torturas da PIDE continuarão a ser uma espécie de boato pouco confirmado para milhões de portugueses. Com isto, a RTP reassume-se como cúmplice de facto pelos crimes cometidos. Mas calculo que não se importe: sabe que ninguém vai pedir-lhe contas por isso.



«Avenida Brasil», estreia na RTP 2 (segunda-feira)

11.10 Missa
13.00 Portugal Português
(Crato)
14.15 Caras Lindas
15.45 Filme a designar
17.30 Directo XXI
17.45 Cocktail Nacional
19.50 «O Colar da Morte»
(de Lewis Teague, EUA/1991,
com James Remar, Joan Chen.
Ação)
21.50 Jardins Proibidos
23.00 Os Médicos
24.00 «Amnésia» (de Kurt
Woos, EUA, com Ally Sheedy,
John Savage, Sally Kirkland.
Drama)
02.00 «Eterno Azareto» (de
Jason Alexander, EUA/1995,
com Jason Alexander, Lolita
Davidovich. *Comédia*)

23.40 «Inferno Entre Irmãos»
(de Charles Correll, EUA, com
Rena Sofer, Bridgette Wilson.
Drama)
01.45 «Suave Armadilha» (de
Alan Metzger, EUA/1995, com
Keith Carradine, Gail O'Grady.
Drama)

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Perfeitamente normal

A violência ocorrida este fim-de-semana no Pavilhão Rosa Mota, na sequência da final de um torneio internacional de hóquei em patins que opôs as equipas do Futebol Clube do Porto e do Barcelona, foi chocante pelo que se fez e, sobretudo, pelo que se disse.

Identifiquemos factos e personagens: a violência foi desencadeada no final do jogo por umas dezenas de adeptos portugueses e desabou sobre a equipa de arbitragem e os atletas catalães, que haviam vencido o torneio; as declarações — no local e sobre o momento — vieram do ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, do presidente da Câmara Municipal do Porto, Nuno Cardoso, e do presidente do FC do Porto, Pinto da Costa.

Este último — hábil como sempre — foi o único a ter o discernimento de ameaçar com «medidas adequadas», ainda que num registo devidamente ambíguo para não se perceber a quem apontava o dedo.

O incrível veio dos outros.

Confrontado pelos jornalistas com a inoperância policial e a flagrante insuficiência do dispositivo de segurança instalado no pavilhão, o ministro das polícias desculpou-se com o dia anterior onde, segundo ele, apenas se verificaram «uns lançamentos de garrafas de plástico e de moedas para o recinto», coisa «perfeitamente normal em qualquer parte do mundo», pelo que «não foram consideradas medidas de excepção».

Extraordinário. O lançamento de objectos sobre atletas no ringue de um recinto fechado é considerado «normal» pelo ministro da Administração Interna. Pior: ainda segundo o ministro, a final do torneio merecia uma segurança semelhante à utilizada no dia anterior, apesar de no dia anterior os adeptos da equipa anfitriã se terem entregado à «normal» actividade de lançar objectos sobre os adversários.

Ainda mais fantástica foi a posição do presidente da Câmara Municipal do Porto, Nuno Cardoso. A sua preocupação resumia-se a evitar o «empolamento» dos acontecimentos, já que tudo não passou de «uns encostões» dados por alguns exaltados, chegando ao delírio de responsabilizar «os adeptos catalães» (!!!) pelos desacatos.

As câmaras de televisão mostraram o resultado dos «encostões»: cadeiras arrancadas do recinto, outras feitas em pedaços, o ringue salpicado a destroços. O cancelamento precipitado da própria cerimónia de entrega dos prémios surgiu, certamente, para não «empolar» os acontecimentos, enquanto os «encostões» foram tão «normais» que as equipas catalã e de arbitragem saíram do recinto empurradas a murro e a pontapé, apesar de protegidas pela corajosa intervenção dos atletas e dos técnicos do Futebol Clube do Porto, que — está filmado — usaram o próprio corpo como escudo para salvar a integridade física dos seus convidados.

Quem, de certeza, não se salvou foi o prestígio do Futebol Clube do Porto, da cidade e do país, todos enxovalhados num espectáculo degradante servido em directo para a Europa.

Onde estamos, quando o ministro da Segurança Interna acha «normal» a agressão à solta e o presidente da Câmara de uma grande cidade vê «encostões» em espancamentos punitivos?

Provavelmente, num poder em tal paroxismo que já vê no «pão e circo» a sua tábua de salvação, aceitando os campos desportivos como os novos Coliseus...

Administração Pública metro, carris, maquinistas

Parados em protesto

A generalidade dos serviços da Administração Pública Central e Local vai encerrar no próximo dia 9, correspondendo à greve convocada pela Frente Comum dos Sindicatos.

A disposição de luta na Administração Pública foi prontamente manifestada pela Frente Comum de Sindicatos logo após o encerramento unilateral das negociações pelo Governo. Contudo, o que fez transbordar o copo terá sido o escandaloso aumento dos combustíveis que deu razões acrescidas aos sindicatos para protestarem contra a actualização salarial de 2,5

por cento e acusarem o Governo de ter negociado de má-fé, já que com o novo agravamento de preços é impossível que a inflação se fique nos dois por cento prometidos.

Entretanto, uma onda de greves tem marcado igualmente o sector dos transportes. Na semana passada, registaram-se greves na CP, nos Transportes Sul do Tejo (TST) e na Covas e Filhos.

Metro voltou a parar

Para ontem, quarta-feira, os trabalhadores do metro tinham marcada nova paralisação, entre as 6.30 e as 13 horas, destinada a reivindicar aumentos superiores aos três por cento impostos unilateralmente em Abril pela administração.

Esta é já a sétima greve realizada na empresa desde o início do ano. Exigindo aumentos de 4,75 por cento, os trabalhadores paralisaram nos dias 26 e 27 de Janeiro; em Março voltam a parar nos dias 14 e 28; e em Abril, nos dias 11 e 18, entre as 6.30 e as 13 horas, mais uma vez não houve metro.

Para a terça-feira da próxima semana, coincidindo com a greve da Administração Pública, os sindicatos do Metro já anunciaram nova paragem, desta vez de 24 horas.

Na Carris, os trabalhadores paralisaram na terça-feira, dia em que realizaram um plenário geral de traba-

lhadores na estação do Campo Grande.

Também os maquinistas dos comboios suburbanos da CP realizaram greves entre as 6 e as 9 horas nas terça e quarta-feiras, tendo anunciado novo protesto para amanhã, sexta-feira.

Ante ontem, terça-feira, também os trabalhadores da Rodoviária da Beira Litoral paralisaram um hora, entre as 9 e as 10 horas, em protesto contra atrasos no pagamento de salários, falta de segurança das viaturas e incumprimento do Acordo de Empresa.

Trabalhadores de vários sectores estão em greve por melhores salários

Minas da Panasqueira

Os mineiros da Panasqueira iniciaram na terça-feira uma greve de cinco dias às horas extraordinárias, agravada por paralisações no início e final dos turnos nas quinta e sexta-feiras.

Os trabalhadores exigem que a administração da empresa se disponibilize para negociar os aumentos salariais e para corrigir distorções, quer salariais quer nas classificações profissionais, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Mineiros.

A degradação do nível de vida em consequência de quebras sucessivas do seu poder de compra nos últimos anos e o facto de não ter sido feita nenhuma actualização salarial nos últimos dois anos são algumas das queixas apresentadas pelos mineiros.



O aumento dos combustíveis deu renovadas razões para intensificar a luta (foto do 1.º de Maio)

Produtores de leite vão ser multados

Os produtores portugueses de leite, sobretudo os açorianos, podem ser penalizados este ano pela Comissão Europeia (CE) por terem excedido no seu conjunto a quota atribuída a Portugal para este sector agrícola.

Esta é pelo menos a previsão do executivo comunitário, citada pela Agência Lusa,

elaborada com base nos números fornecidos pelas autoridades portuguesas sobre a produção leiteira do ano passado (de Março de 1999 a Março de 2000). As eventuais sanções só serão decididas em Setembro, altura em que a CE concluirá a análise dos dados fornecidos pelos Estados-membros.

Na origem do excesso de produção identificado em Portugal está, concluiu a Comissão, a alteração do equilíbrio aritmético existente até aqui entre a produção no Continente e nos Açores que, no seu conjunto, garantiam o respeito pela quota imposta por Bruxelas.

O habitual excedente na produção de leite nos Açores, um sector fundamental na economia do arquipélago, era compensado com a manutenção dos níveis de produção no

Continente. Este ano, porém, verificou-se um acréscimo sensível na produção de leite, tanto nos Açores como no Continente, e o executivo comunitário avançará, por isso, com penalizações aos produtores em incumprimento.

Num sector em contracção, dominado quase em exclusivo por alemães e franceses (que no seu conjunto representam cerca de 50 por cento da produção comunitária, avaliada em 120 milhões de toneladas), a produção de leite portuguesa constitui apenas cerca de dois por cento.

Secundário em luta

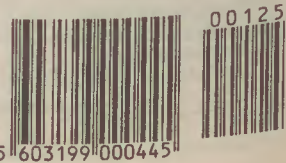
Na Reunião Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário, realizada no fim-de-semana, foi marcada uma jornada de luta para a próxima quinta-feira, dia 11, contra a política educativa do Governo (ver página 14). As acções podem incluir greves às aulas e manifestações em vários pontos do país.

As principais exigências dos estudantes são a suspensão imediata da revisão curricular, a alteração do regime de acesso ao ensino superior, a regulamentação e a aplicação da lei de educação sexual e a melhoria das condições materiais e humanas das escolas.

Sintra sem recolha de lixo

Os trabalhadores do lixo da CM de Sintra iniciaram na terça-feira uma greve de sete dias exigindo a manutenção do carácter público do serviço. Apesar da autarquia já ter aprovado os estatutos de uma empresa municipal, esta poderá não abranger todo o concelho, mas apenas as áreas das freguesias que lhe forem determinadas pela Câmara.

O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local exige que a empresa municipal seja vista como uma solução global para todo o concelho.



00125